



IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

2015

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO PNAD 2013

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

2015

**SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS
DO ESPÍRITO SANTO
PNAD 2013**

Instituto Jones dos Santos Neves

Síntese dos indicadores sociais do Espírito

Santo PNAD 2013. Vitória, ES, 2015.

127p. il. tab.

1.Indicadores Sociais. 2.Demografia. 3.Domicílios.

4.Educação. 5.Saúde. 6.Mercado de Trabalho. 7.Renda. 8.Pobreza.

9.Espírito Santo(Estado). I.Título.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR

César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E

PLANEJAMENTO

Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETORA PRESIDENTE

Andrezza Rosalém Vieira

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Pablo Medeiros Jabor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Andréa Figueiredo Nascimento

EDITORAÇÃO

Eugênio Herkenhoff

João Vitor André

Lastênio João Scopel

Maria de Fátima Pessotti de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

Demografia

Estefania Ribeiro da Silva

Silvia Buzzone de Souza Varejão

Domicílios

Ana Luzia Fregonazzi Bottécchia

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Distribuição de Renda e Classes Econômicas

Cleverlânio Silva Gomes

Educação

Rafael Correia das Neves

Mercado de Trabalho

Vicente de Paulo Costa Pereira

Victor Nunes Toscano

Arranjos Familiares

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Saúde

Érico Jenz Santos

Marlon Neves Bertolani

Mobilidade

Adilson Pereira de Oliveira

CAPA/ILUSTRAÇÕES

Lastênio João Scopel

BIBLIOTECÁRIA

Andrezza Ferreira Tovar

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves tem a finalidade precípua de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas. A Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo, editada anualmente, encontra-se em sua 5ª edição e pretende evidenciar a evolução socioeconômica capixaba no período de 2001 a 2013. São abordados as áreas de demografia, situação dos domicílios, distribuição de renda e pobreza, educação, mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, saúde e mobilidade. Busca ainda situar o Espírito Santo no contexto das transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e na região Sudeste no período correspondente. Cada tema abordado recebeu a contribuição de especialistas na área, com o intuito de enriquecer e ressaltar com análises os dados, figuras e gráficos apresentados, fornecendo uma reflexão sobre cada assunto. Nesta edição, a novidade fica por conta da inserção de uma nova área: Mobilidade (que apresenta os indicadores de posse de carro e moto - que na versão anterior constavam na parte de Domicílios). Os enfoques de gênero, situação censitária (urbana ou rural) e cor ou raça foram abordados de forma a permitir melhor compreensão sobre os indicadores, na medida em que as informações estatísticas permitissem. Não obstante a importância, importa informar que, a partir da próxima edição, o tema Saúde não será mais disponibilizado neste documento e passará a integrar outro documento que contemple bases de dados diversas. A intenção é consolidar a PNAD como base de dados da Síntese de Indicadores. Maiores informações podem ser obtidas no site: www.ijsn.es.gov.br.

Para a construção dos indicadores foram utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos Censos Demográficos, ambas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA).

FOREWORD

The Jones dos Santos Neves Institute is primarily designed to produce social, economic and territorial knowledge about the State of Espírito Santo to subsidize public operators to formulate and evaluate public policy. The Social Indicators Synthesis of the State of Espírito Santo, published annually, is in its 5th edition and aims to highlight the capixaba socio-economic development from 2001 to 2013. It focuses on the following subjects: demography, household situation, income distribution and poverty, education, labor market, living arrangements, health and mobility. This study also aims to situate the State of Espírito Santo in the context of socio-economic changes occurring in Brazil and in the Southeast region at the same period. Each theme introduced has received the contribution of experts, who enhanced and emphasized this Synthesis with analysis, figures and graphs, providing a reflection on each subject. In this edition, the innovation is the inclusion of a new theme: Mobility (which presents the car and motorcycle ownership indicators - in the previous version contained in the Household chapter). The gender approaches, census situation (urban or rural) and skin color or race were considered to enable better understanding of the indicators as far as the statistical data allow. Despite the importance, should be stressed that, in the next edition, the Health theme will no longer be available and will be part of another document that includes several databases. The intention is to consolidate the PNAD as the database for the Synthesis of Indicators. More information is available at: www.ijsn.es.gov.br.

For the construction of the indicators we used information from the National Survey by Household Sample (PNAD), Population Census, both released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the school census released by the National Institute for Educational Studies and Research "Anísio Teixeira" (INEP), the database of the Unified Health System Database (DATASUS) and data provided by the Espírito Santo's State Office of Health (SESA).



SUMÁRIO

▶ **DEMOGRAFIA** 11

Evolução anual da população	14
Crescimento populacional	15
Grau de urbanização	16
Migração	17
Fecundidade	18
Razão de sexo	19
Estrutura etária	20
Idade média	21
Envelhecimento	22
Razão de dependência	23
Razão de dependência jovem	24
Razão de dependência idoso	25

▶ **DOMICÍLIOS** 27

Total de domicílios particulares permanentes	29
Abastecimento de água	30
Acesso à rede coletora de esgoto	31
Esgotamento sanitário adequado	32
Esgotamento sanitário inadequado	33
Coleta de lixo	34
Telefonia fixa	35
Telefonia celular	36
Iluminação elétrica	37
Posse de bens duráveis	38
Domicílios por tipo de ocupação	39
Domicílios adequados	40

▶ **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSES ECONÔMICAS** 41

Renda média domiciliar per capita real	43
Renda média real de todas as fontes	44
Coefficiente de Gini	45
Extremamente pobres	46
Pobres	47
Classe D	48
Classe C	49
Classe AB	50

▶ **EDUCAÇÃO** 51

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais	53
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos	54
Anos de estudo segundo faixas de idade	55
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo	56
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo	57
Taxa de analfabetismo	58
Taxa de analfabetismo funcional	59
Taxa de analfabetismo por classe de rendimentos	60
Frequência escolar	61
Frequência escolar por nível de ensino e rede	62
Taxa de distorção idade-série	63
Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio	64
Alocação do tempo dos jovens	65

◆ MERCADO DE TRABALHO 67

População em idade ativa	69
População economicamente ativa	70
População não economicamente ativa	71
Taxa de atividade	72
Taxa de atividade segundo faixas etárias	73
Taxa de ocupação	74
Taxa de ocupação segundo faixas etárias	75
Taxa de desemprego	76
Taxa de desemprego segundo faixa etária	77
Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado	78
População ocupada	79
População ocupada por setor formal e informal	80
Atividade econômica	81
Distribuição da população ocupada segundo anos de estudos	82
Posição na ocupação	83
Renda média real de todos os trabalhos	84
Cobertura previdenciária	85
Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola	86
Pessoas sindicalizadas	87
Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola	88

◆ ARRANJOS FAMILIARES 89

Arranjos familiares	92
Arranjo familiar típico	93
Arranjo familiar mononuclear	94

Característica das mulheres chefes de família	95
Níveis de instrução segundo arranjos familiares	96
Ocupações segundo arranjos familiares	97
Classes econômicas segundo arranjos familiares	98

◆ SAÚDE 99

Informações sobre nascimentos	101
Mortalidade infantil	102
Profissionais e equipamentos	103
Mortalidade e internação por grupo de causas	104
Mortalidade: causas externas e causas internas	105
Doenças transmissíveis	106

◆ MOBILIDADE 107

Tempo de deslocamento ao trabalho no Brasil e Sudeste	109
Tempo de deslocamento ao trabalho no Espírito Santo	110
Posse de bens duráveis - Carros e motos no Brasil, Sudeste e Espírito Santo	111
Posse de bens duráveis - Urbano e rural no Espírito Santo	112
Posse de bens duráveis - Renda no Espírito Santo	113
Frota de veículos no Espírito Santo	114
Taxa de motorização no Brasil, Sudeste e Espírito Santo	115
Taxa de motorização na RMGV e Demais municípios	116

APÊNDICE METODOLÓGICO 117

GLOSSÁRIO 120





DEMOGRAFIA

A compreensão dos fenômenos demográficos, a partir do estudo das características populacionais, tanto as estáticas (tamanho e composição) quanto as dinâmicas (fecundidade, mortalidade e migração), é fundamental para o planejamento econômico, social, político e territorial de uma região. A análise da dinâmica demográfica brasileira a partir da segunda metade do século XX, por exemplo, revela importantes transformações que mostram a necessidade de se pensar novos modelos e alternativas frente aos desafios impostos por uma nova estrutura populacional mais envelhecida.

O Brasil encontra-se atualmente em um processo de *transição demográfica*. Segundo Castiglioni (2009, p. 93)¹, “este processo, que consiste na passagem de uma situação caracterizada por níveis elevados de natalidade e mortalidade a uma situação em que os níveis dos dois componentes de crescimento são baixos, ocorre em todo o mundo: os países de desenvolvimento mais avançado iniciaram a transição há cerca de dois séculos atrás e já completaram o processo, todos os demais países estão passando atualmente pelas fases da transição”. A transição demográfica brasileira teve início na primeira metade do século XX, com a queda da mortalidade, e prosseguiu de forma mais acelerada na segunda metade, com o declínio da natalidade, aproximando-se atualmente de sua etapa final (CASTIGLIONI, 2009, p. 95).

O período de transição demográfica de uma sociedade se caracteriza por mudanças significativas no crescimento e na composição da

população, a partir de um processo de envelhecimento que se dá com a redução dos segmentos de crianças e jovens e o aumento dos segmentos de adultos e idosos. O processo de envelhecimento indica que o nível de vida do brasileiro está se elevando (MOREIRA, 2001; CAMARANO, 2002; WONG, 2001; *apud* CASTIGLIONI, 2008, p. 5)², no entanto, também é preciso considerar o impacto que esse processo tem na realidade socioeconômica do país, trazendo grandes implicações nas demandas sociais, principalmente no que se refere aos sistemas de saúde e previdência social.

A acelerada queda das taxas de natalidade, em especial na segunda metade do século passado, coloca o país em uma situação na qual grande parcela de sua população se encontra em idade ativa (IBGE, 2013, p. 64)³. Essa condição, chamada por muitos autores de *bônus demográfico*, se dá quando a parcela de pessoas em idade ativa é maior do que a parcela dependente da população (crianças e idosos), o que é uma condição propícia ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, “com uma razão de dependência favorável, o Brasil tem condição única na sua história para aproveitar as oportunidades geradas pelo pequeno peso relativo das demandas sociais em relação a jovens e idosos. Neste contexto demográfico, os investi-

¹ CASTIGLIONI, Aurélia H. Mudanças na Estrutura Demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. Geógrafos. 2009.

² CASTIGLIONI, Aurélia H. Envelhecimento da população em Vitória, Espírito Santo (Brasil). Trabalho Apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008. 16 p.

³ Brasil em números = Brazil in figures. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Vol. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 392 p.

mentos em educação e saúde, principalmente, poderão refletir em resultados muito positivos se as devidas políticas foram adotadas” (IBGE, 2013, p. 64)

O Espírito Santo começou mais tarde que o Brasil o seu processo de transição demográfica, no entanto, este processo foi mais acelerado e atualmente está mais avançado que a média do país. Segundo Castiglioni (2009, p. 95), a queda da fecundidade no Espírito Santo ocorreu com atraso em relação ao conjunto do país, porém de forma acelerada. Esse declínio, que era modesto na década de 60, se acentuou nas décadas de 70 e 80 e continuou na década de 90, porém com um ritmo mais lento (CASTIGLIONI, 2009, p. 95). Assim, nas últimas décadas do século XX, o Espírito Santo já apresentava taxas de fecundidade total mais baixas que o conjunto do país. Com relação à mortalidade, Castiglioni (2009, p. 95) afirma que “a situação do Estado foi sempre melhor que a do conjunto do país, em consequência da formação de sua população composta por descendentes de imigrantes europeus, cuja cultura influenciou positivamente nos hábitos e costumes da população”.

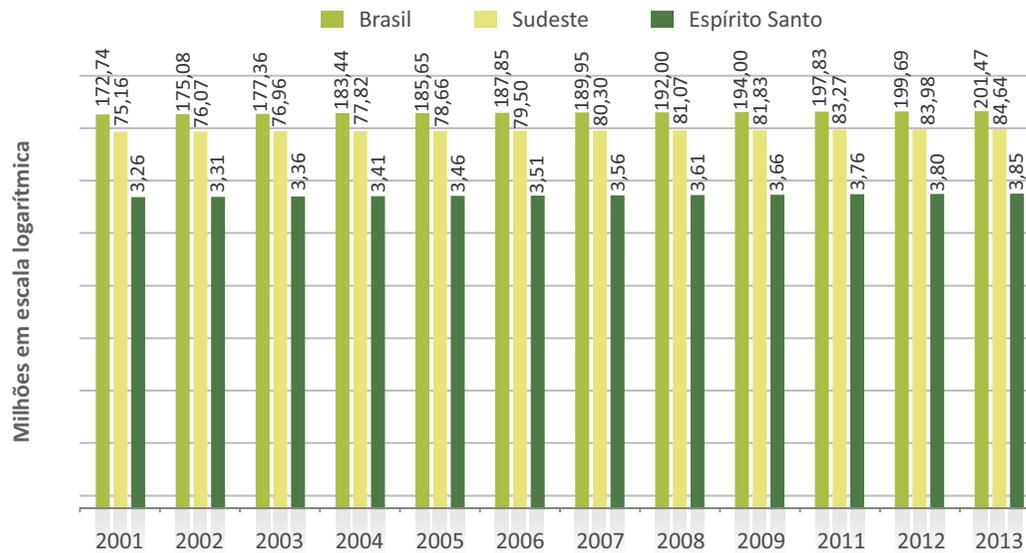
A população capixaba vem passando por uma fase da transição demográfica na qual a população deixa de ser predominantemente jovem e passa a se tornar progressivamente envelhecida, repercutindo em novos parâmetros para atendimento às demandas sociais, em especial no que se refere à saúde, à educação, ao emprego e à seguridade social.

Esta seção de demografia da *Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo* tem como objetivo analisar as recentes tendências da dinâmica demográfica do Espírito Santo, a partir das mudanças ocorridas no período entre 2001 e 2013, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). De forma geral, verifica-se o seguinte contexto demográfico:

- ritmo decrescente de crescimento populacional. Em 2002, a taxa de expansão da população em relação ao ano anterior foi de 1,6%, patamar que recuou para 1,2% em 2013;
- mudanças na estrutura etária em decorrência do perfil mais envelhecido da população. Em 2001 a cada 100 jovens na população do estado existiam pouco mais de 26 idosos. Em 2013 essa relação mais que dobrou para 59,5 idosos a cada 100 jovens.
- redução da parcela da população economicamente dependente. Em 2001 a razão de dependência no estado era de 59,5 pessoas em idade inativa para cada 100 em idade ativa. Em 2013 essa relação passou para, aproximadamente, 52 pessoas em idade inativa a cada 100 em idade ativa.



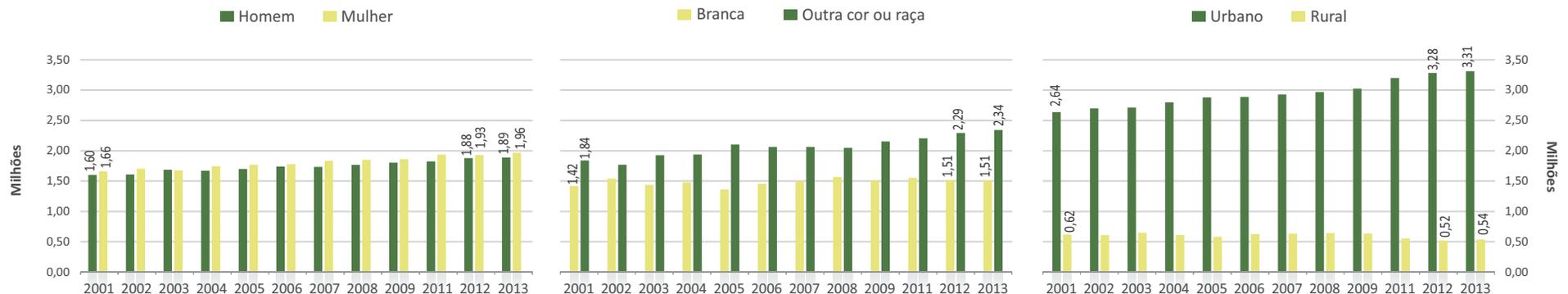
População residente, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a população do Espírito Santo, em 2013, totalizou 3,85 milhões de habitantes. Este número representa um incremento de quase 600 mil pessoas vivendo no estado desde o início da série histórica apresentada, 2001, quando a população estimada foi de 3,26 milhões de habitantes. A composição da população por gênero não se alterou significativamente no período 2001 a 2013, sendo que, na média, 50,9% dos habitantes totais são mulheres e 49,1% homens. Em 2013 a população feminina registrada foi de 1,96 milhão de pessoas, ao passo que a masculina foi de 1,89 milhão. A população de cor branca se manteve praticamente a mesma de 2012, 1,51 milhão de residentes. As pessoas pertencentes a categoria outra cor ou raça representaram 60,8% da população total do estado – 2,34 milhões de habitantes. Em relação à situação do domicílio, destaca-se que a maior parte da população espírito-santense, 3,31 milhões de pessoas, vive na área urbana, enquanto pouco mais de meio milhão na área rural.

População residente por gênero, cor ou raça¹ e situação do domicílio de residência, Espírito Santo, 2001 a 2013



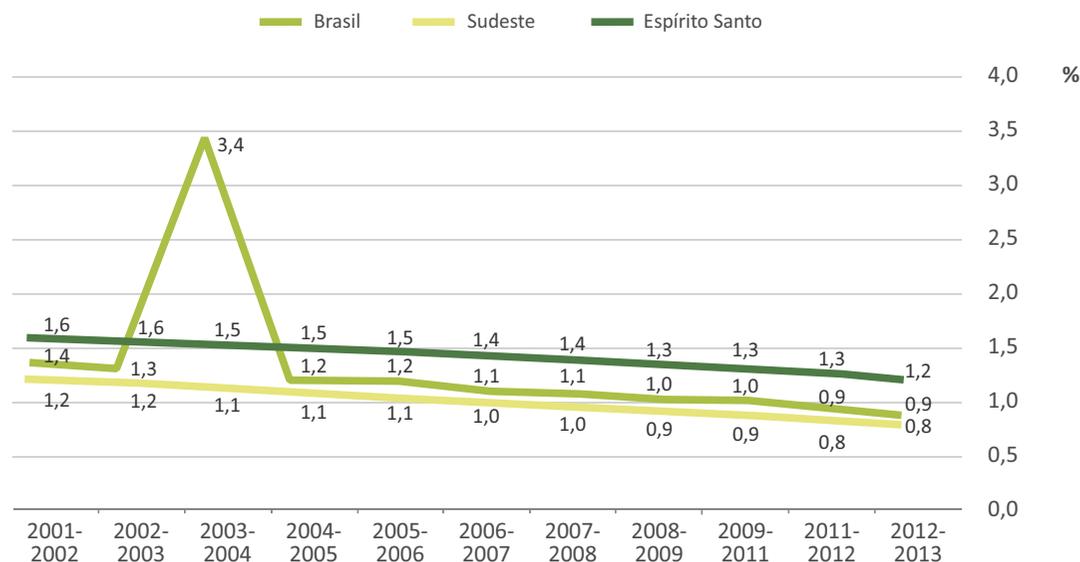
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Nota: ¹ Excluído sem declaração de cor ou raça.



As populações brasileira e capixaba exibiram nos últimos anos uma desaceleração no seu ritmo de crescimento. Durante o período 2001 a 2013 a taxa média de crescimento populacional registrada pelo Brasil foi de 1,3% a.a. e no Espírito Santo de 1,4% a.a. Confrontando 2013 com o ano imediatamente anterior, a população capixaba aumentou 1,2%, enquanto as taxas de crescimento da população brasileira e do sudeste foram ainda menores, 0,9% e 0,8%, respectivamente. A população feminina se elevou num ritmo mais acentuado que a masculina (1,9% frente a 0,5%) e foi responsável por mais de 80% do crescimento registrado em 2013. Ressalta-se também o aumento na população pertencente a outra cor ou raça, de 2,2%, e na população rural, de 3,4%, esta última após três anos de taxas de crescimento negativas.

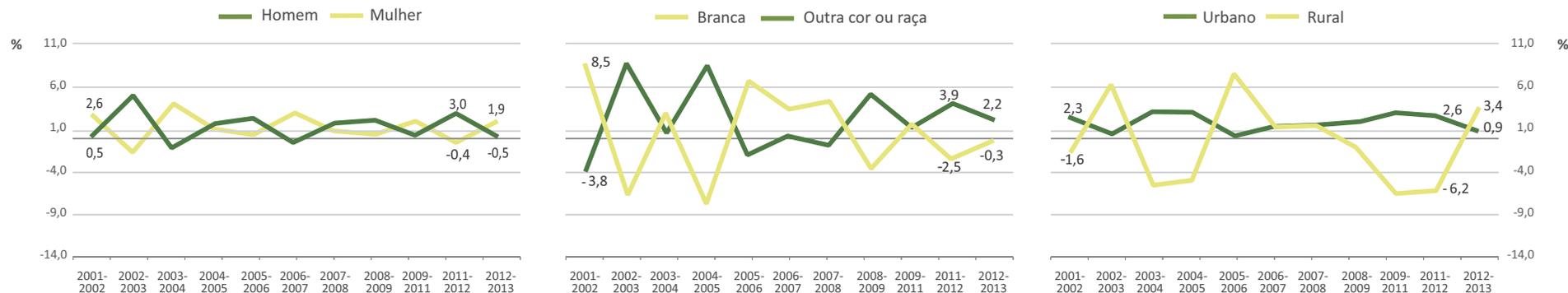
Taxa anual de crescimento populacional, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Nota: A taxa de crescimento populacional para o período 2009-2011 refere-se à taxa de crescimento anual média."

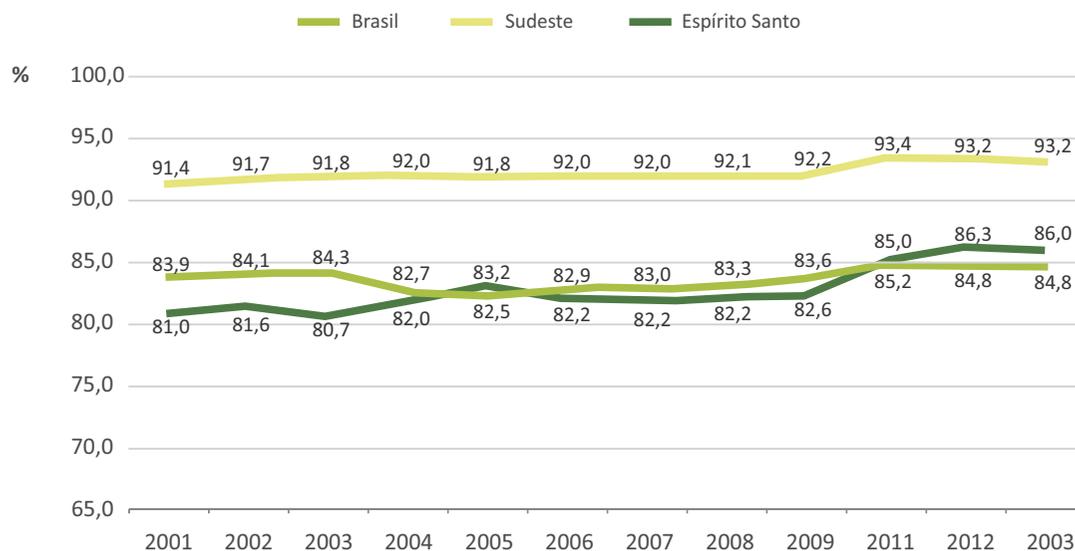
Taxa anual de crescimento populacional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



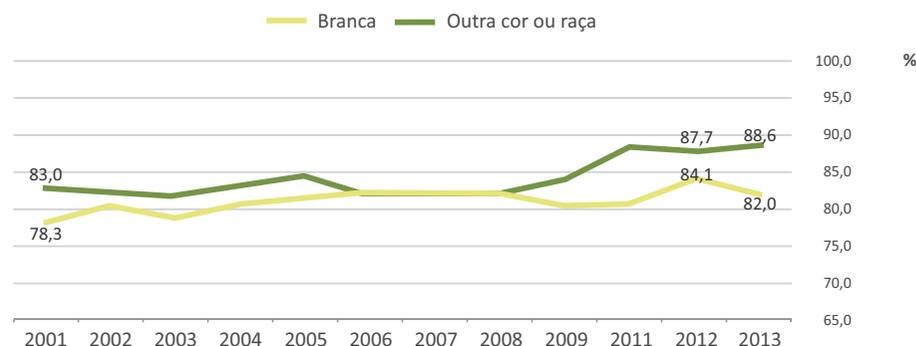
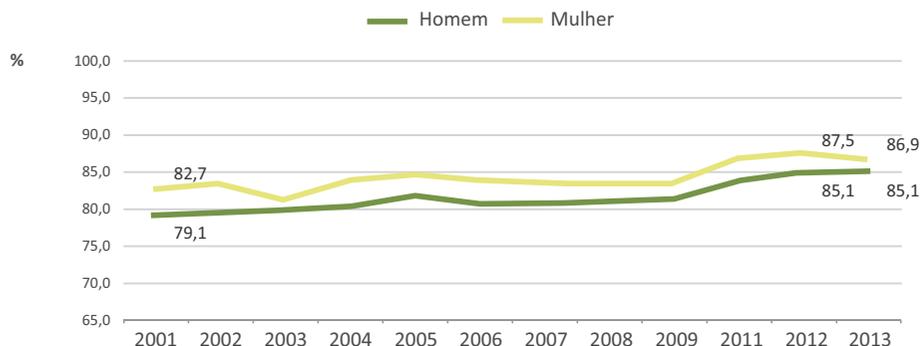
Taxa de urbanização, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O grau de urbanização reflete o percentual da população que reside em área urbana. Em 2013, 84,8% da população brasileira e 86,0% da capixaba viviam em áreas urbanas. Desde 2001, verifica-se um aumento no grau de urbanização do Espírito Santo, com acréscimo de 5,0 p.p, refletindo uma urbanização mais intensa que a observada na média do país. No que se refere ao gênero, 86,9% das mulheres e 85,1% dos homens residiam na área urbana, enquanto que na divisão por cor ou raça, a concentração urbana se manifestou de forma mais acentuada no grupo de habitantes que pertence ao grupo outra cor ou raça (88,6% ante 82,0% dos brancos).

Taxa de urbanização por gênero e cor ou raça, Espírito Santo, 2001 a 2013

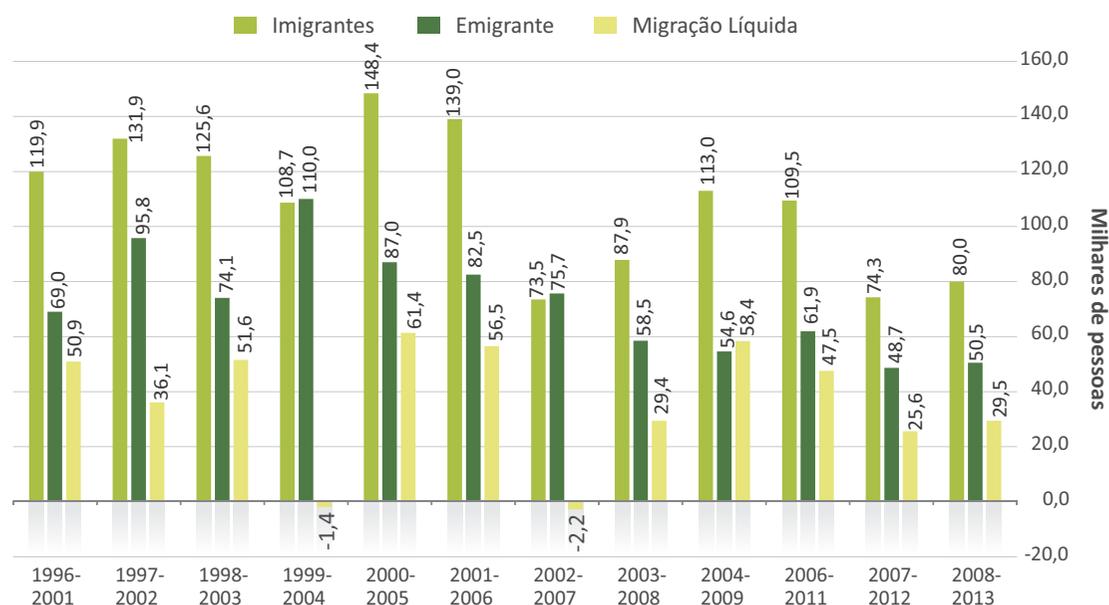


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



No período de 2008 a 2013 imigraram para o Espírito Santo 80,0 mil pessoas, número superior ao registrado no quinquênio imediatamente anterior (2007 a 2012). As regiões Sudeste e Nordeste foram responsáveis por mais de 90% das pessoas que fixaram moradia no estado. Por outro lado, 50,5 mil pessoas emigraram para outros estados, sendo que a maior parte (62,3%) teve como destino a região Sudeste. Assim, nos últimos cinco anos, a migração líquida resultou em 29,5 mil novos residentes no estado, valor esse que voltou a crescer após a queda nos dois quinquênios anteriores.

Fluxos migratórios, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

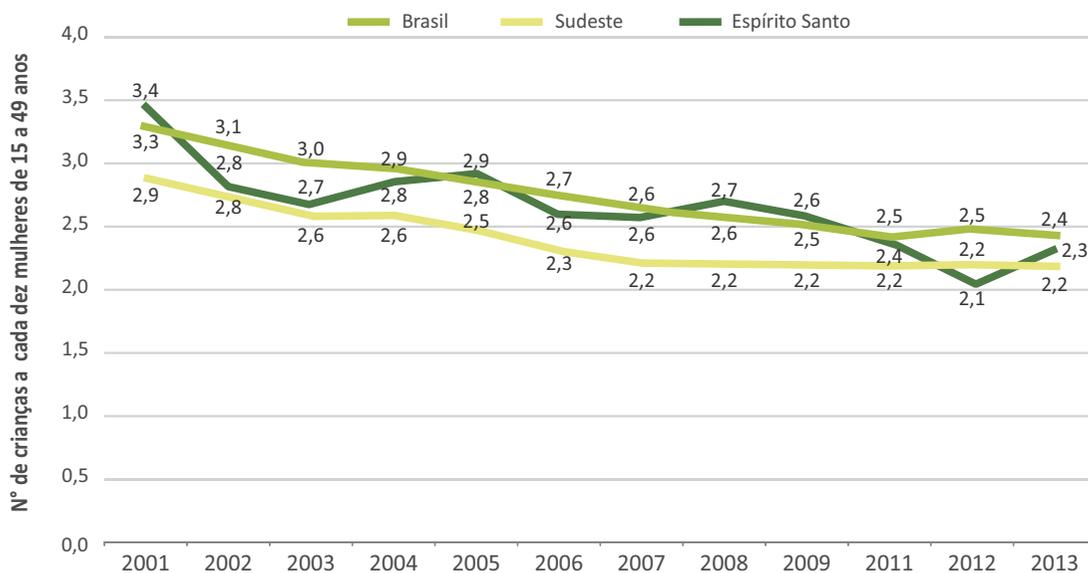
Composição dos fluxos migratórios por região, Espírito Santo, 2008 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



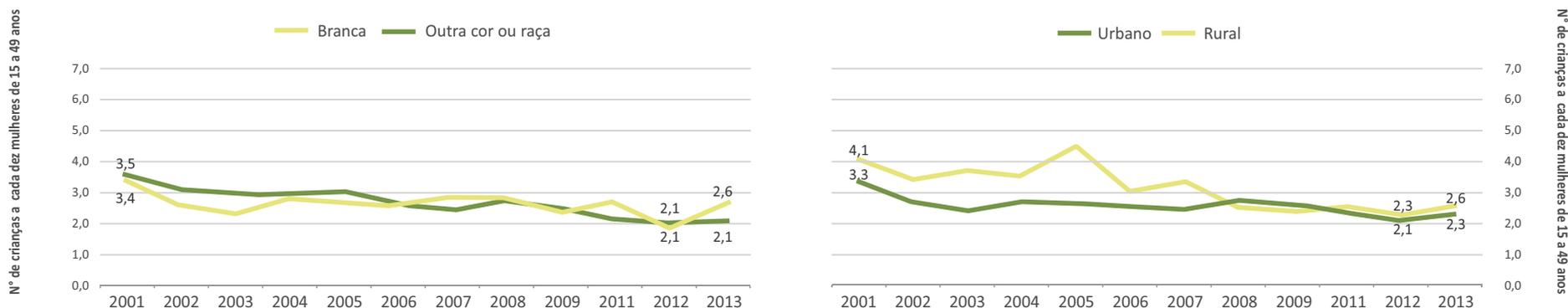
Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2013, o número de crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres residentes em idade reprodutiva no Espírito Santo foi de 2,3, quantidade um pouco superior à registrada em 2012 (2,1) e que voltou a crescer após as quedas consecutivas ocorridas desde 2009. No Brasil (2,4) essa relação foi maior que no estado, enquanto no Sudeste a relação criança-mulher foi menor, de 2,2. O grupo de mulheres brancas em idade reprodutiva do Espírito Santo contabilizou 2,6 crianças a cada 10 mulheres, enquanto o de outra cor ou raça 2,1. Nas áreas urbana e rural do estado os indicadores foram relativamente próximos, de 2,3 e 2,6 respectivamente.

Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos, cor ou raça e situação de domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

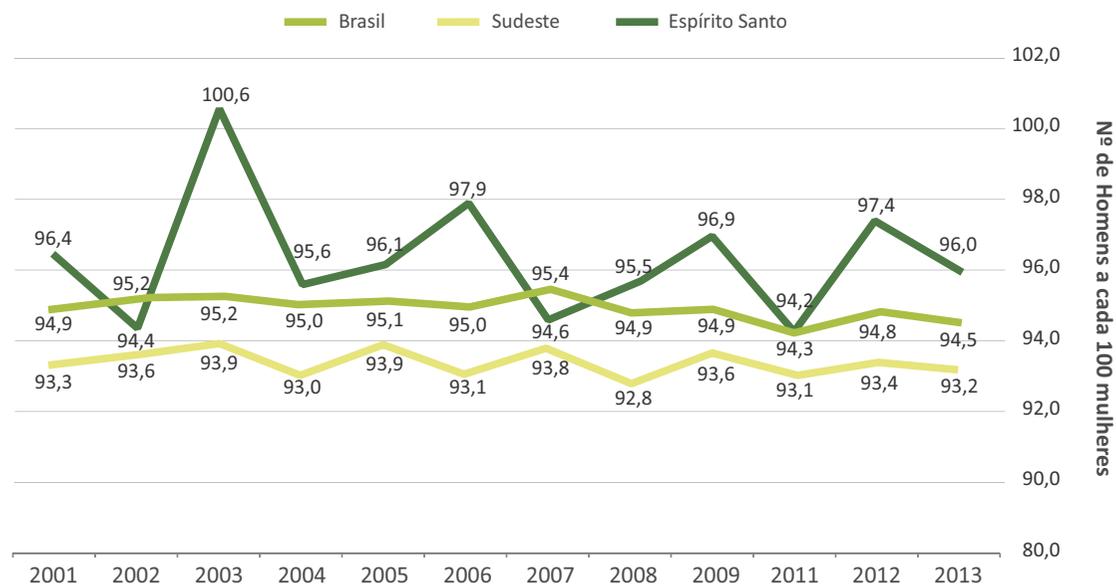


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



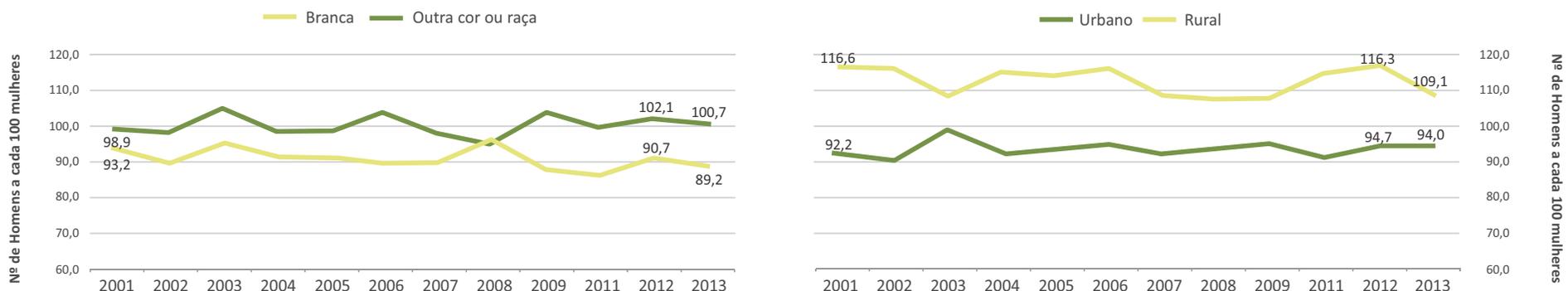
A razão de sexo mostra a quantidade de homens na população a cada 100 mulheres. Através deste indicador é possível perceber que a população feminina predomina tanto no estado, quanto no Sudeste e no Brasil. Ao longo dos últimos anos as razões de sexo se situaram relativamente próximas umas das outras. Em 2013, a cada 100 mulheres residentes existiam 96 homens no Espírito Santo, 93,2 no Sudeste e 94,5 no Brasil. Na população autodeclarada branca do Espírito Santo foram registrados 89,2 homens para cada 100 mulheres, enquanto que na população de outra cor ou raça a relação é praticamente de um pra um, ou seja, 100,7 homens para cada 100 mulheres. Também é possível perceber que na área urbana preponderou as mulheres (94 homens a cada 100 mulheres), ao passo que na área rural predominou os homens (109 homens a cada 100 mulheres).

Razão de Sexo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

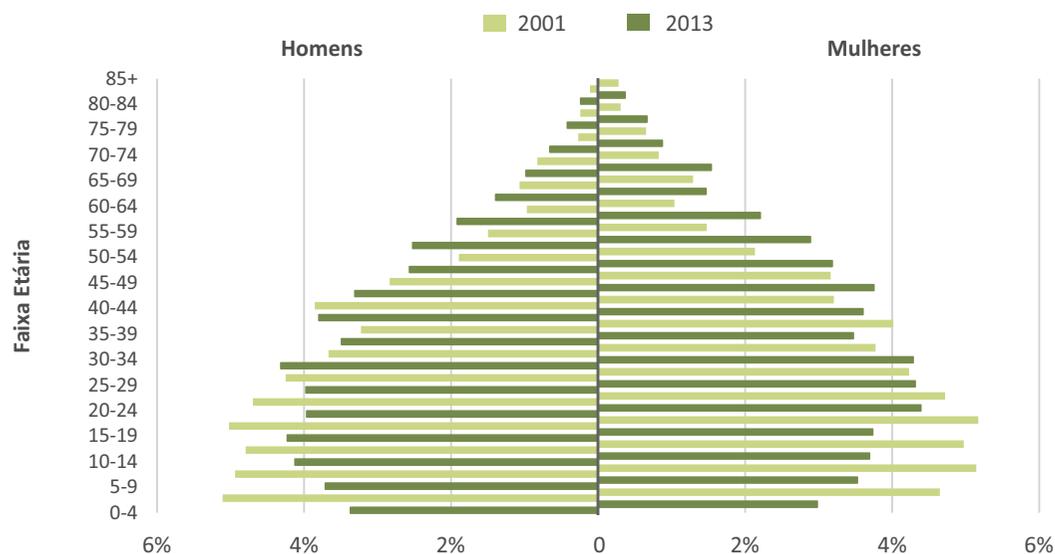
Razão de sexo por cor ou raça e situação de domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



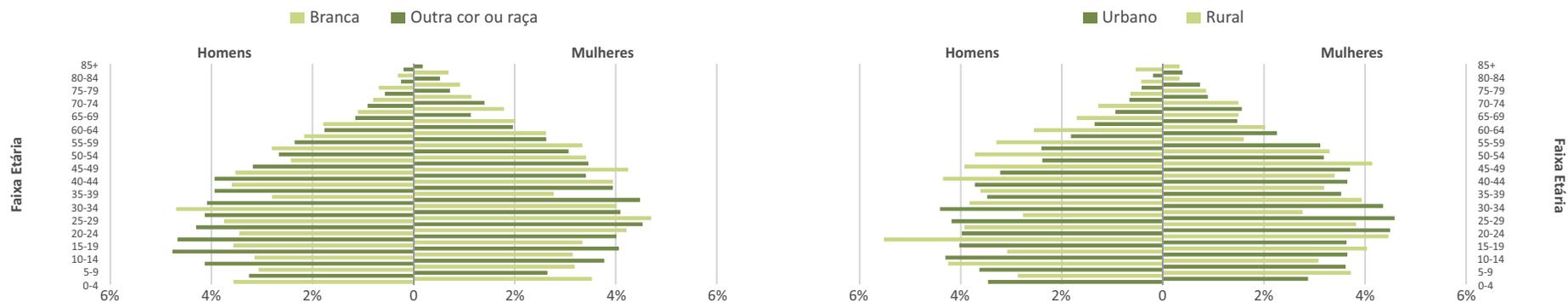
Estrutura etária, Espírito Santo, 2001 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A estrutura etária da população capixaba se transformou nos últimos anos, distanciando-se um pouco da forma piramidal tradicional. Em 2013, 13,6% da população do estado tinha até nove anos de idade, sendo que em 2001 essa participação era de 19,8%. Por outro lado, a população com 60 anos ou mais de idade representou 12,7% dos habitantes totais no último ano, enquanto que em 2001 não alcançou 8% (7,8%). Nas faixas etárias de 20 a 29 anos e acima de 49 anos, as mulheres possuíam maior participação, enquanto nas faixas etárias até 19 anos a população masculina prevaleceu. A população de outra cor ou raça se mostrou mais jovem que a população branca, com 48,3% das pessoas com até 29 anos (ante 42,6% no grupo de cor branca). Por outro lado, a população branca possuía, proporcionalmente, mais idosos do que a população de outras cores ou raça, 15,9% frente a 10,7%. Na área rural a faixa de homens de 15 a 19 anos é a que concentrou a maior parcela desta população, 5,5%, ao passo que na área urbana ressalta-se a importância da população feminina idosa (5%).

Estrutura etária por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013

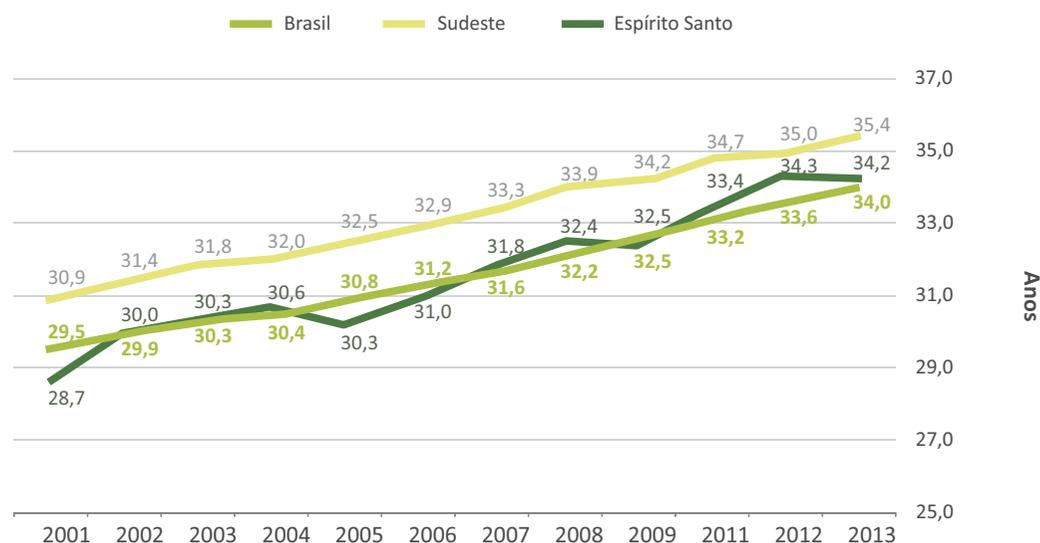


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



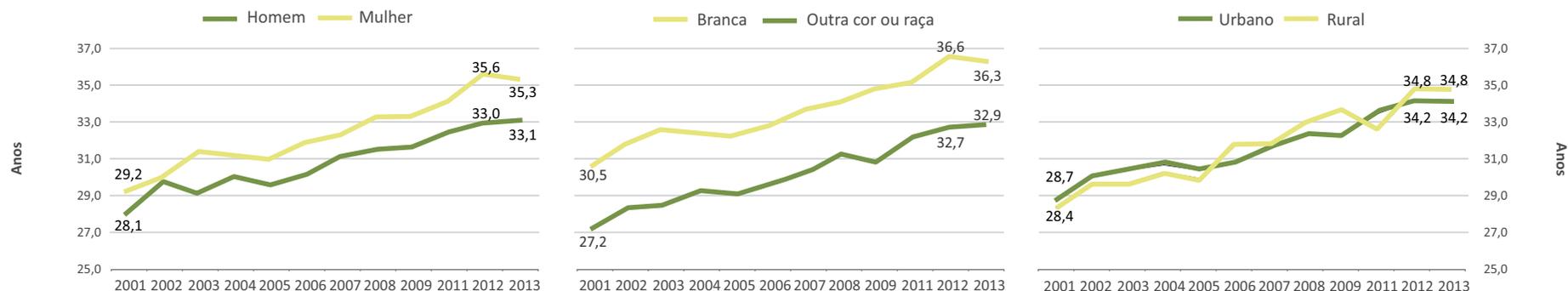
Em 2013 tanto a idade média da população do Sudeste quanto a do Brasil continuaram com a tendência de crescimento registrada nos anos anteriores, alcançando 35,4 anos e 34,0 anos, respectivamente. No Espírito Santo foi registrada uma leve queda neste indicador comparativamente ao ano anterior, de 34,3 para 34,2 anos de idade. Essa redução foi resultado da diminuição na idade média das mulheres (de 35,6 para 35,3 anos), mas que é ainda significativamente superior a idade média masculina (33,1). A idade média da população de cor branca, como nos anos anteriores, ficou acima da população de outra cor ou raça, 36,3 anos frente a 32,9 anos de idade, enquanto que os habitantes das áreas rural e urbana apresentaram as mesmas idades médias de 2012, 34,8 e 34,2 anos, na devida ordem.

Idade média da população residente, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

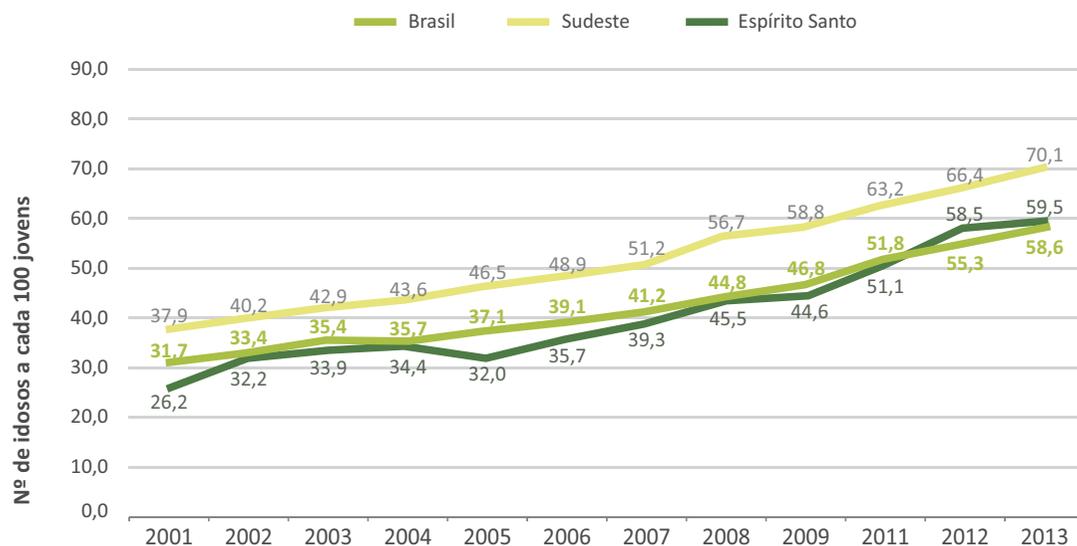
Idade média da população residente por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



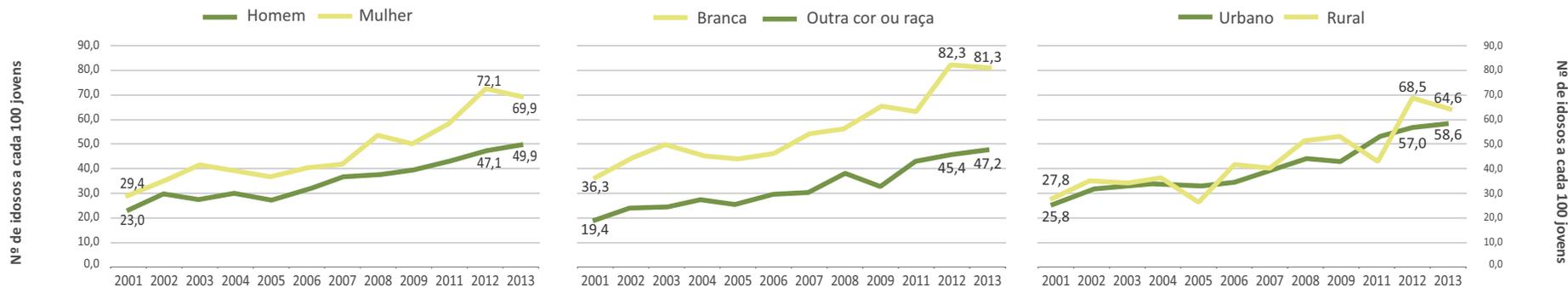
Índice de envelhecimento, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
Nota: o grupo etário da população idosa foi determinado com base no estatuto do idoso.

O índice de envelhecimento mede o número de idosos (60 anos ou mais de idade) a cada 100 jovens (0 a 14 anos de idade) na população. Em 2013, e seguindo a tendência observada nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no Sudeste e no Espírito Santo houve um aumento do peso da população idosa. O indicador apresentado pelo Espírito Santo, de 59,5 idosos para cada 100 jovens, foi um pouco superior ao do Brasil (58,6), mas inferior ao do Sudeste (70,1). A população capixaba feminina está mais envelhecida que a masculina e contou, em 2013, com 69,9 idosas para cada 100 mulheres jovens. Também se destaca o índice de envelhecimento da população branca (81,3) frente a população de outra cor ou raça (47,2). Comparando o indicador da área urbana com a rural, a segunda (64,6) é um pouco mais envelhecida que a primeira (58,6).

Índice de envelhecimento por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



A razão de dependência evidencia o peso relativo da população considerada inativa (0 a 14 anos e acima de 60 anos) sobre a população ativa (de 15 a 59 anos). Em toda a série analisada a razão de dependência no Espírito Santo se situou abaixo da registrada no Brasil. Em 2013, para cada 100 pessoas em idade ativa no estado existiam aproximadamente 52 pessoas em idade inativa, enquanto no Brasil este número foi de 54,6 e no Sudeste 52,4. A análise por gênero mostra que na população masculina a razão de dependência foi um pouco maior que na população feminina. Enquanto foram contabilizadas 51,5 mulheres em idade inativa para cada 100 mulheres em idade ativa, a relação masculina foi de 52,2 homens em idade inativa para cada 100 em idade ativa. No estudo por cor ou raça, a população branca registrou uma razão de dependência de 55,1 ante ao indicador de 49,9 da população de outra cor ou raça. Em relação a situação do domicílio, a razão de dependência foi de 51,7 para o urbano e de 52,8 para o rural.

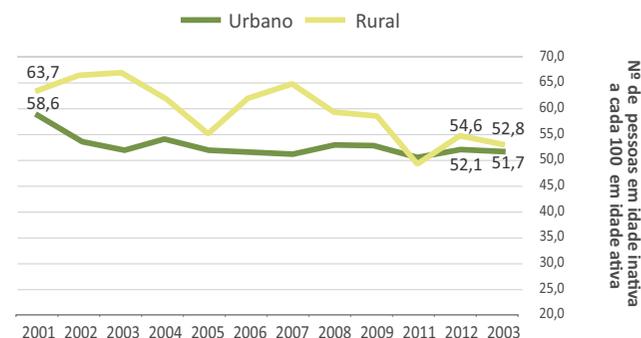
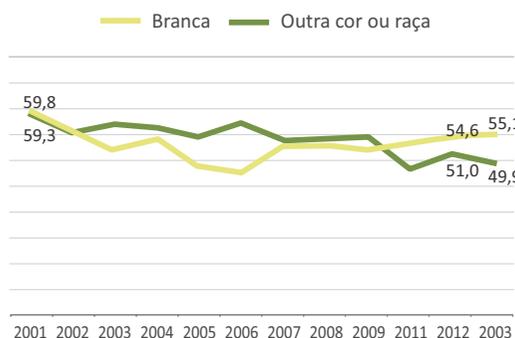
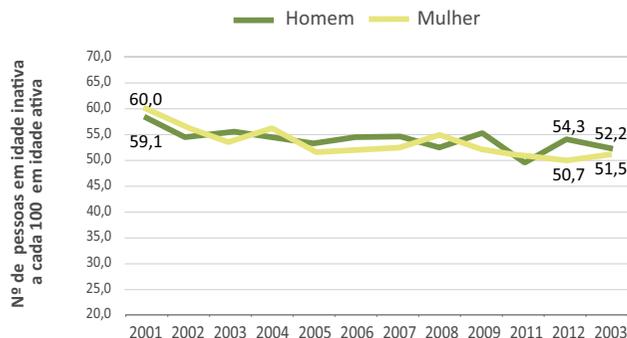
Razão de dependência, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Nº de pessoas em idade inativa a cada 100 em idade ativa

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
Nota: O grupo etário da população idosa foi determinada com base no Estatuto do Idoso.

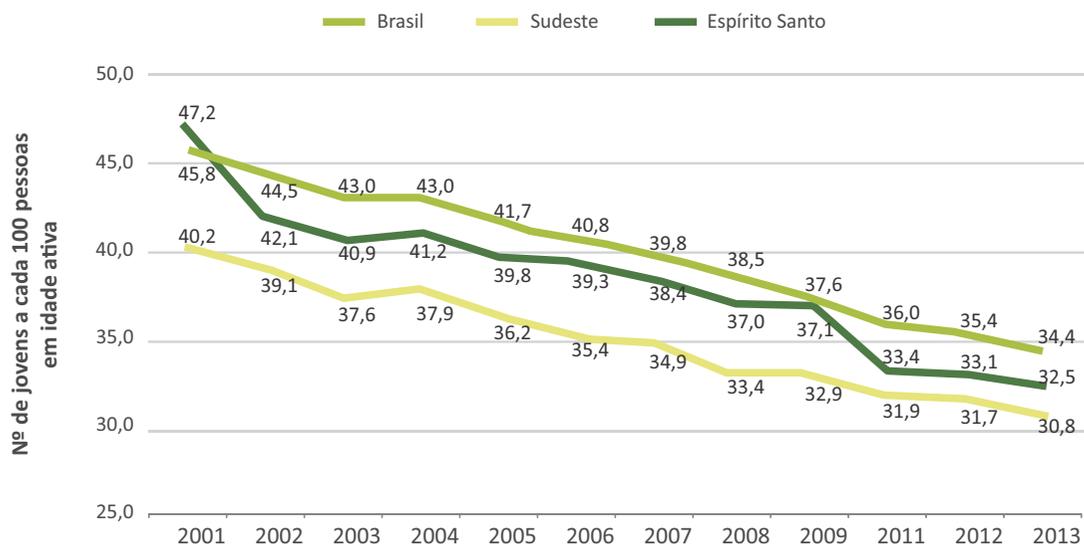
Razão de dependência por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Nº de pessoas em idade inativa a cada 100 em idade ativa

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

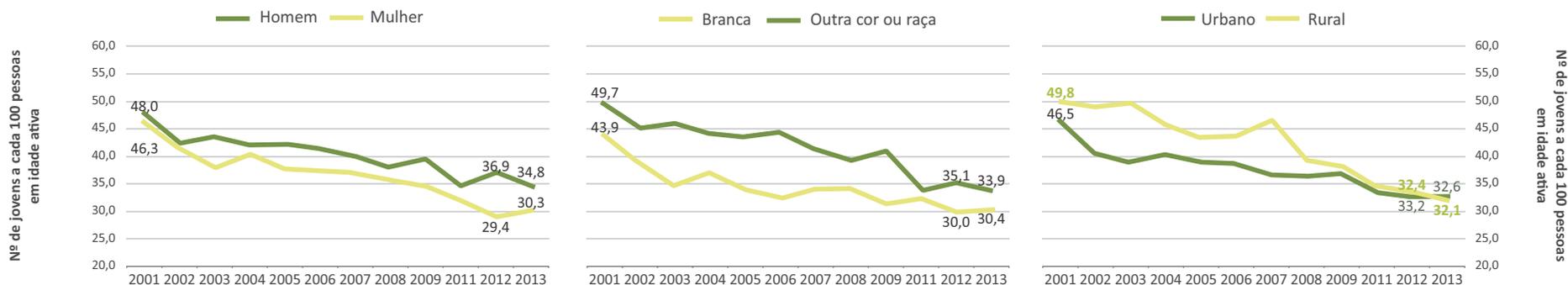
Razão de dependência jovem, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A razão de dependência jovem, que mostra quantas pessoas de 0 a 14 anos existem para cada 100 habitantes em idade ativa (de 15 a 59 anos), vem declinando nos últimos anos. Em 2013, o indicador do grupo etário jovem para o Espírito Santo (32,5) situou-se abaixo do registrado pelo Brasil (34,4) mas acima do apresentado pelo Sudeste (30,8). A população feminina contabilizou 30,3 jovens a cada 100 mulheres em idade ativa, ao passo que a população masculina apresentou uma relação mais elevada, de quase 35 jovens para cada 100 homens em idade ativa. Diferentemente do que ocorreu com o indicador total (razão de dependência), a razão de dependência jovem da população branca (30,4) foi inferior à da população autodeclarada como outra cor ou raça (33,9). No que se refere a situação do domicílio (rural ou urbana) o indicador ficou bem próximo nas duas áreas (aproximadamente 32).

Razão de dependência jovem por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

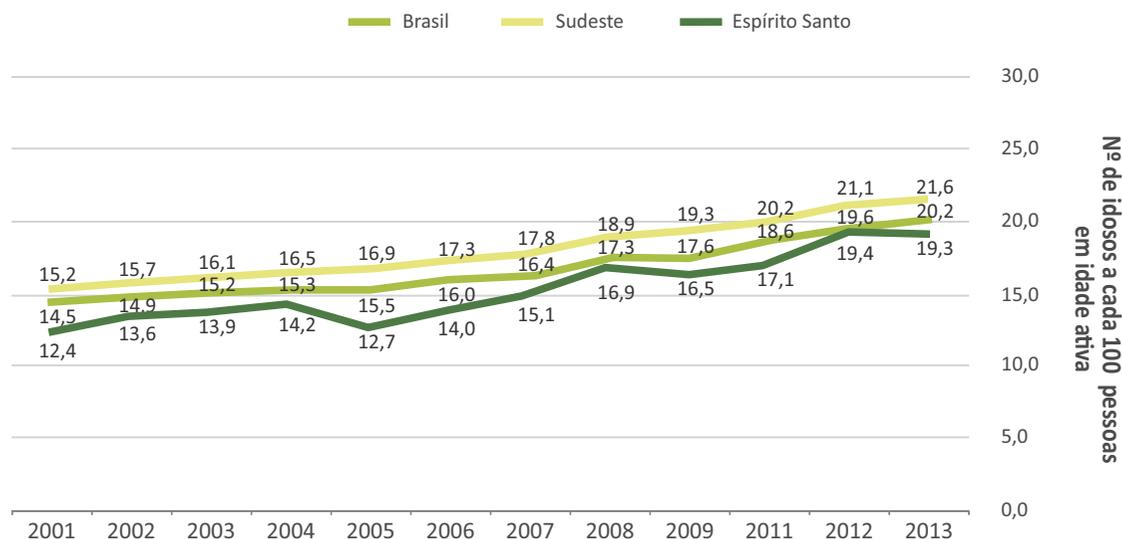


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



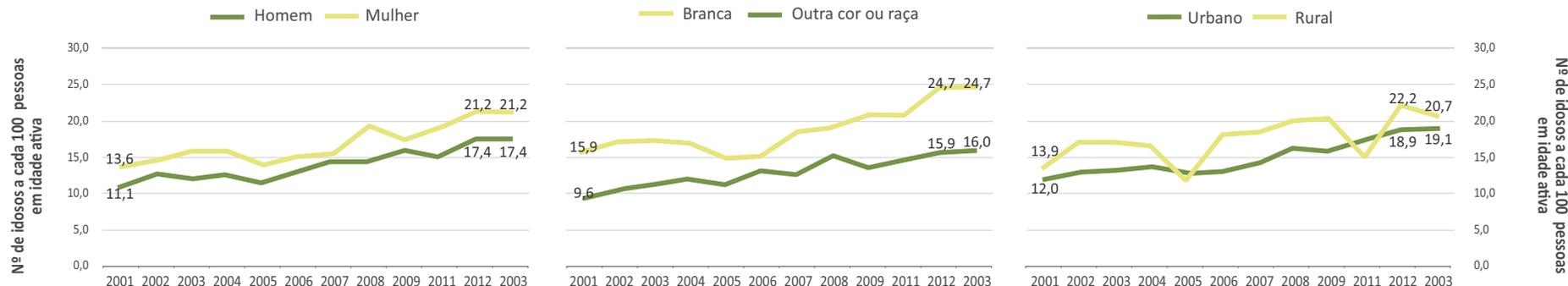
A Razão de dependência dos idosos apresentou nos últimos anos uma tendência ascendente, resultado do aumento das pessoas com 60 anos ou mais de idade na população. Em 2013, no Espírito Santo, para cada 100 pessoas em idade ativa (15 a 60 anos) existiam 19,3 idosos, relação inferior à registrada no Brasil (20,2) e no Sudeste (21,6). Na análise por gênero, as mulheres idosas apresentam uma razão de dependência superior à dos homens (21,2 contra 17,4). No grupo das pessoas com 60 anos ou mais de idade de cor branca foram contabilizados 24,7 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, enquanto que no grupo outra cor ou raça essa relação foi 16,0. Na classificação de acordo com a situação do domicílio, se urbano ou rural, as razões de dependência ficaram próximas, 19,1 e 20,7, respectivamente.

Razão de dependência idoso, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
 Nota: O grupo etário da população idosa foi determinada com base no Estatuto do Idoso.

Razão de dependência idoso por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



DOMICÍLIOS

Além de unidades de análise quantitativa, domicílios são o “locus” de interação de grupos familiares, de agregação dos resultados do trabalho familiar, sendo portanto, unidades passíveis de dimensionamento das condições socioeconômicas e de sustentabilidade de um território. Nesta seção são apresentados indicadores sobre domicílios que se inserem na dimensão social da presente síntese. O tratamento na forma de indicadores dos dados que compõem tal dimensão assume particular relevância por mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, contribuindo para fornecer subsídio para o planejamento e as políticas públicas.

Os indicadores incluídos nesta seção abrangem os temas: total de domicílios particulares permanentes, acesso à rede coletora de esgoto, esgotamento sanitário adequado, abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica, telefonia fixa e celular, posse de bens móveis, domicílios por tipo de ocupação (próprios, alugados e cedidos) e domicílios adequados. Pode ser observada a evolução entre os anos 2001 e 2013.

Os resultados foram extraídos com base na PNAD e encontram-se desagregados por Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo. Sua distribuição considera também aspectos socioeconômicos e geográficos como renda da população (>3 e <=3 salários mínimos) e situação domiciliar (rural/urbano).

A síntese aponta que a proporção de domicílios com abastecimento de água por rede no Brasil, Sudeste e Espírito Santo aumentou entre os anos 2001 e 2013. Esse crescimento revela-se importante por demonstrar a expansão de um serviço considerado essencial na melhora das condições de vida da população e com bastante impacto na saúde.

Além do abastecimento de água por rede, indicadores relacionados ao acesso à rede coletora de esgoto, ao esgotamento sanitário adequado e à coleta de lixo, pertencem à categoria saneamento. Um tema considerado importante para a dimensão ambiental dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, pois remete ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental. Contribui ainda, de forma estratégica, para que sejam alcançadas as metas de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais ao benefício das gerações futuras. Estes indicadores constituem-se de igual relevância para as análises relacionadas às condições de saúde, associando-se sua ausência à ocorrência de determinados tipos de doenças (aquelas veiculadas às condições de saneamento da população) que terminam por demandar investimentos sociais públicos de grande envergadura exigindo, portanto, políticas públicas específicas.

A coleta de lixo compõe, junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, os serviços públicos fundamentais (ou básicos) para o bem-estar da população. Entretanto, é preciso ressaltar que na atual conjuntura a coleta do lixo não garante por si só a melhora da qualidade de vida. Nesse contexto, a deposição final do lixo assume importância estratégica no campo das políticas públicas de resíduos sólidos.

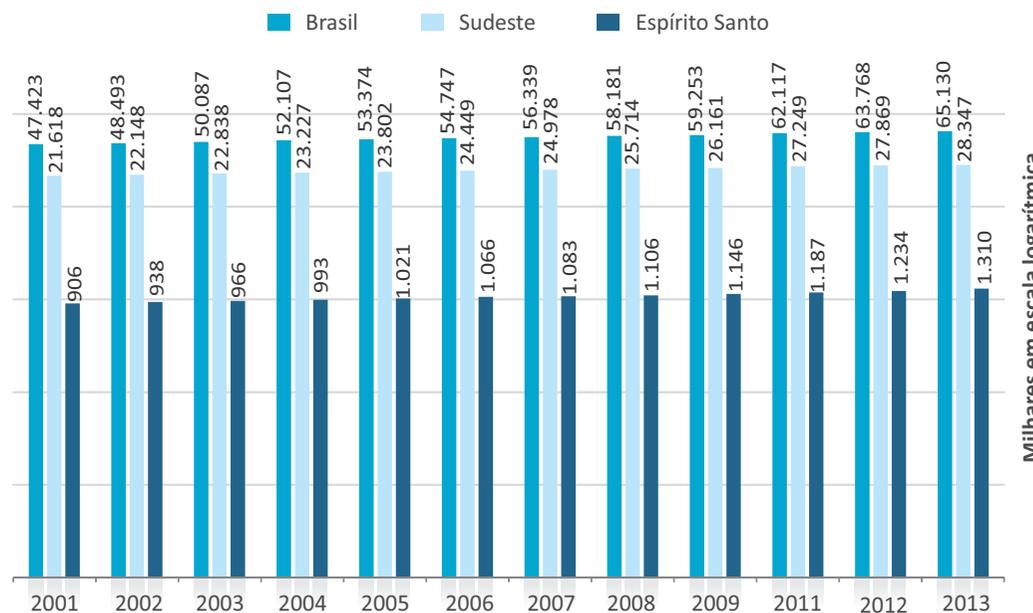
Os indicadores relacionados à posse de bens móveis, assim como ao acesso à telefonia, por sua vez, demonstram o poder de compra das famílias, indicando a evolução tanto da dinâmica econômica do território, quanto das condições econômicas dos domicílios e sua capacidade de acesso a tecnologias de informação e comunicação.

Total de domicílios particulares permanentes



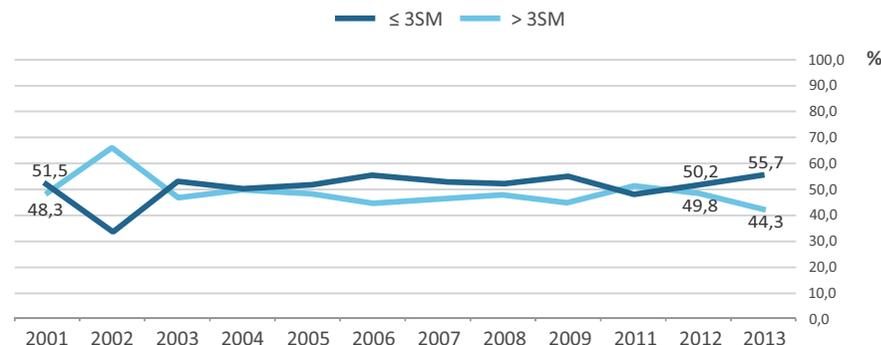
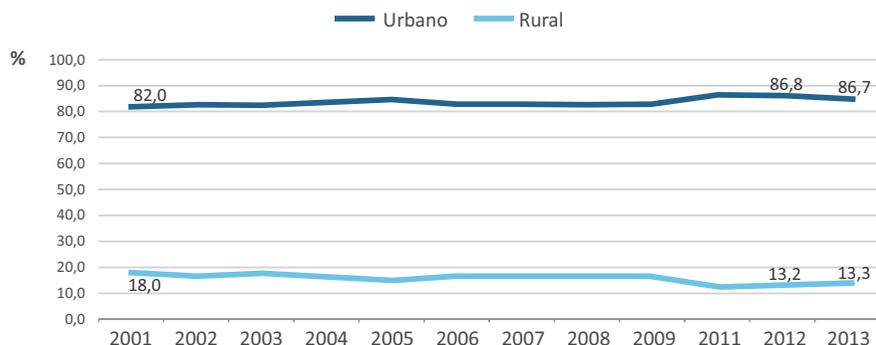
O número total de domicílios particulares permanentes aumentou nas três regiões analisadas. No Brasil foram 17.706.324 domicílios a mais entre 2001 e 2013, representando um acréscimo de 37,3%. Na região Sudeste foram 6.728.901 novos domicílios, com acréscimo de 31,1% e no Espírito Santo 404.399 (44,6%) domicílios a mais entre 2001 e 2013. A zona urbana concentrou em 2013 86,7% dos domicílios existentes no estado, apresentando um aumento no período 2001 a 2013 de 4,7 p.p. A zona rural apresentou, em 2013, uma participação no número de domicílios de apenas 13,3%, tendo apresentado um decréscimo nos domicílios entre 2001 e 2013 de 4,72 p.p. Em relação ao rendimento domiciliar no período 2001 a 2013 a distribuição manteve-se próxima entre os dois grupos de classes de rendimento, predominando os domicílios na classe de rendimento <=3sm, à exceção dos anos 2002 e 2011. Nesses dois anos observa-se uma inversão da série com a classe de rendimento >3sm passando a deter um maior número de domicílios, respectivamente, 66,4% e 51,3%. Em 2013 a série se inverte novamente com o predomínio de domicílios na classe de renda <=3sm, sendo esta de 55,7% frente à participação de 44,3% da classe >3sm.

Total de domicílios particulares permanentes, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

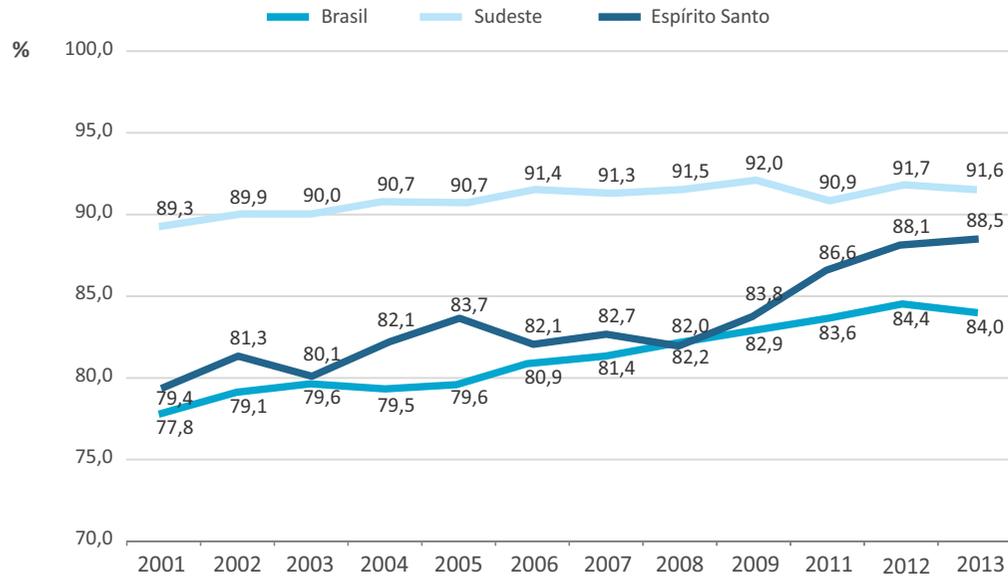
Percentual de domicílios particulares permanentes segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



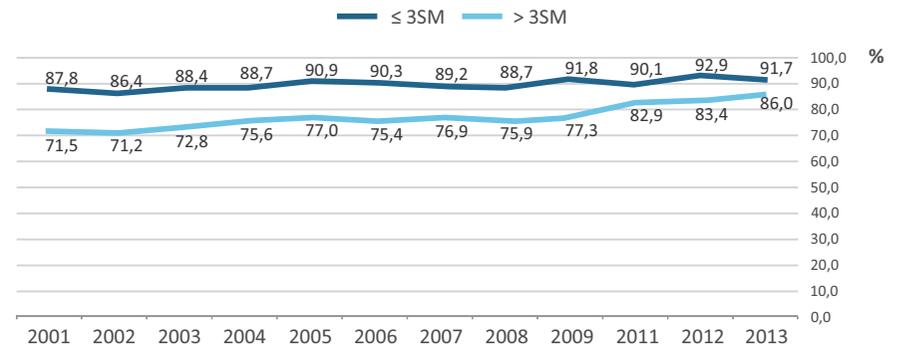
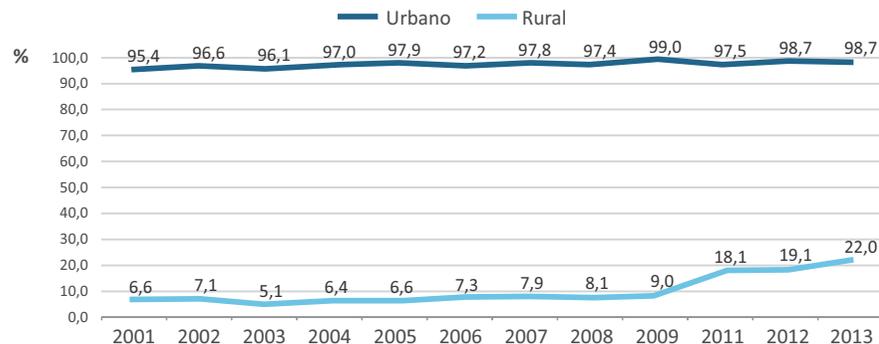
Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

A proporção de domicílios brasileiros que apresentaram abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição aumentou 6,2 p.p. entre os anos 2001 e 2013, evoluindo de 77,8% para 84,0%. Na região Sudeste a proporção também cresceu durante esse período, indo de 89,3% para 91,6%. A evolução deste indicador no estado do Espírito Santo sofreu períodos de crescimento e decréscimo no período analisado, contabilizando um aumento de 9,1 p.p., ao passar de 79,4% em 2001 para 88,5% em 2013. Na área urbana do território capixaba, a proporção de domicílios com abastecimento de água alcançou 98,7% em 2013 sendo que na área rural a proporção foi de 22,0%, Atenta-se sobre o elevado crescimento (de 15,4 p.p.) do número de domicílios atendidos pelo serviço de abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição no meio rural entre 2009 e 2013, que foi de 9,0% para 22,0%. Os domicílios com renda domiciliar superior a 3 salários mínimos também apresentaram indicadores proporcionalmente melhores do que os domicílios com renda domiciliar até 3 salários mínimos, tendo os primeiros apresentado um percentual de 91,7% e os demais um percentual de 86,0%.

Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013

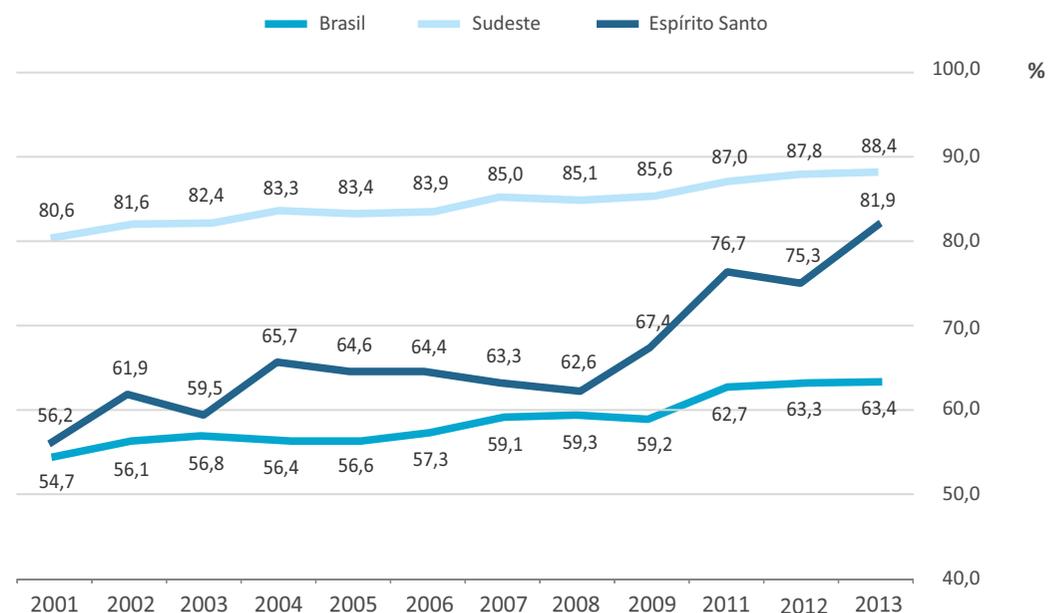


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



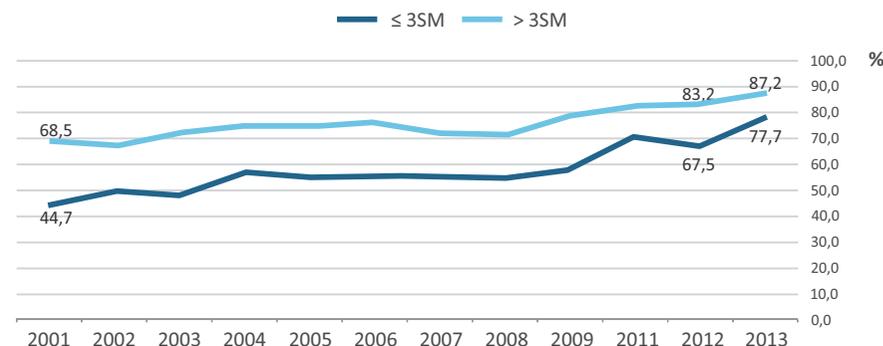
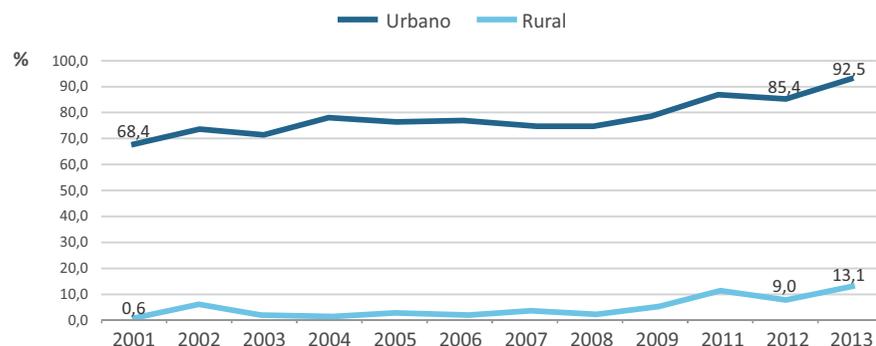
No contexto nacional o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto aumentou em 8,7 p.p. entre 2001 e 2013, sendo o aumento relativo à região Sudeste de 7,8 pp. Já no Espírito Santo este aumento, no período analisado, foi bem mais expressivo, sendo de 25,7 p.p., passando de 56,2% em 2001 para 81,9% em 2013. Com relação à cobertura do serviço, verifica-se que o Espírito Santo encontra-se acima da média nacional e abaixo da média regional, considerando-se a série histórica. No estado, a coleta de esgoto, como esperado, por se tratar de um serviço por rede, concentra-se na zona urbana, sendo o mesmo equivalente a 92,5% em 2013, frente a 13,1% de acesso na zona rural. Em 2013, 77,7% dos domicílios com renda domiciliar ≤ 3 salários mínimos apresentaram acesso à rede coletora de esgoto, enquanto aqueles com renda domiciliar >3 salários mínimos tiveram cobertura de 87,2% deste serviço.

Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

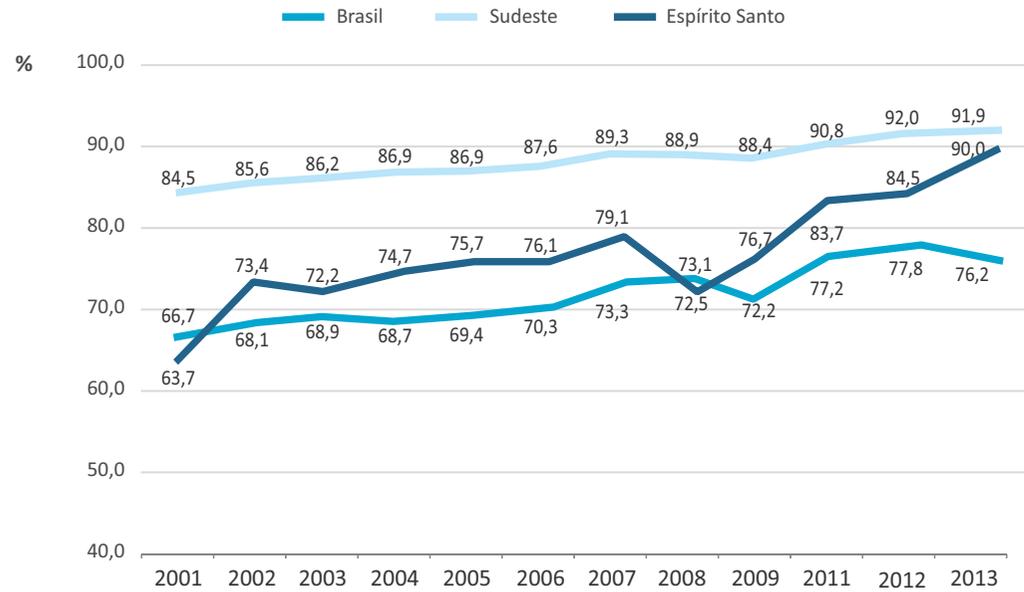
Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



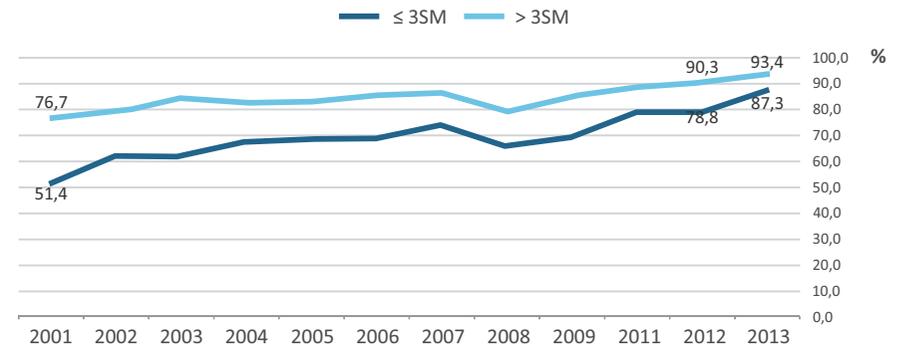
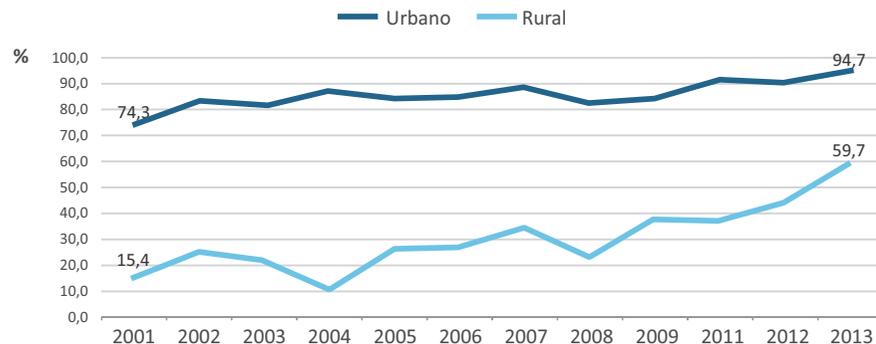
Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

O percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (que inclui fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial) acumulou um crescimento de 26,3 p.p, passando de 63,7% para 90,0% para o Espírito Santo. No Brasil, a alta acumulada nesse período foi de 9,5 p.p (evoluindo de 66,7% para 76,2%), e na região Sudeste de 7,4 p.p (aumentando de 84,5% para 91,9%). O percentual de domicílios capixabas que possuíam esgotamento sanitário adequado continuou sendo substancialmente maior na área urbana (94,7% em 2013) do que na área rural (59,7%). Observou-se, no entanto, que o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado na área rural aumentou em 44,3 p.p., ao passar de 15,4% em 2001 para 59,7% em 2013, frente ao aumento na zona urbana que foi de 20,4 p.p. (de 74,3% para 94,7%). O maior ganho percentual acumulado também se verifica nas classes de rendimento $\leq 3sm$, onde o aumento foi de 36 p.p. no período, com aumento do número de domicílios com esgotamento sanitário adequado de 51,4% para 87,3%, aumento de 35,9 p.p. Já nas classes de rendimento $> 3sm$ a participação percentual aumentou em 16,7 p.p., ao passar de 76,7% para 93,4%.

Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013

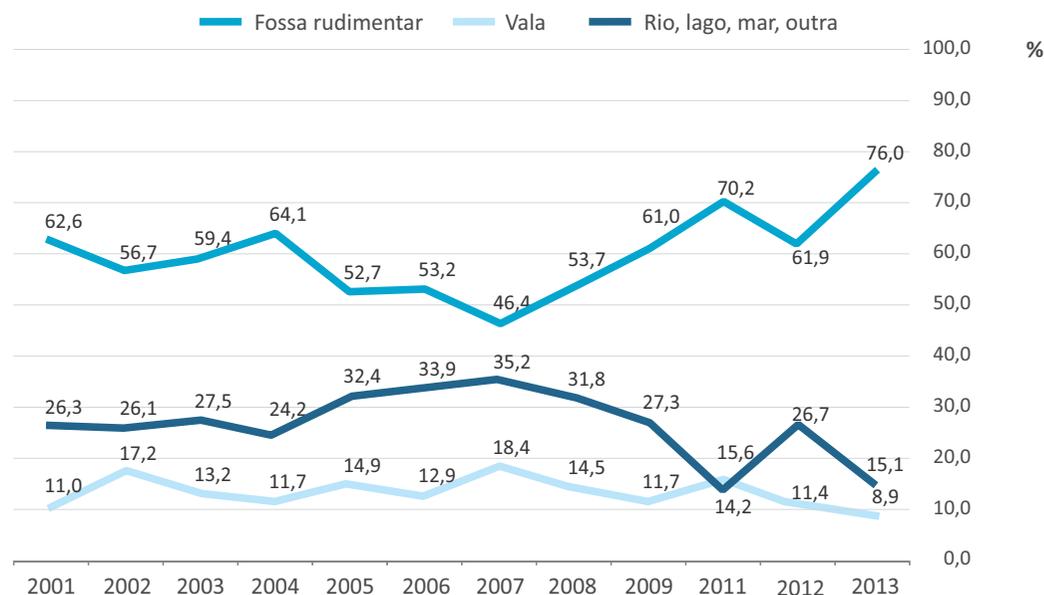


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



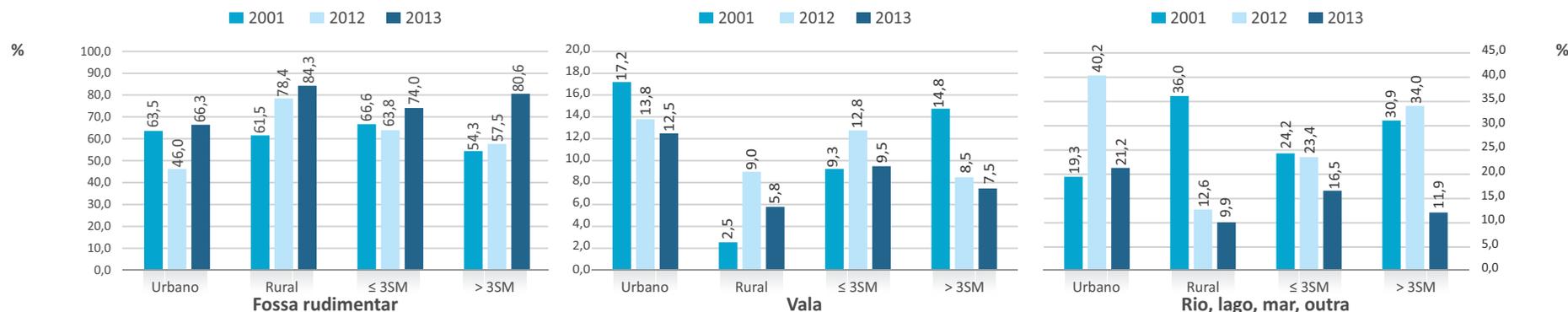
No Espírito Santo, dentre o percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado por tipo de inadequação, a maior participação é de fossa rudimentar. Este sistema mostrava percentual de 62,6% em 2001 e 76% em 2013, sendo a inadequação mais presente tanto nos domicílios rurais (84,3%) quanto nos domicílios urbanos (66,3%), referindo-se ainda a 80,6% das inadequações de esgotamento dos domicílios com rendimento >3sm e a 74,0% dos domicílios que percebem renda <=3sm. O escoamento sanitário destinado aos rios, lagos ou mar, é segundo maior tipo de inadequação observado no estado entre 2001 e 2013 (exceção do ano 2011) e atinge a casa dos 21,2% dos domicílios urbanos em 2013, e 9,9% dos domicílios rurais, apresentando um percentual de 16,5% dos domicílios com rendimento <=3sm e de 11,9% nos domicílios com rendimento >3sm. A inadequação relativa ao uso de valas foi expressiva nos domicílios urbanos, sendo de 12,5% destes, frente a 5,8% dos domicílios rurais e se mostra mais expressivo nos domicílios com rendimento <=3sm (9,5%) do que naqueles com rendimento >3sm (7,5%).

Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação, no Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

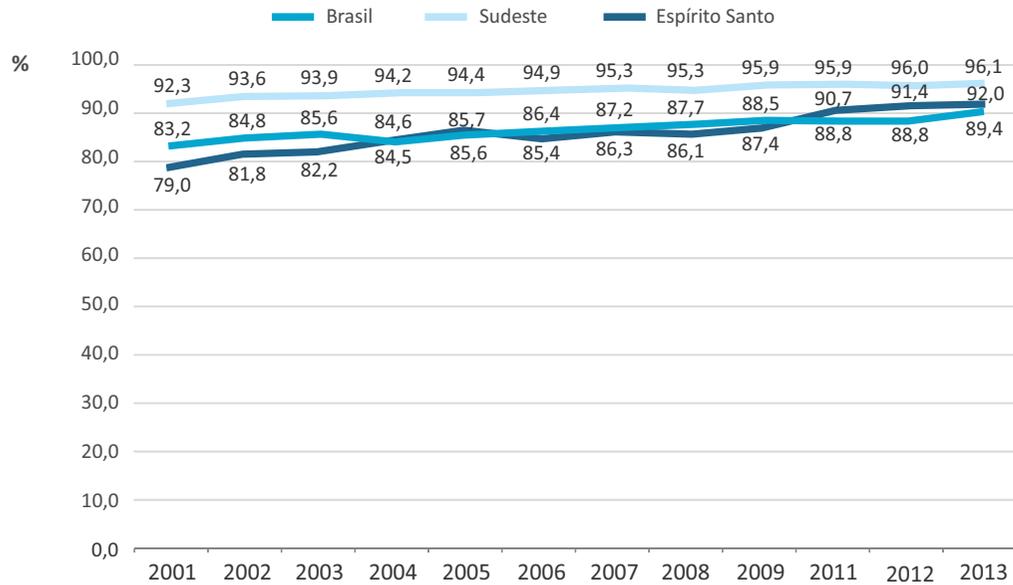
Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



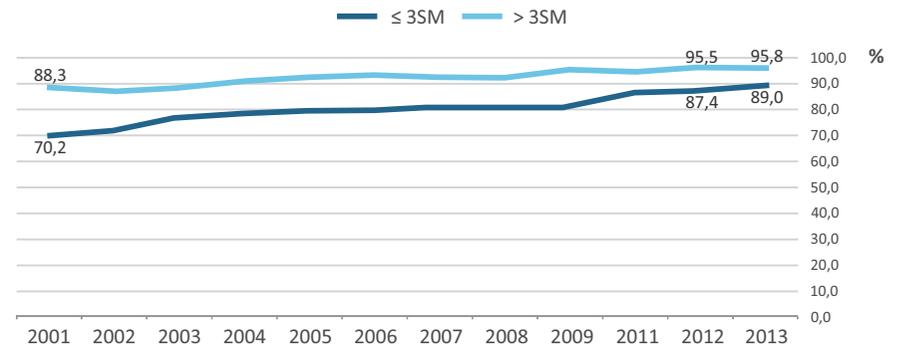
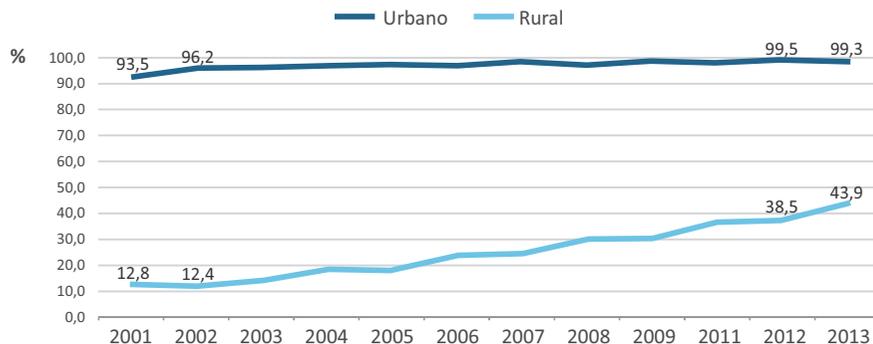
Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

A coleta de lixo compõe, junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, os serviços públicos de saneamento fundamentais para o bem-estar da população. No Brasil, o serviço de coleta de lixo alcançou 89,4% em 2013. No Sudeste este percentual foi de 96,1% em 2013. O percentual dos domicílios capixabas com coleta de lixo alcançou 92,0% em 2013, estando acima da cobertura nacional deste serviço e abaixo da cobertura regional do mesmo. Nas áreas urbanas do estado o serviço de coleta de lixo está praticamente universalizado, abraçando 99,3% dos domicílios em 2013. Na zona rural o percentual foi de 43,9%, devendo-se registrar, contudo, o aumento de 31,1 p.p. entre 2001 e 2013. Os domicílios com renda ≤ 3 salários mínimos apresentaram serviços de coleta de lixo com cobertura menor (89,0%) do que a oferecida nos domicílios com renda domiciliar > 3 salários mínimos (95,8%), em 2013. Quando se compara o aumento registrado entre os anos 2001 e 2013, observa-se que a ampliação do serviço ocorreu de forma mais acentuada nos domicílios de renda até 3 salários mínimos, sendo este de 18,8 p.p., frente a 7,5 p.p. ocorrido nos domicílios com rendimento > 3 salários mínimos.

Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013

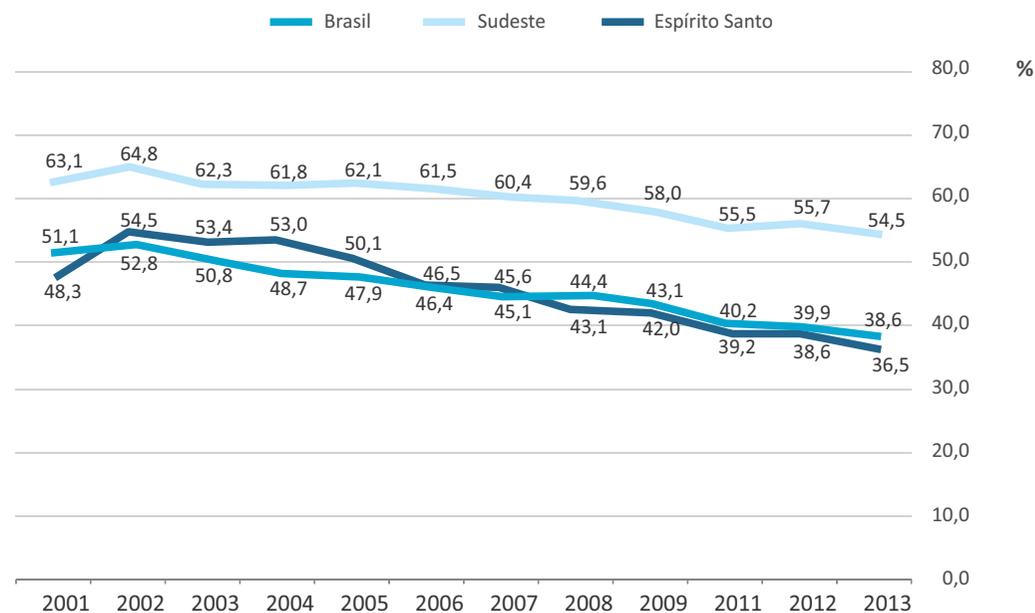


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



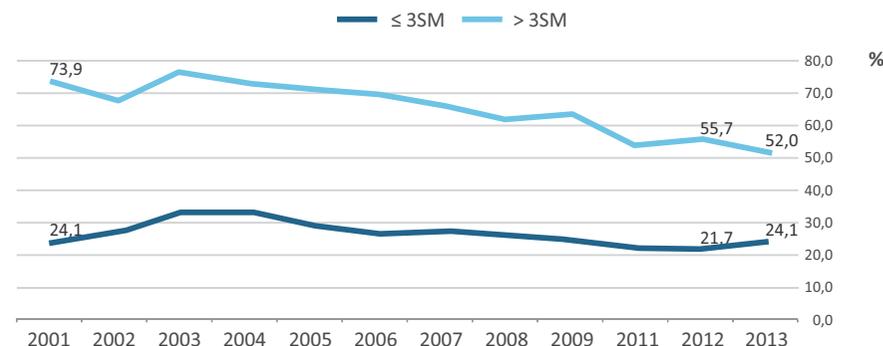
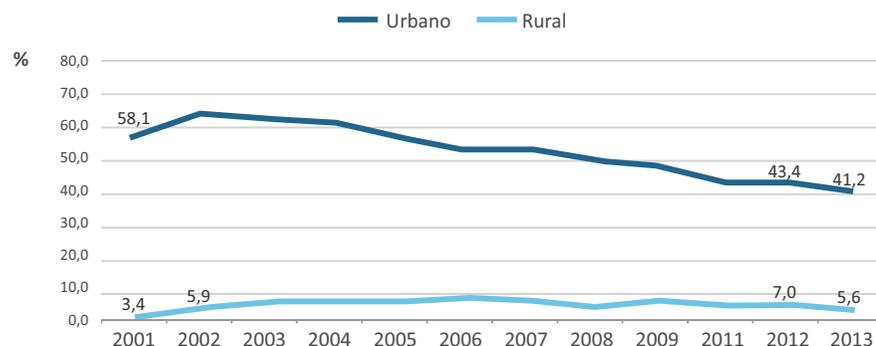
A evolução da cobertura de telefone fixo nos domicílios, entre 2001 e 2013, mostra uma redução expressiva tanto no Brasil, como na região Sudeste e no Estado do Espírito Santo. Tal redução foi de 12,5 p.p. no Brasil, 8,6 p.p. no Sudeste e de 11,8% no Espírito Santo. No tocante à situação domiciliar verifica-se que houve uma queda substancial do serviço, passando de uma cobertura de 58,1% dos domicílios urbanos em 2001 para 41,2% deles em 2013, ou seja redução de 16,9 p.p. Contrariamente houve um aumento do número de domicílios com telefone fixo na zona rural entre 2001 e 2013, que passou de 3,4% para 5,6%. Analisando-se o percentual de domicílios com telefonia fixa dentro das duas classes de renda definidas, verifica-se um expressivo decréscimo deste serviço na classe >3sm, sendo este de 21,9 p.p. (de 73,9% para 52,0%), observando-se um progressivo decréscimo a partir de 2003. Também na classe de renda ≤3sm verifica-se ao longo da série uma redução progressiva do serviço, especialmente a partir de 2003, embora este tenha recuperado, em 2013, o mesmo patamar de cobertura de 2001, de 24,1% dos domicílios particulares permanentes.

Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia fixa, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

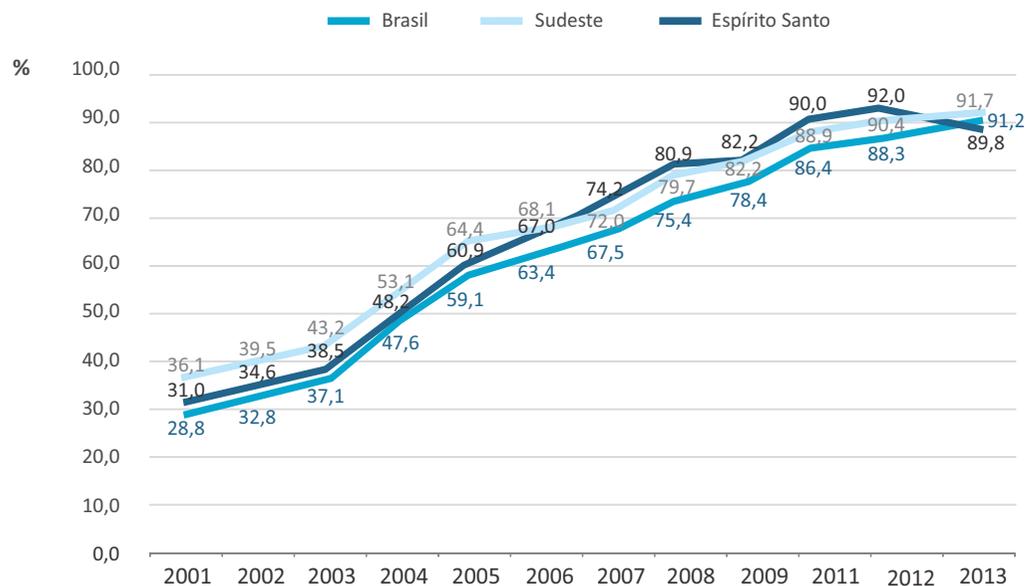
Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia fixa, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, no Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



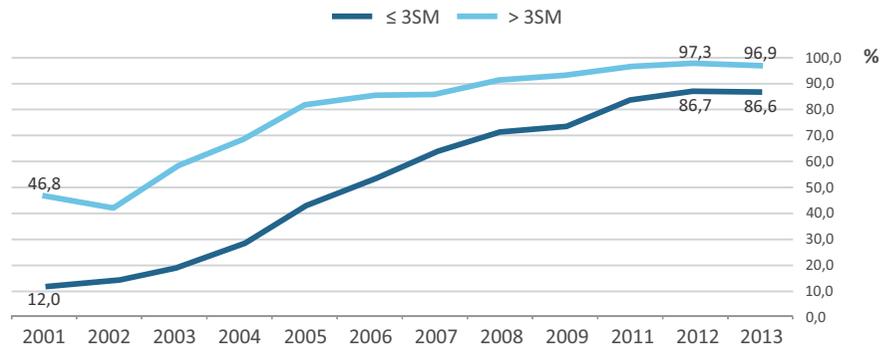
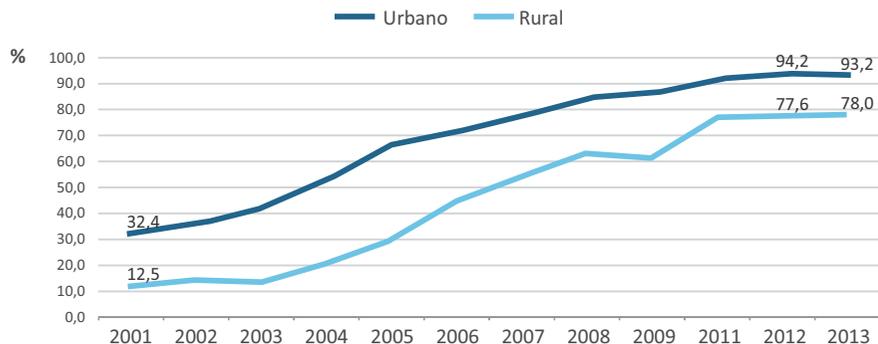
Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia celular, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Compensando a redução do uso de telefones fixos, os domicílios têm apresentado uma crescente utilização da telefonia celular entre 2001 e 2013, com especial aumento a partir de 2003. Conforme se observa na série acima o crescimento deste serviço no país foi de 58,8 p.p., de 55,6 p.p na região Sudeste e de 62,4 p.p. no Espírito Santo. Tanto na área urbana quanto na área rural o aumento do número de domicílios com telefonia celular foi expressivo no período analisado, sendo o crescimento na zona rural de 65,5 p.p. (de 12,5% para 78,0%) e na zona urbana de 60,8 p.p. (de 32,4% para 93,2%). A evolução foi igualmente expressiva para as classes de rendimento familiar, considerando-se 2001 a 2013, tendo aumentado em 74,6 p.p. (de 12,0 para 86,6) na classe ≤3sm e em 50,1 p.p. (de 46,8% para 96,9%) para a classe >3sm. Os domicílios com renda familiar >3sm detiveram uma maior cobertura em 2013, alcançando 96,9% do total de domicílios particulares permanentes frente a 86,6% dos domicílios com renda ≤3sm.

Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia celular, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013

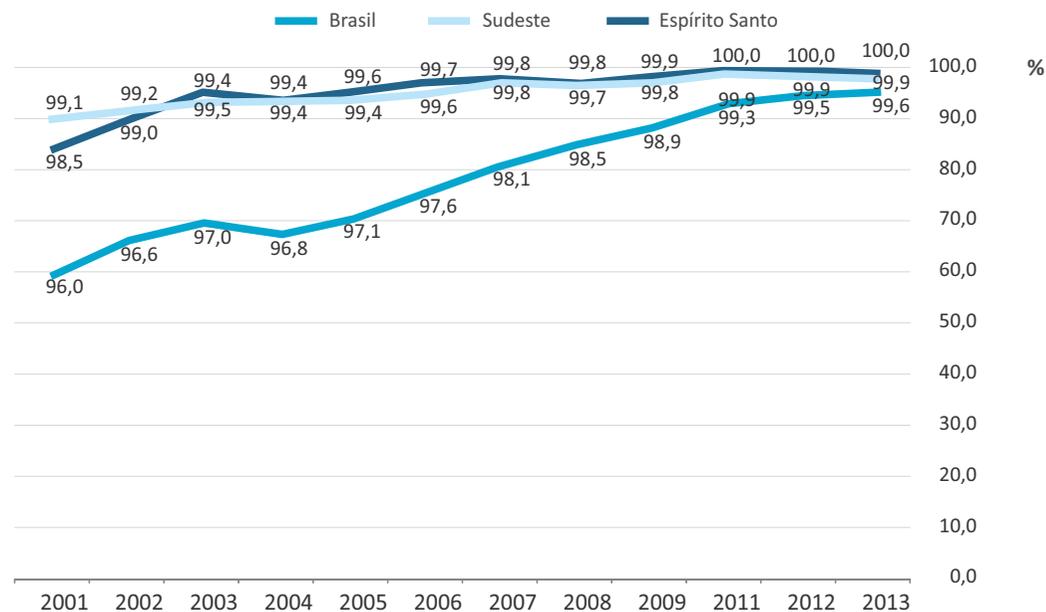


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



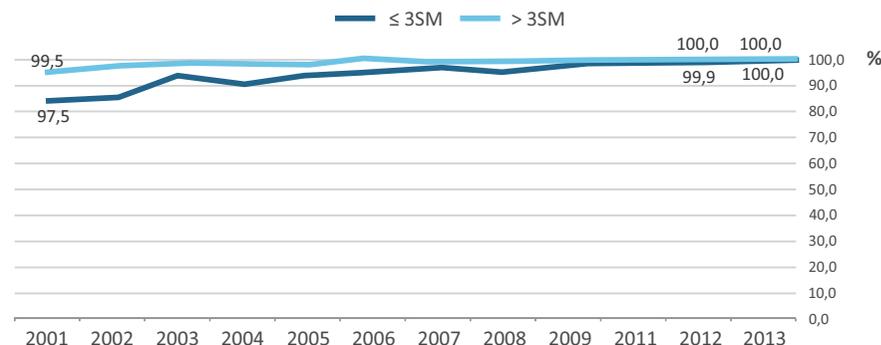
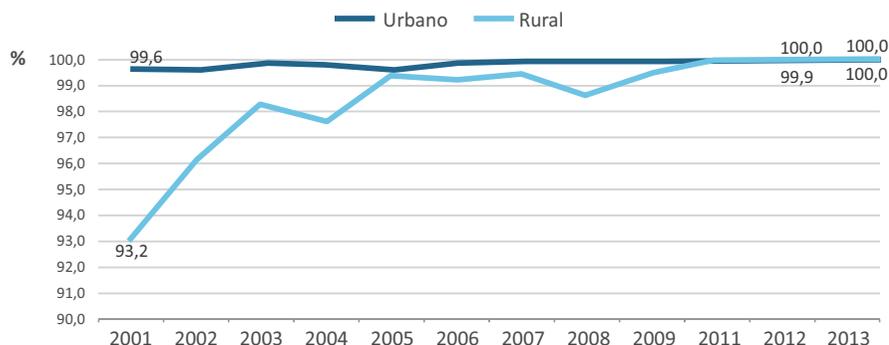
A cobertura do serviço de iluminação elétrica domiciliar em 2013 alcançou 99,6% dos domicílios do país, 99,9% dos domicílios da região Sudeste e 100% dos domicílios do Estado do Espírito Santo. A evolução foi expressiva em todos os três níveis territoriais, tendo no território capixaba apresentando um crescimento de 1,5 p.p. entre 2001 e 2013. Neste último ano praticamente se alcançou a meta do setor, tendo a cobertura, tanto na zona urbana como na rural atingido 100% dos domicílios. Observa-se o avanço que se obteve, especialmente junto ao meio rural, cuja cobertura evoluiu de 93,2% para 100% no período 2001 a 2013. Quando se analisa a cobertura deste serviço, relativamente aos dois grupos de classes de rendimento familiar destacados, também se observa similar evolução, com o atendimento alcançando 100% dos domicílios em 2013. O crescimento foi mais expressivo para as classes ≤ 3 sm, evoluindo de 97,5% para 100% no período. Para as classes de rendimento >3 sm o aumento foi de 99,5% para 100%.

Percentual de domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

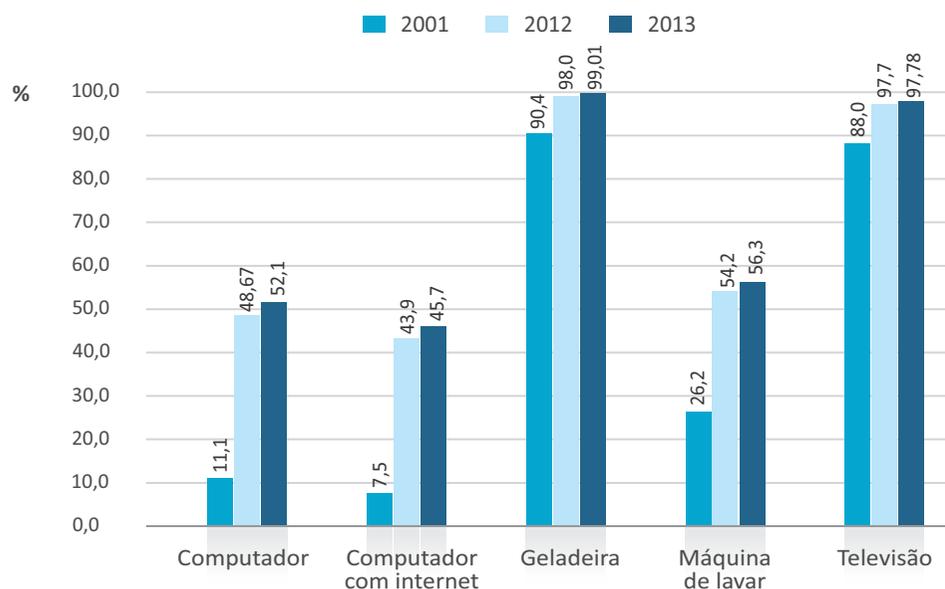
Percentual de domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



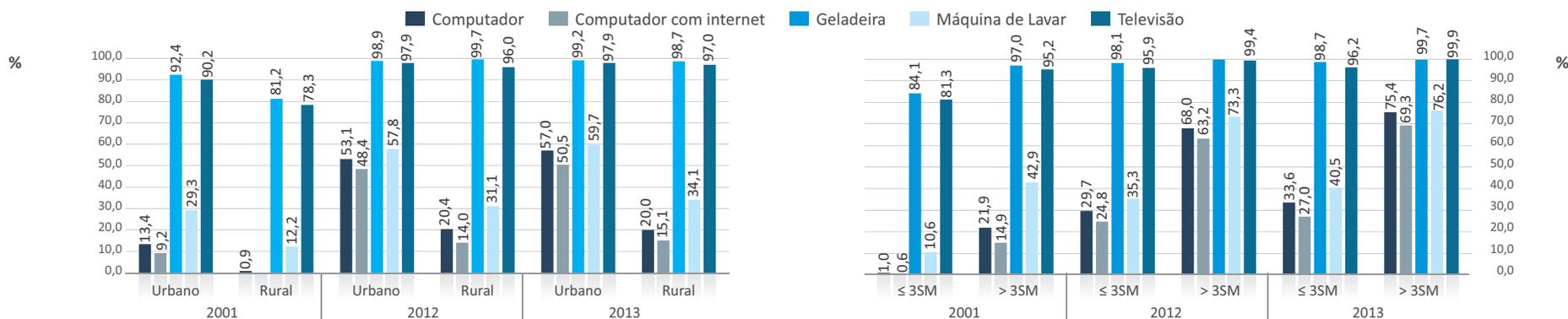
Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis, no Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Os dados mostram um aumento expressivo entre 2001 e 2012/2013, especialmente com relação à posse de computador (com e sem internet) e de máquina de lavar. O percentual de domicílios com computador cresceu de 11,1% para 52,1%, e de computador com internet de 7,5% para 45,7% entre 2001 e 2013. Geladeira e televisão já eram bens presentes na grande maioria dos domicílios desde 2001, não havendo crescimento expressivo no período 2001 a 2013. Estes bens também se encontram no mesmo patamar de posse, ou bem próximos, quando se analisa a situação dos domicílios (urbanos ou rurais) e quando se analisa a distribuição destes por classes de rendimento (<=3sm e >3sm) aproximando-se ambos, em 2013, da quase totalidade dos domicílios. Em relação a posse de computador, computador com internet e de máquina de lavar, verifica-se um diferencial entre os domicílios localizados no meio urbano e no rural, apresentando em 2013, uma maior parcela de participação na zona urbana (57,0%, 50,5% e 59,7%, respectivamente) que os domicílios rurais (20,0%, 15,1% e 34,1%, respectivamente). Da mesma forma existe um expressivo diferencial de acesso à posse destes bens entre as duas classes de rendimento familiar.

Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013

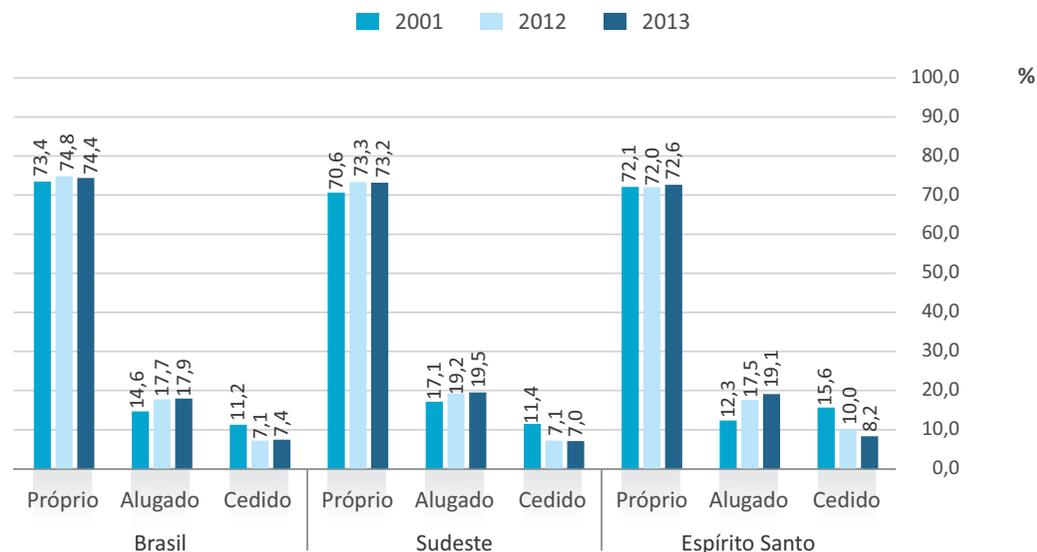


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



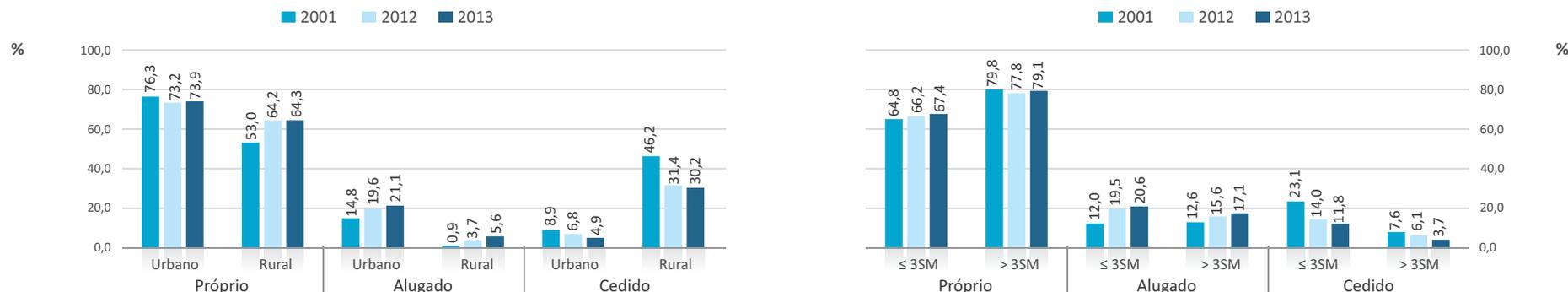
A evolução deste indicador, mostra uma grande predominância dos domicílios próprios sobre os demais, constatando-se um aumento destes no país, no Sudeste e no estado. As maiores variações relativas aos domicílios alugados e cedidos ocorreram no Espírito Santo, tendo-se verificado, entre 2001 e 2013, um aumento de 6,8 p.p. dos domicílios alugados e uma redução de 7,4 p.p. dos cedidos. A proporção de domicílios próprios nas áreas urbanas diminuiu 2,4 p.p. e aumentou 11,3 p.p. na zona rural. Em relação ao rendimento domiciliar, nos domicílios com renda >3sm observou-se uma leve redução dos domicílios próprios de 0,7p.p. no período (passando de 79,8% para 79,1%), um aumento de 4,5 p.p. dos alugados (de 12,6% para 17,1%) e uma expressiva redução dos cedidos de 3,9 p.p. (passando de 7,6% para 3,7%). No relativo aos domicílios com renda <=3sm houve um aumento dos domicílios próprios de 2,6 p.p. (saindo de 64,8% para 67,4%), um aumento de 8,6 p.p. dos alugados (de 12,0% para 20,6%) e uma queda dos domicílios cedidos de 11,3 p.p. (de 23,1% para 11,8%).

Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

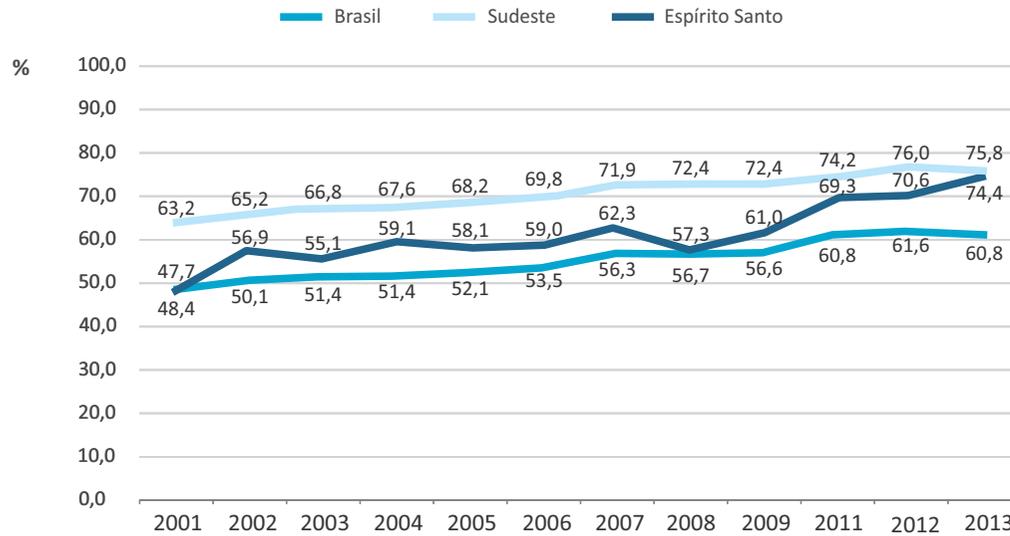
Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



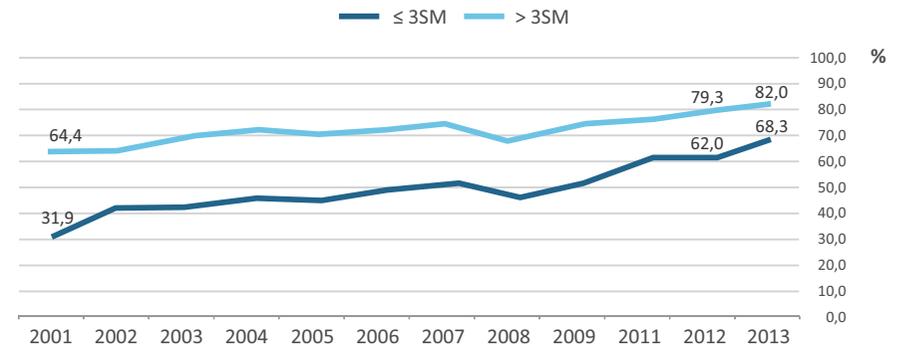
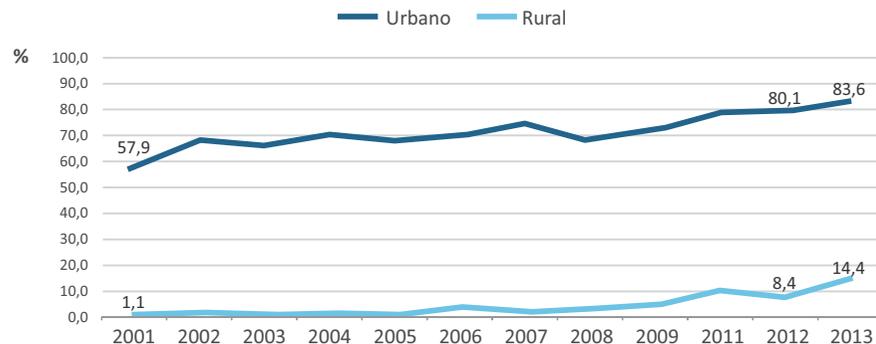
Percentual de domicílios particulares permanentes adequados, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

A proporção de domicílios adequados aumentou entre 2001 e 2013 nos três recortes espaciais analisados, com destaque para o Estado do Espírito Santo cujo aumento foi de 26,7 p.p., passando de 47,7% para 74,4% no período. No Brasil o aumento foi de 12,4 p.p. e na região Sudeste de 12,6 p.p. A adequação domiciliar é mais presente na zona urbana capixaba que aumentou de 57,9% dos domicílios em 2001 para 83,6% em 2013, variando em 25,7 pp. Na zona rural apenas 14,4% dos domicílios estavam classificados como adequados em 2013, embora tenha havido um aumento substancial deste percentual desde 2001, que era de 1,1%. Os domicílios adequados segundo as duas classes de rendimento adotadas apresentaram aumentam no período, sendo o mesmo de 17,6 p.p. (de 64,4% para 82,0%) para a classe >3 sm, e de 36,4 p.p. para a classe de rendimento <=3 sm (de 31,9% para 68,3%).

Percentual de domicílios particulares permanentes adequados, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).
*a partir de 2004 em função da disponibilidade dos dados.



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
e CLASSES ECONÔMICAS

DIAMANTE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Para acompanhar, por um lado, a situação da renda e, por outro, sua distribuição e determinação em classes econômicas foram analisados os indicadores referentes a proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, a renda domiciliar per capita e o coeficiente de Gini, entre outros indicadores. As séries foram analisadas de maneira que se possa comparar a situação do Espírito Santo com a do Sudeste e a do Brasil, e em muitos casos as análises contemplam comparações em função da distribuição por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.

A desigualdade de renda e a redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza tem despertado o interesse e chamado a atenção dos diversos setores da sociedade, de maneira mais acentuada, a partir da primeira década do século XXI, pois o país passou a apresentar melhoria na distribuição de rendimentos ao longo desse período. Ao mesmo tempo, durante o período de 2001 a 2013, o Espírito Santo apresentou uma tendência de crescimento da renda, queda da desigualdade e, consequentes reduções nas taxas de pobreza e extrema pobreza.

Hoje (2013) o Espírito Santo apresenta uma proporção de pobres de 9,4%, enquanto que a proporção de pobres no Brasil chega a 17,0%. Em relação a taxa de extrema pobreza o estado apresentou uma proporção de 3,5%, aproximadamente, metade da média nacional (6,0%).

Para analisar a distribuição da desigualdade de renda, o indicador mais comumente utilizado é o Coeficiente de Gini. Este coeficiente varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. Entre 2001 e 2013, o Estado apresentou uma melhora significativa na distribuição da renda, passando o coeficiente de Gini de 0,589 em 2001 para 0,490 em 2013, o menor nível de desigualdade para o período considerado.

As análises aqui apresentadas têm como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DIAMANTE CLASSES ECONÔMICAS

Para a determinação das classes econômicas utilizou-se a seguinte divisão baseada nas metodologias de Neri (2008)¹ e Rocha (2000)²:

Determinação das classes econômicas segundo a renda domiciliar per capita, Espírito Santo, 2013

Classes Econômicas	Renda Domiciliar <i>per capita</i> (R\$ setembro de 2013) - Área Urbana	Renda Domiciliar <i>per capita</i> (R\$ setembro de 2013) - Área Rural
AB	mais de R\$ 1.607,39	mais de R\$ 1.462,61
C	de R\$ 372,85 a R\$ 1.607,39	de R\$ 339,27 a R\$ 1.462,61
D	de R\$ 197,84 a R\$ 372,85	de R\$ 168,84 a R\$ 339,27
E*	menos de R\$ 197,84	menos de R\$ 168,84

* Nota: A classe econômica E de acordo com o critério de renda domiciliar per capita equivale a pobreza. Para os extremamente pobres, os valores são a metade dos considerados para a classe E.

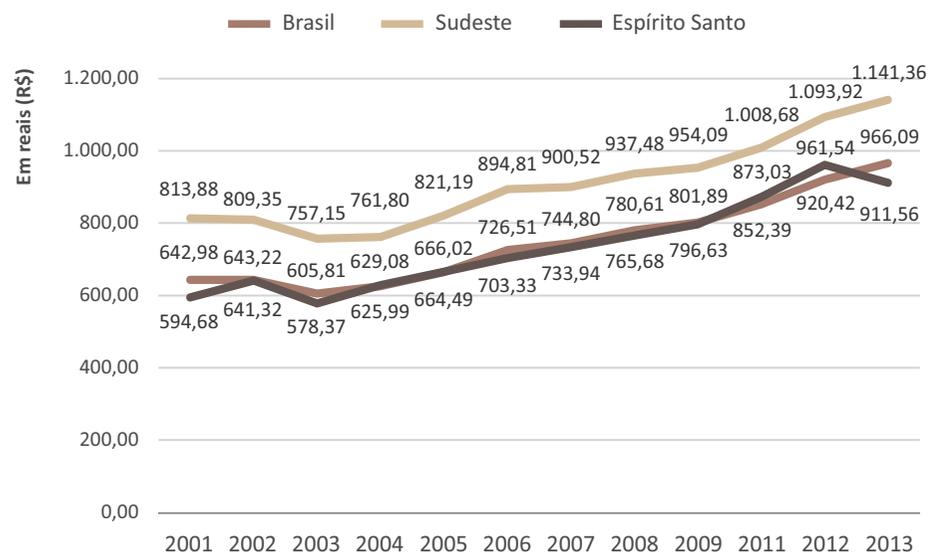
Por meio desses estratos de renda, constatou-se importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% em 2001 para 9,4% em 2013, queda de 71,4% no período. A redução da pobreza no Espírito Santo ganhou intensidade entre 2009 e 2012, muito embora, tenha apresentado em 2013 um forte aumento. A classe D também apresentou mudanças significativas, em 2001 representava 24,9% da população, passando a 19,1% em 2013, o equivalente a um total de 709.009 pessoas. Nos últimos dez anos, verificou-se um acentuado crescimento na classe C. Esta passa a representar a partir de 2007 mais de 50% da população capixaba, chegando em 2013 a atingir aproximadamente 60% da população. A classe econômica AB representava 7,8% da população em 2001, passando para 13% em 2012 e 12,1% em 2013. Essa redução em 2013 correspondeu a um total de 4.847 pessoas saindo dessa classe econômica.

¹ NERI, M.C. (Coordenação). A nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

² ROCHA, S. Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 720. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.



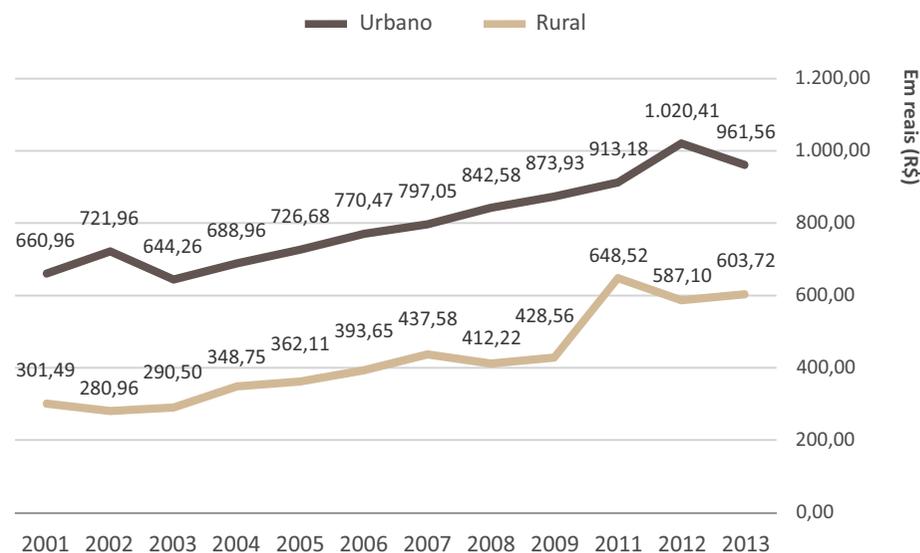
Renda média domiciliar per capita real (R\$), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A Renda domiciliar per capita real apresentou comportamento positivo a partir de 2003, tanto para o Brasil quanto para a região Sudeste e o estado. Os valores apresentados pelo Espírito Santo (R\$911,56), em 2013, foram inferiores aos valores apresentados pelo Brasil (R\$966,09) e pela região Sudeste (R\$1.141,36). A diferença entre a renda domiciliar do Espírito Santo e da região Sudeste alcançou 25% em 2013.

Renda média domiciliar per capita real (R\$) por situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

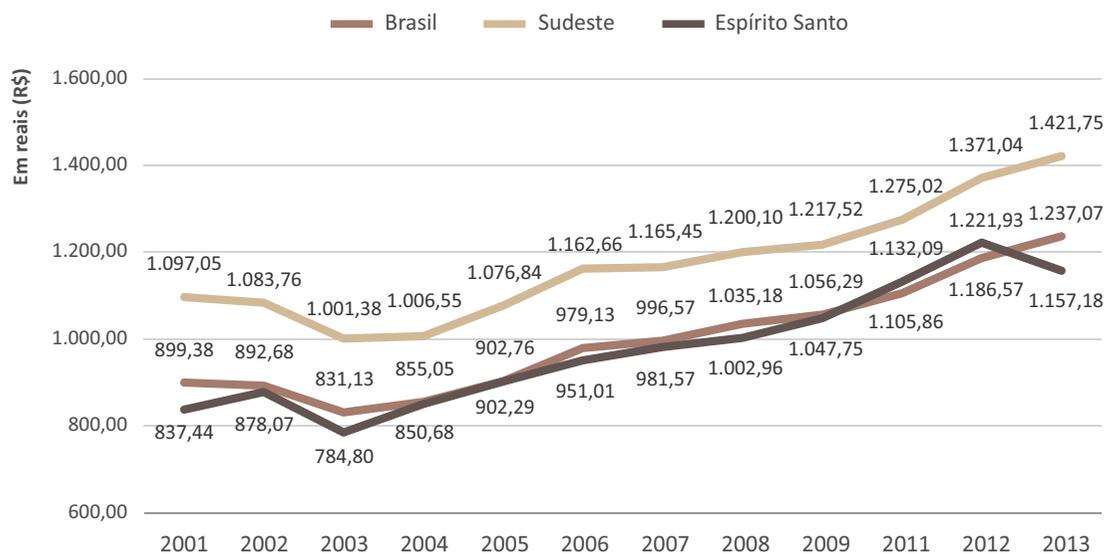


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

O Espírito Santo, em 2013, apresentou maiores rendas para os residentes na área urbana (R\$961,56), em comparação com os residentes na área rural (R\$603,72), chegando essa diferença de renda entre a área urbana e rural a aproximadamente 60%.



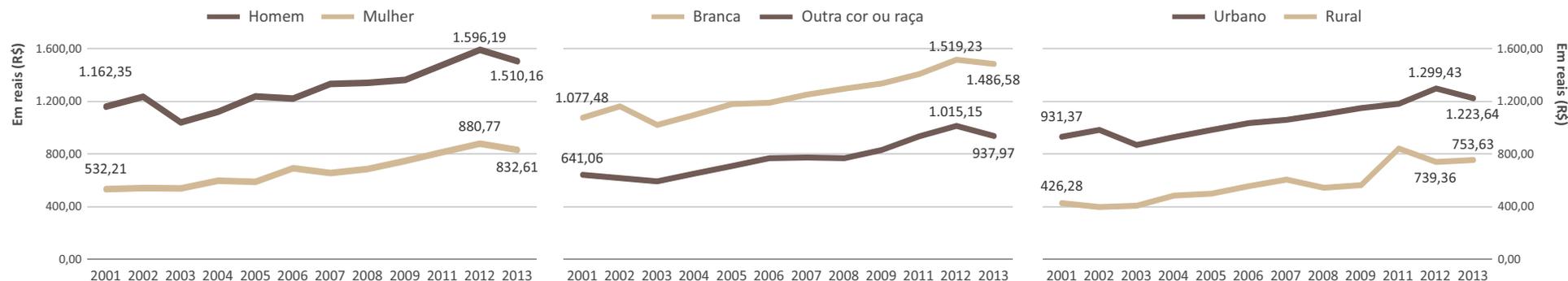
Renda média real de todas as fontes (R\$), pessoas de 15 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A renda média real (RMR) de todas as fontes apresenta crescimento desde 2003, tanto para o Brasil quanto para a região Sudeste, a exceção é o Espírito Santo, que de 2012 (R\$1.221,93) a 2013 (R\$1.157,18) apresentou redução. Os valores mostram que a renda no Espírito Santo apresenta trajetória e níveis bastante próximos a renda real média brasileira, porém os valores para o estado foram inferiores, no período analisado, aos valores observados para a região Sudeste. A diferença entre a RMR de todas as fontes da região Sudeste com relação ao Espírito Santo alcançou 23% em 2013. Uma análise mais detalhada para o estado mostrou, em todo o período, maiores rendas para os homens (diferença, em 2013, de 81,4% com relação às mulheres), pessoas autodeclaradas brancas (diferença de 58,5% maior que os autodeclarados como outra cor ou raça), e para os residentes na área urbana (diferença de 62,4% para os residentes na área rural).

Renda média real de todas as fontes (R\$) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo (15 anos ou mais de idade), 2001 a 2013

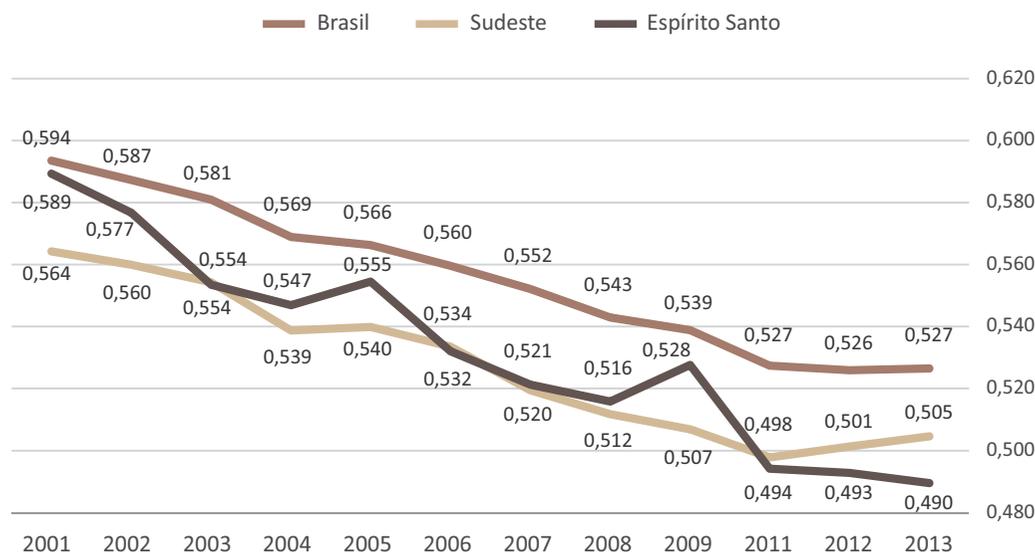


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



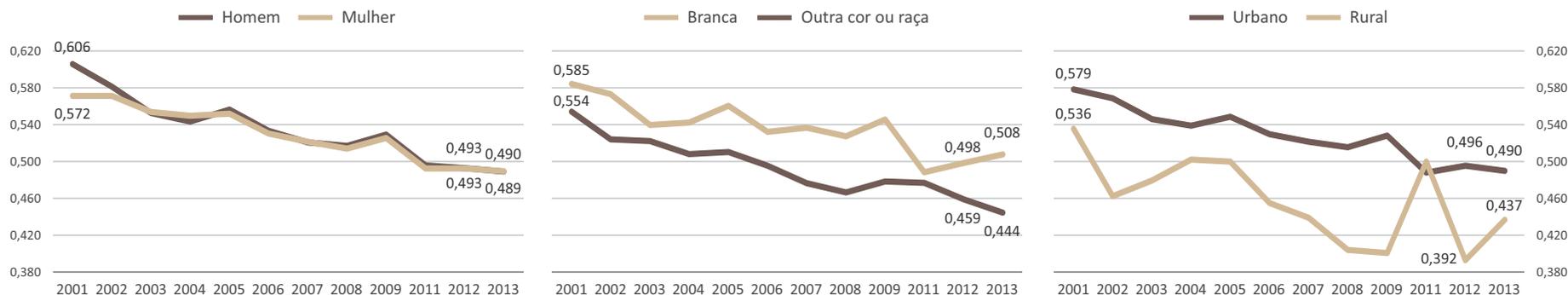
A queda desse indicador no período de 2001 a 2013 representou para o Espírito Santo um declínio de 16,9%, muito embora, tenham ocorrido dois períodos de uma rápida concentração de renda no Estado: entre 2004 e 2005, passando de 0,547 para 0,555, e em seguida, entre 2008 e 2009, passando de 0,516 para 0,528. Entre homens (0,489) e mulheres (0,490) este indicador possui trajetória e nível bastante próximos. Entre as pessoas brancas, de 2011 a 2013 houve um aumento na concentração de renda, passando de 0,488 para 0,508. Já entre as pessoas de outra cor ou raça a concentração de renda continuou a apresentar uma tendência declinante, ou seja, a desigualdade caiu de 0,477 em 2011 para 0,444 em 2013. Em relação à região censitária, observa-se em 2013, uma desigualdade de renda maior na área urbana (0,490) do que na área rural (0,437), embora a área rural entre 2012 (0,392) e 2013 (0,437) tenha apresentado um aumento de 11,5%.

Coeficiente de Gini, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

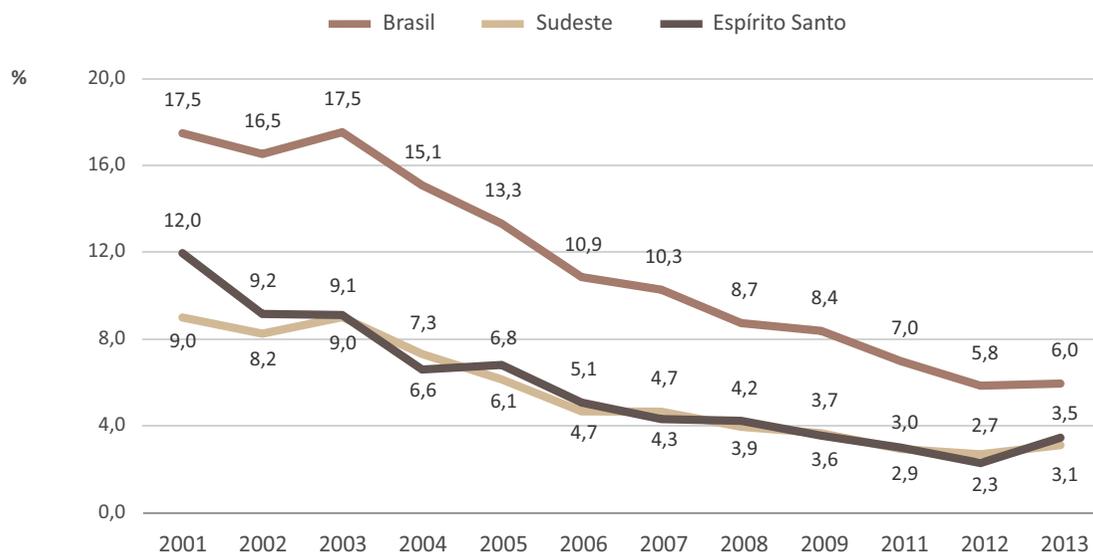
Coeficiente de Gini por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



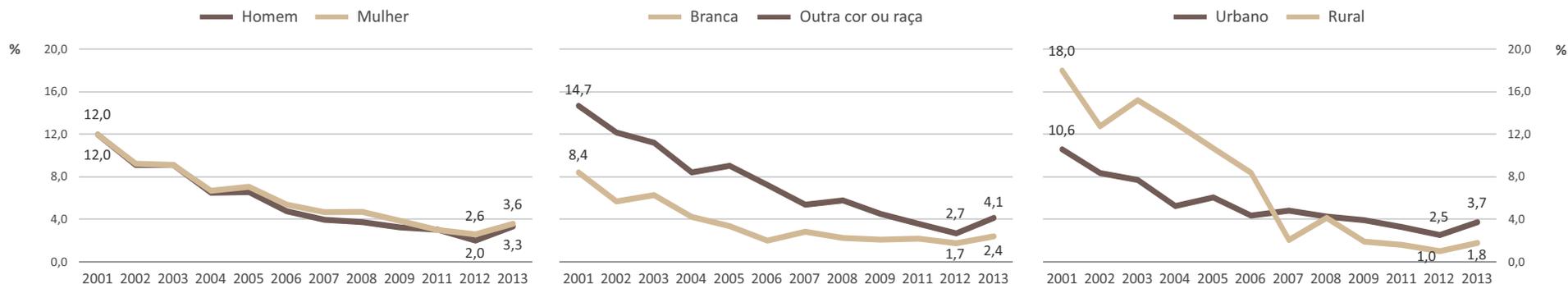
Porcentagem de pessoas extremamente pobres, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Entre 2001 e 2013 o Espírito Santo apresentou intensa redução na proporção da população extremamente pobre. Para o primeiro ano analisado, 12,0% da população do estado se encontrava em situação de extrema pobreza. Já em 2012 e 2013 foram registradas, respectivamente, as taxas de 2,3% e 3,5%. Em 2013, o Espírito Santo possuía proporção de extremamente pobres abaixo do Brasil (6,0%), mas acima da Região Sudeste (3,1%). É importante ressaltar que em 2013 a taxa de pessoas em situação de extrema pobreza aumentou para o Brasil, Sudeste e Espírito Santo. Entre homens (3,3%) e mulheres (3,6%) este indicador apresentou trajetória e níveis bastante próximos. Entre as pessoas brancas (2,4%) houve menor porcentagem de extremamente pobres do que entre os de outra cor ou raça (4,1%). A área rural (1,8%) alcançou maior velocidade na diminuição da extrema pobreza quando comparada, respectivamente, a área urbana (3,7%).

Porcentagem de pessoas extremamente pobres por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

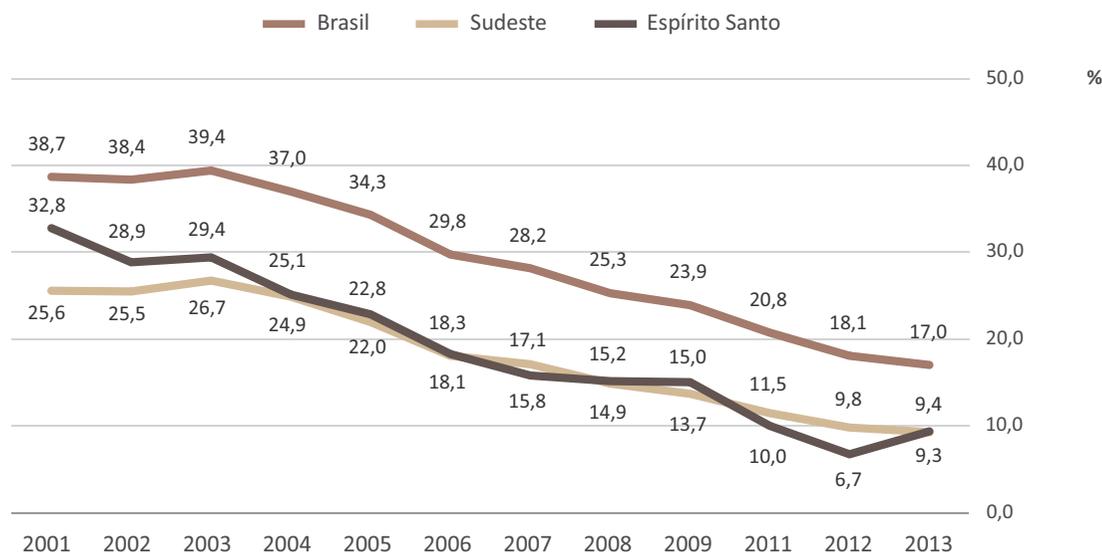


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



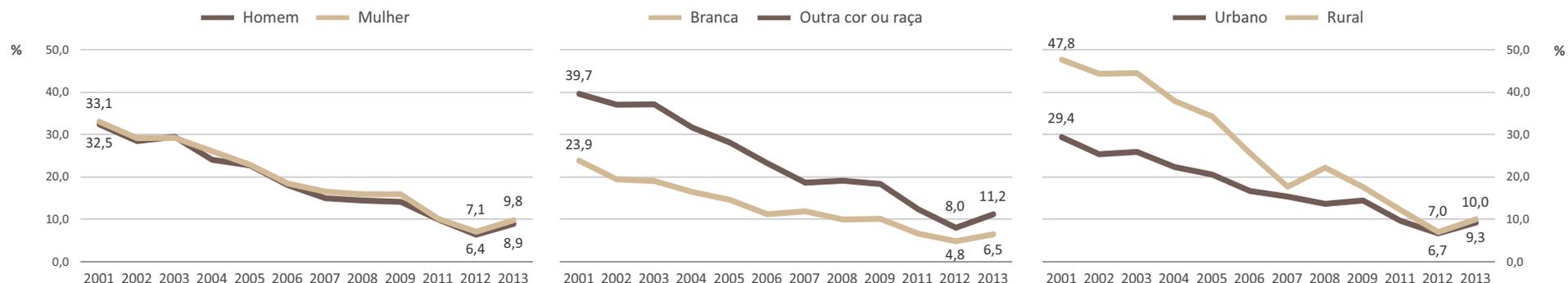
No Espírito Santo ocorreu importante redução na proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza, de 32,8% em 2001 para 9,4% em 2013, queda de 71,3% no período. A redução da pobreza no Estado ganhou intensidade entre 2009 e 2012, com uma queda de 55,3%. Em 2013, enquanto no Brasil (17,0%) e Região Sudeste (9,3%) a proporção de pobres reduziu em relação a 2012, o Espírito Santo, ao contrário, apresentou entre 2012 e 2013 um aumento na taxa de pobreza de 2,7p.p., o equivalente a um aumento de 112 mil pessoas em situação de pobreza. A proporção de homens pobres (8,9%) foi inferior a das mulheres (9,8%). Entre as pessoas brancas (6,5%) houve menor porcentagem de pobres do que entre os de outra cor ou raça (11,2%), embora esta diferença tenha diminuindo entre 2008 e 2012, em 2013 vemos essa diferença aumentar. A área rural (10,0%) apresentou maior velocidade de diminuição da pobreza quando comparada, respectivamente, com a área urbana (9,3%).

Porcentagem de pessoas pobres, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

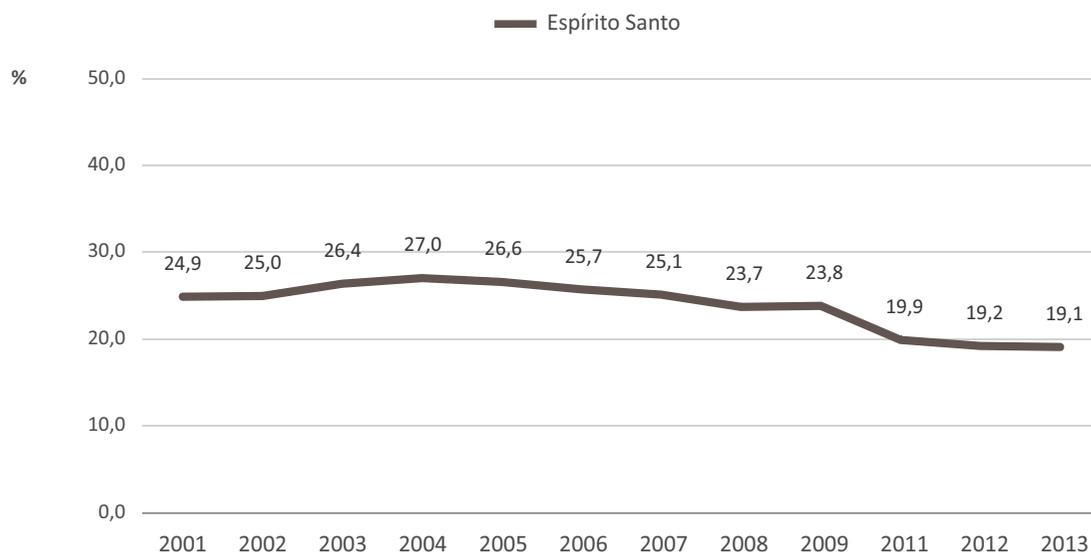
Porcentagem de pessoas pobres por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



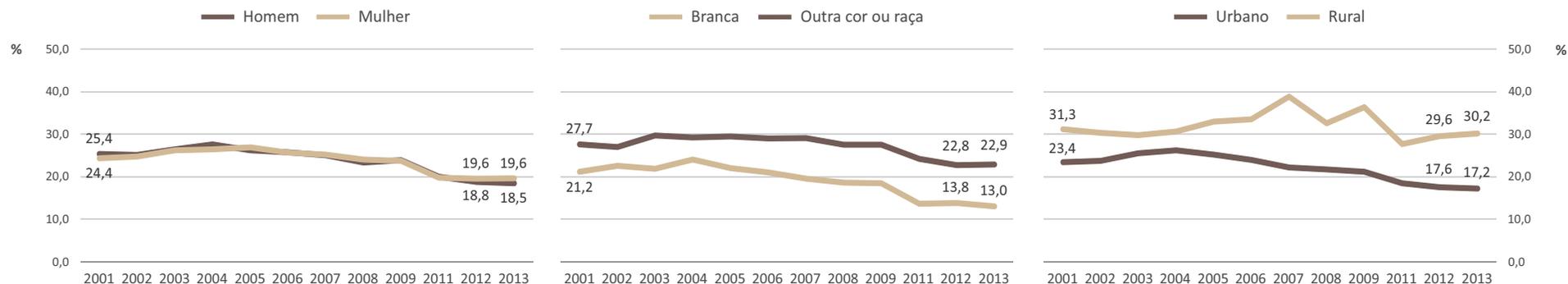
Porcentagem de pessoas na classe D, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No Espírito Santo ocorreu redução da porcentagem de pessoas pertencentes a classe D, de 24,9% em 2001 para 19,1% em 2013. A proporção de homens na classe D (18,5%) foi inferior à proporção de mulheres (19,6%). Entre as pessoas brancas (13,0%) houve menor porcentagem na classe D do que entre as pessoas de outra cor ou raça (22,9%), e esta diferença aumentou no último ano. A área rural (30,2%) e urbana (17,2%), entre 2001 e 2013, apresentaram reduções na proporção de pessoas na classe D de 1,1 p.p e 6,2 p.p., respectivamente.

Porcentagem de pessoas na classe D por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

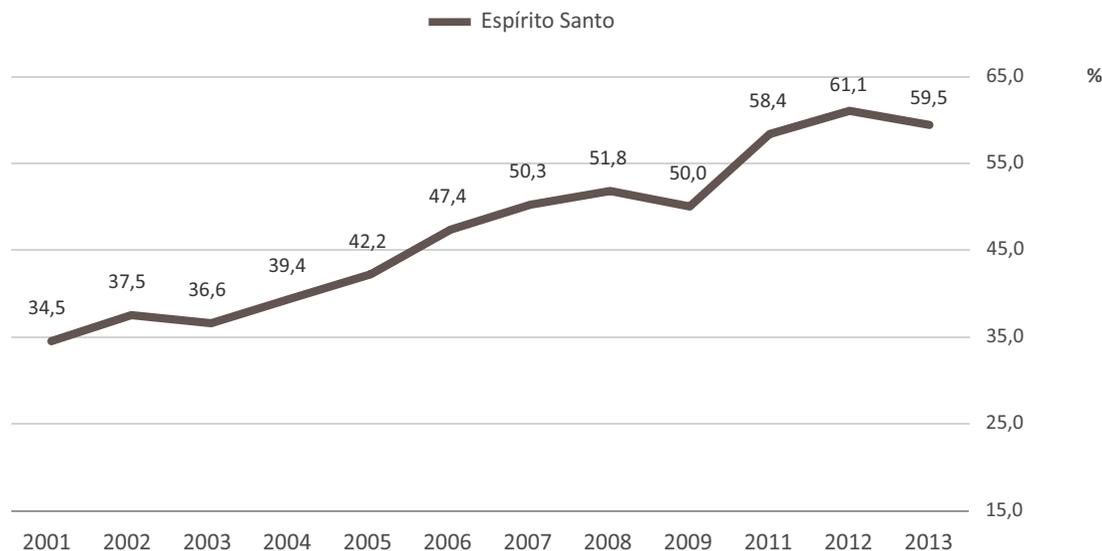


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



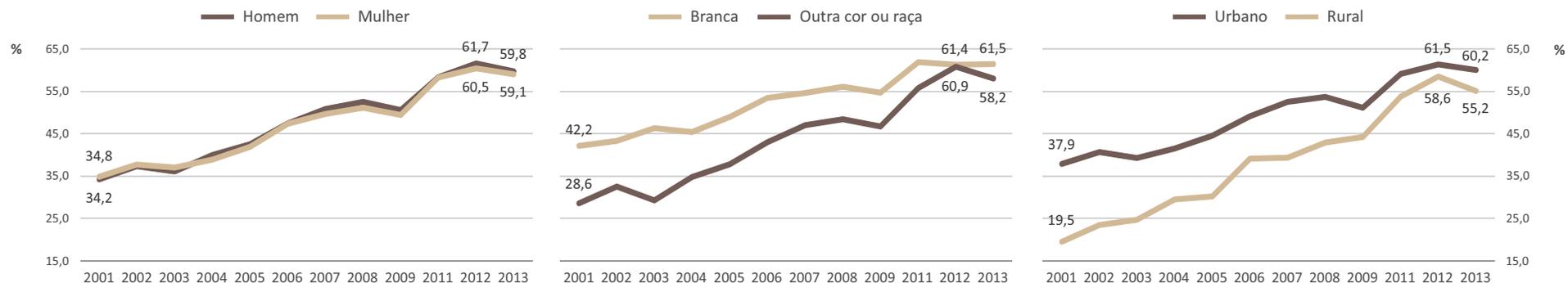
No Espírito Santo ocorreu importante elevação da classe C, de 34,5% em 2001 para, 59,5% em 2013. Entre os homens (59,8%) houve maior porcentagem de pessoas na classe C do que entre as mulheres (59,1%), muito embora esse indicador apresente trajetória e valores muito próximos ao longo do período. A proporção de pessoas brancas na classe C (61,5%) esteve próxima à proporção de pessoas de outra cor ou raça (58,2%). A área urbana (60,2%) apresentou maior proporção de indivíduos na classe C quando comparada, respectivamente, a área rural (55,2%).

Porcentagem de pessoas na classe C, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

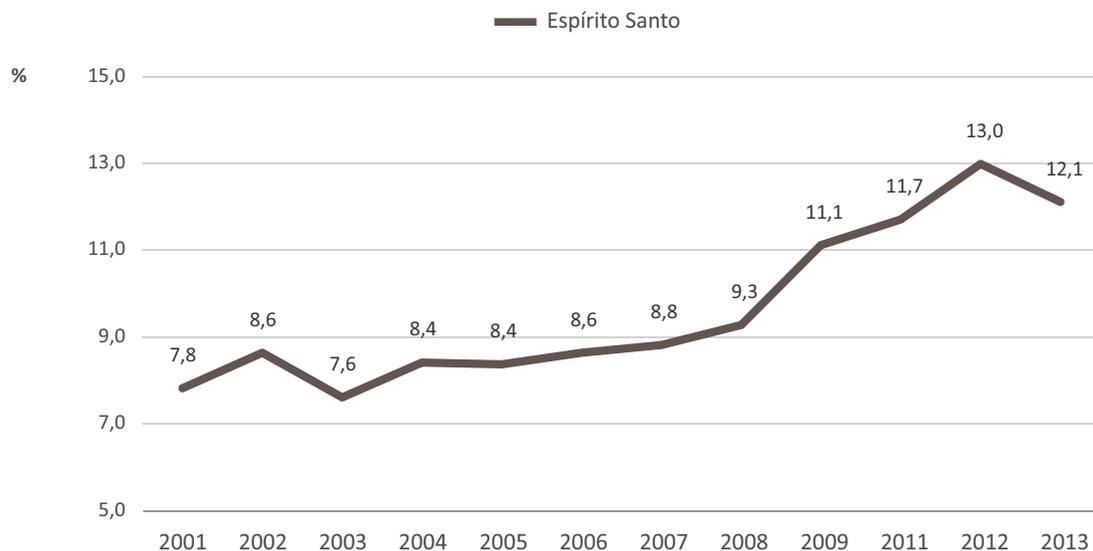
Porcentagem de pessoas na classe C por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



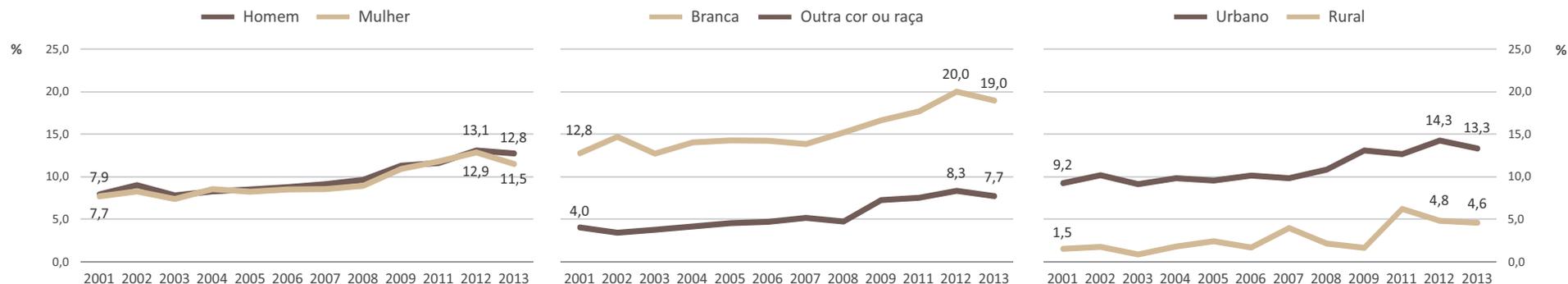
Porcentagem de pessoas na classe AB, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No Espírito Santo ocorreu elevação da proporção de pessoas pertencentes a classe AB, de 7,8% em 2001 para 12,1% em 2013. A proporção de homens nessa classe (12,8%) esteve próxima à proporção de mulheres (11,5%). Na classe AB houve maior porcentagem entre as pessoas brancas (19,0%) do que entre as pessoas de outra cor ou raça (7,7%), diferença que se manteve praticamente constante ao longo do período. A área urbana (13,3%) apresentou proporção maior de pessoas na classe AB do que a área rural (4,6%), sendo que essa diferença diminuiu no último ano.

Porcentagem de pessoas na classe AB por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



EDUCAÇÃO

Nesta seção apresentamos os indicadores de educação com base nos dados das PNAD's de 2001 a 2013 e Censo Escolar de 2013. É fato estilizado que muitos dos indicadores apresentados nesta síntese, em especial os de saúde e mercado de trabalho, estão correlacionados fortemente com o nível educacional da população, sendo que, geralmente, uma melhor situação educacional implica em melhores condições de vida.

A evolução destes indicadores nos últimos anos mostra que a situação educacional do Espírito Santo vem melhorando consistentemente, apresentando em geral indicadores melhores do que a média nacional, embora a velocidade desta melhora tenha se reduzido nos anos recentes. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais saiu de 6 anos de estudo em 2001 para 7,7 anos em 2013. A taxa de analfabetismo, que era de 11,5% em 2001 passou para 6,6% em 2013, ou seja, em onze anos caiu em aproximadamente 42,5%, e dado que o ensino fundamental está praticamente universalizado para a população de 7 a 14 anos, é razoável supor que o analfabetismo venha a ser reduzido a níveis mínimos.

Uma situação um pouco mais delicada é a do analfabetismo funcional, que, segundo a definição do IBGE, são aquelas pessoas com menos de 4 anos de escolarização formal. Em 2001 esta proporção era de 24,9% entre

as pessoas de 15 anos ou mais e em 2013 este número caiu para 16%, é uma redução expressiva, mas esta proporção representa aproximadamente 350 mil capixabas que apesar de lerem, não são capazes de compreender o que leem.

Os dados também nos mostram que as crianças e adolescentes do estado entre 7 e 14 anos estão quase todos frequentando a escola (98,5%), embora este resultado tenha sido inferior ao observado tanto para o Brasil quanto para a região Sudeste. Entre os jovens de 15 a 17 anos do Espírito Santo 84,6% frequentam a escola. Este número também é ligeiramente inferior à frequência observada para o Sudeste, no entanto é um pouco superior à brasileira, no entanto cabe observar que em torno de 42% dos estudantes de 15 a 17 anos, que deveriam estar matriculados no ensino médio, estão na realidade, frequentando o ensino fundamental.

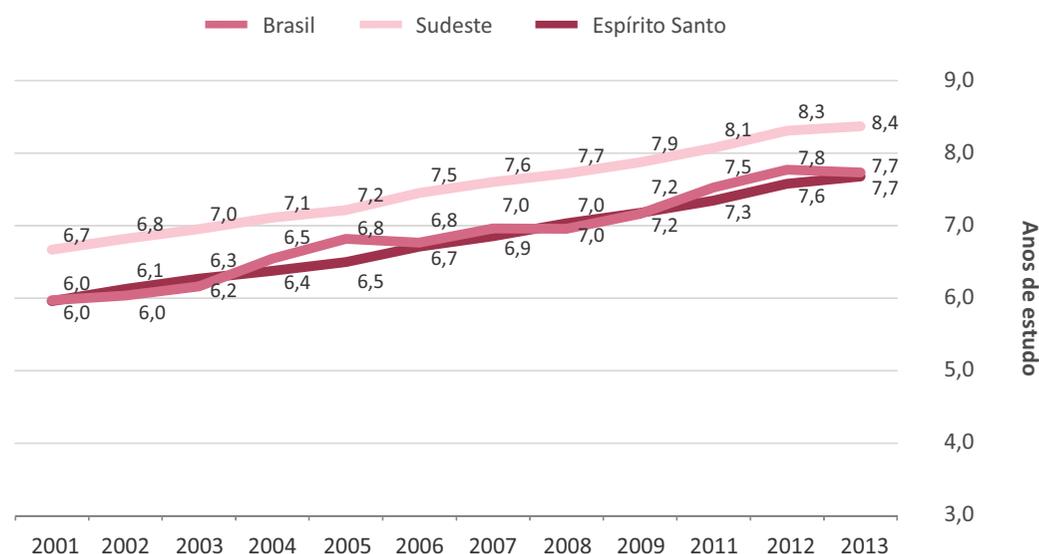
Em relação à taxa de distorção idade-série, o Espírito Santo tem muito a evoluir. Apesar da maioria das crianças e adolescentes estarem frequentando a escola, as taxas para o ensino fundamental chegam a atingir mais de 32% em determinadas etapas e chegou a atingir 34,1% no primeiro ano do ensino médio, o que indica que em alguns casos mais de um terço dos estudantes estão atrasados em relação ao ano que deveriam estar cursando.

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais



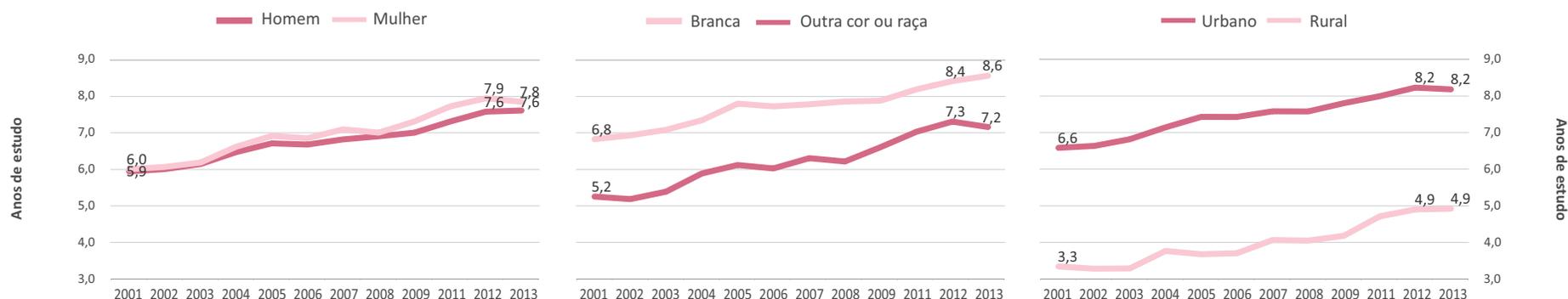
A escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais no Espírito Santo aumentou de 6,0 anos de estudo, em 2001, para 7,7 anos de estudo, em 2013. Em termos comparativos, observou-se que a escolaridade média para o Espírito Santo foi igual à média brasileira, porém inferior à média da região Sudeste. Em 2013, ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a média das mulheres (7,8) foi sempre superior à dos homens (7,6). Além disso, em 2013 a escolaridade média dos brancos (8,6) foi superior aos indivíduos de outra cor ou raça (7,2). A população residente na área urbana possuía média de escolaridade superior à da área rural, respectivamente 8,2 e 4,9 anos de estudo.

Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas com 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



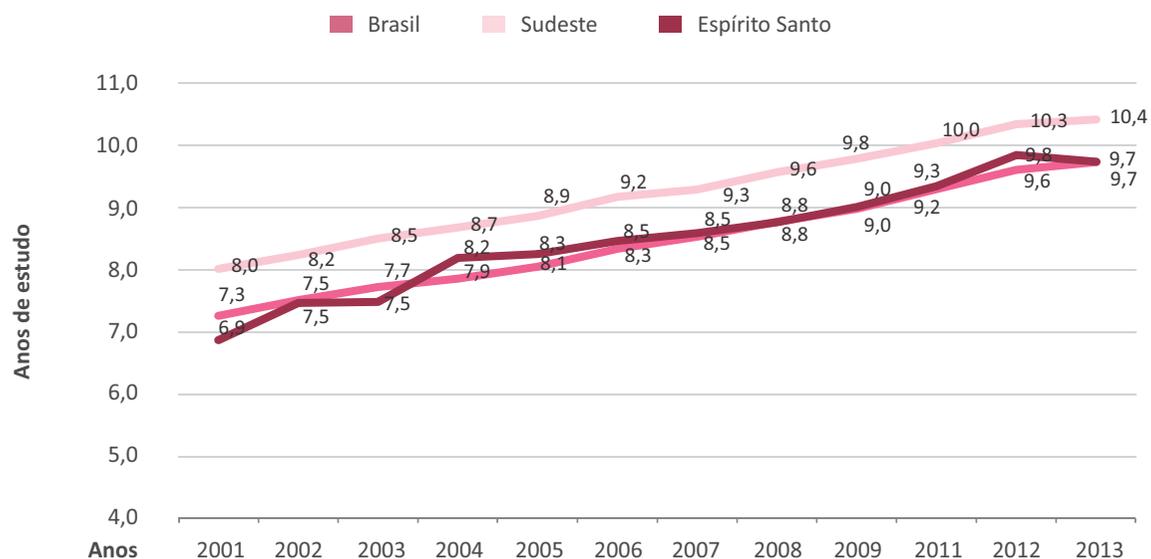
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas de 25 anos ou mais por gênero, cor e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

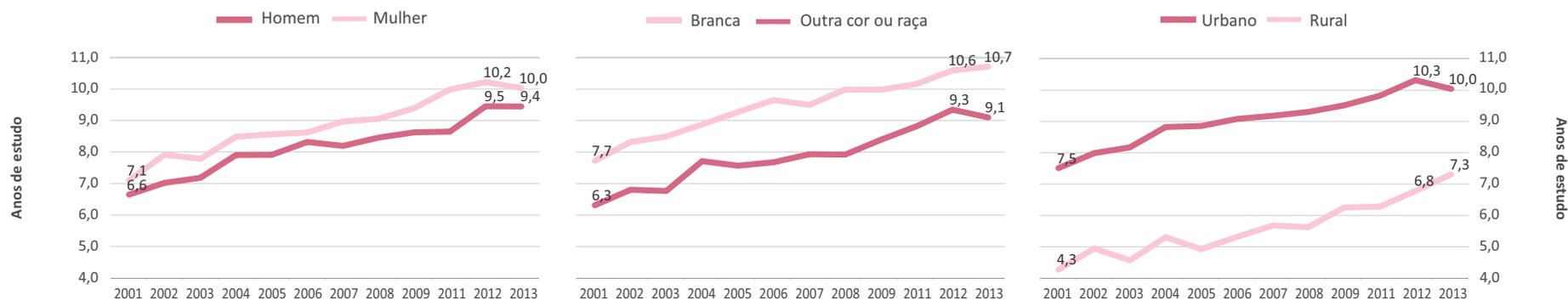
Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas de 25 a 34 anos de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A escolaridade média dos adultos entre 25 e 34 anos no Espírito Santo aumentou de 6,9 anos de estudo, em 2001, para 9,7 anos de estudo, em 2013. Comparativamente, em 2013, observou-se que a escolaridade média para a faixa de idade considerada para o Espírito Santo (9,7) foi, da mesma maneira que o indicador anterior, igual à média brasileira (9,7), porém inferior à média da região Sudeste (10,4). Ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a escolaridade média das mulheres (10,0) foi sempre superior à dos homens (9,4). A escolaridade média para os indivíduos que se declararam brancos (10,7) foi superior ao de outra cor ou raça (9,1). A população residente na área urbana possuía uma média de escolaridade de 10,0 anos de estudo, superior à média da área rural de 7,3.

Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas de 25 a 34 anos de idade por gênero, cor e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

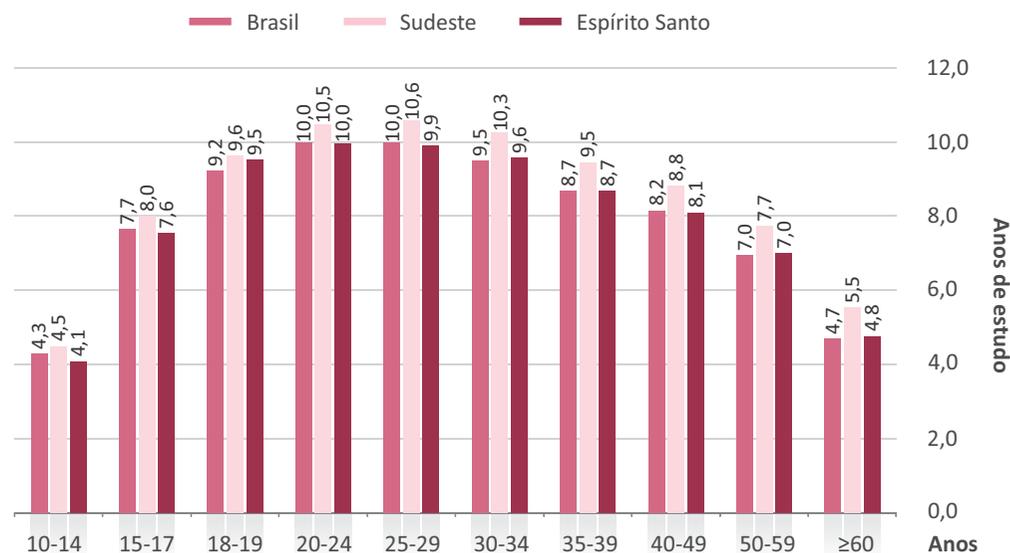


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



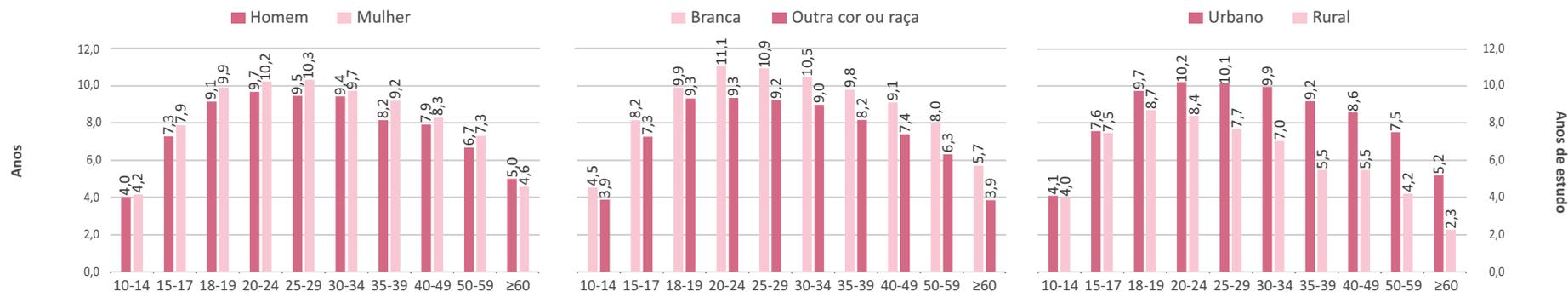
No Espírito Santo, os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos apresentaram, em média, 10 anos de estudo, valor ligeiramente superior ao encontrado para os jovens de 25 a 29 anos (9,9). Observa-se também que, em 2013, a média de anos de estudo do Espírito Santo foi inferior à da região Sudeste em todas as faixas de idade. Além disso, o número de anos de estudo nas faixas mais jovens (18 a 34 anos) foi superior ao das faixas etárias mais avançadas (35 anos ou mais), o que sugere aumento da escolarização média nos próximos anos. Ao se comparar a média de anos de estudo entre homens e mulheres, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres em praticamente todas as faixas etárias, com exceção da faixa de idade de 60 anos ou mais. Para os indivíduos de cor branca o número médio de anos de estudo também foi superior aos indivíduos de outra cor ou raça. A população residente na área urbana também apresentou maior escolaridade média em relação à área rural.

Número médio de anos de estudo segundo faixas de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Número médio de anos de estudo segundo faixas de idade por gênero, cor e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013

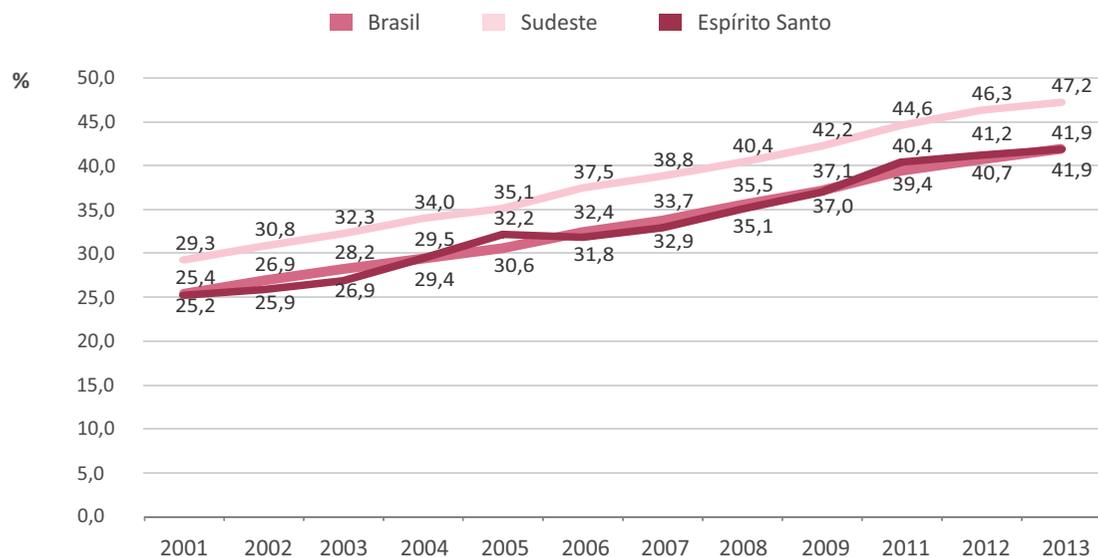


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo

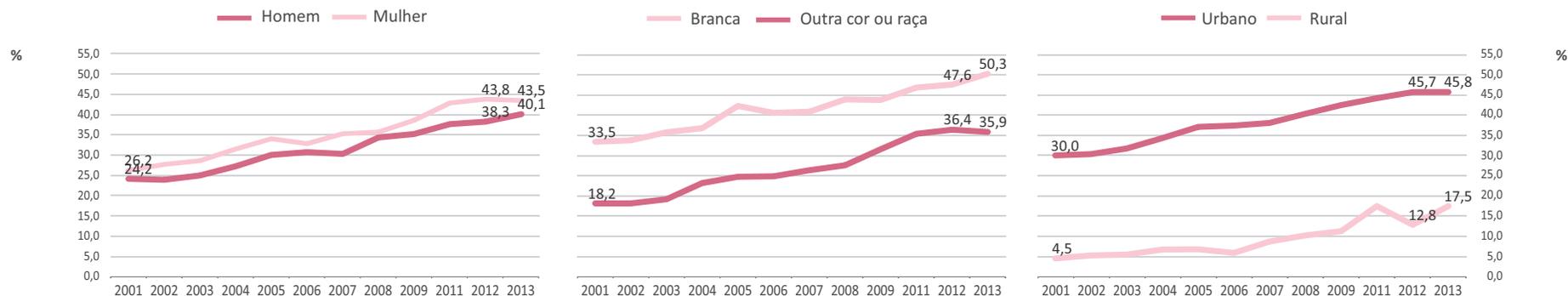
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo no Espírito Santo, escolaridade equivalente ao ensino médio completo ou mais, apresentou tendência de crescimento no período de 2001 a 2013, passando de 25,2%, em 2001, para 41,9%, em 2013. Comparativamente ao Brasil, o Espírito Santo apresentou a mesma proporção de pessoas com o ensino médio completo, mas em relação ao sudeste, esta foi menor. Em 2013, ao se comparar a proporção entre homens (40,1%) e mulheres (43,5%) no Espírito Santo, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres. A proporção foi maior entre os brancos (50,3%) do que entre os de outra cor ou raça (35,9%). A população residente na área urbana também apresentou maior proporção de pessoas de pelo menos 25 anos com ensino médio completo ou mais em relação à área rural, respectivamente 45,8% e 17,5%.

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



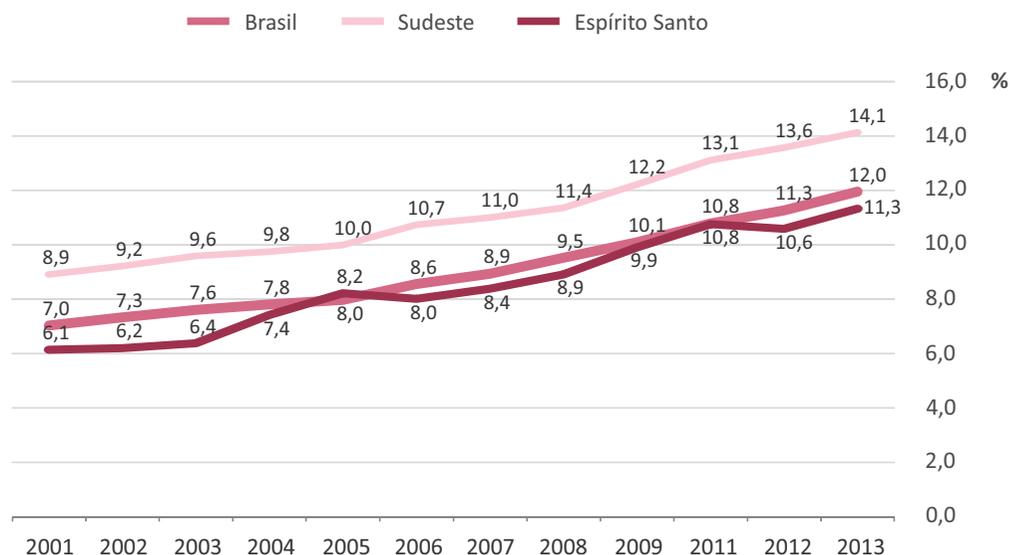
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo



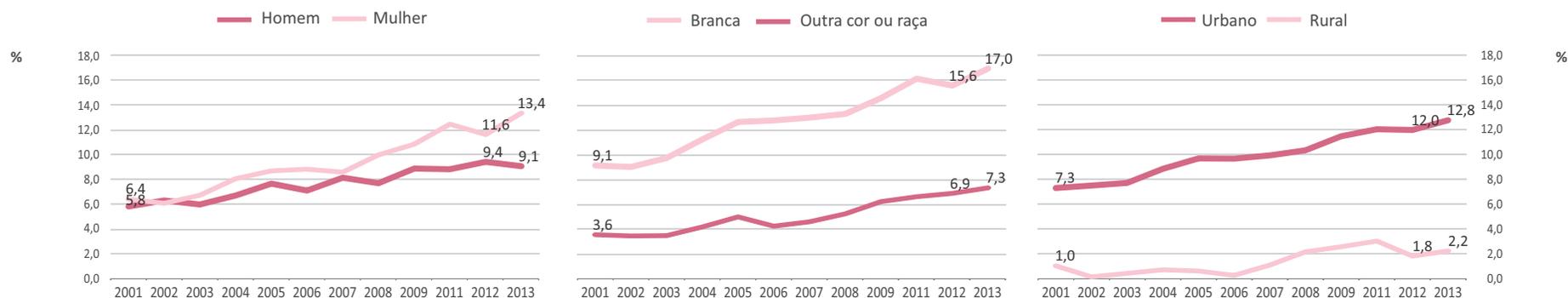
A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo no Espírito Santo, ou seja, a população com ensino superior completo ou pós graduação apresentou tendência de crescimento no período, aumentando de 6,1%, em 2001, para 11,3%, em 2013. Comparativamente ao país e à região Sudeste, observou-se uma menor proporção ao longo do período, exceto em 2005, quando superou o Brasil (8,0%) e alcançou o valor de 8,2%. Ao se comparar essa proporção entre homens (9,1%) e mulheres (13,4%) no Espírito Santo, em 2013, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres. Neste quesito, a população que se declarou branca (17%) apresentou uma proporção superior aos de outra cor ou raça (7,3%). Os residentes na área urbana (12,8%) apresentaram uma maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 15 anos ou mais de estudo em relação à área rural (2,2%).

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

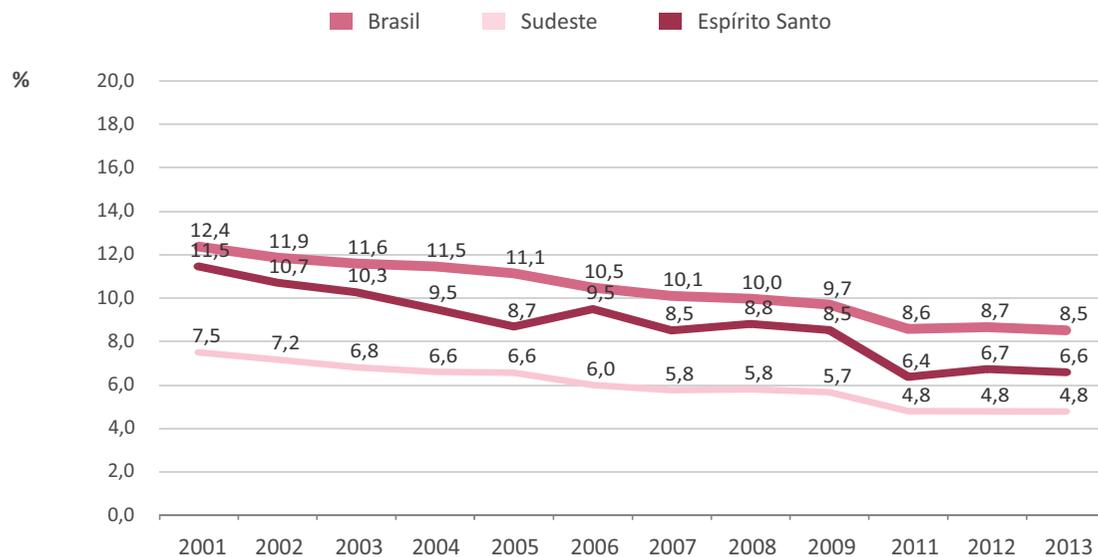
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



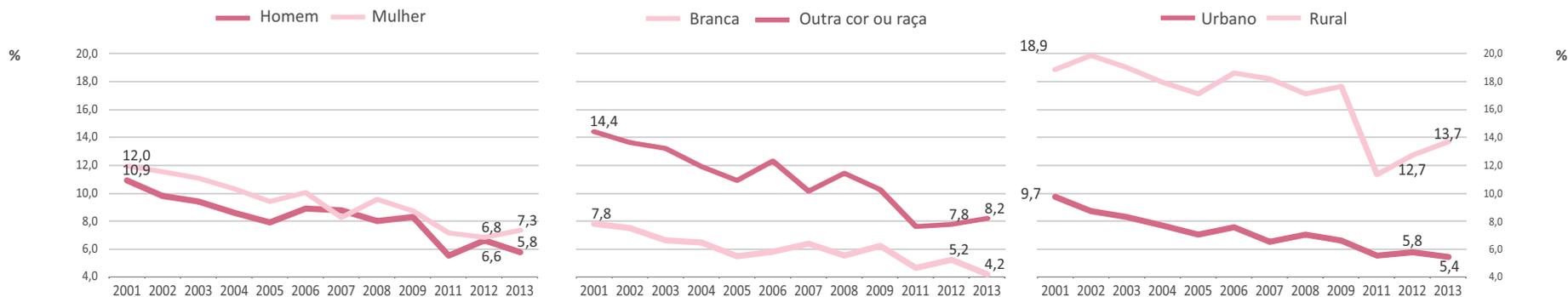
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No período 2001-2013, a taxa de analfabetismo apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo a taxa de analfabetismo passou de 11,5% em 2001 para 6,6% em 2013, o que representa uma redução de aproximadamente 42,5% ao longo deste período. O analfabetismo em todo o período foi superior entre as mulheres (7,3% em 2013) com exceção do ano de 2007, e entre os homens foi de 5,8% em 2013. Além disso, a taxa de analfabetismo foi inferior entre os indivíduos autodeclarados brancos (4,2%) em relação aos que se declararam de outra cor ou raça (8,2%). A população residente na área urbana apresentou menor proporção de analfabetos em relação à área rural, respectivamente 5,4% e 13,7%.

Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

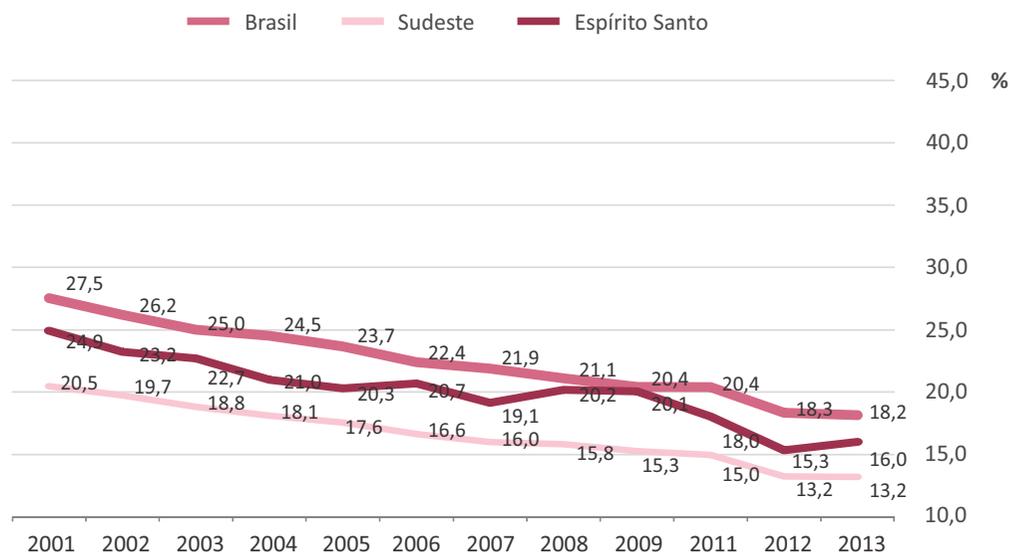


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



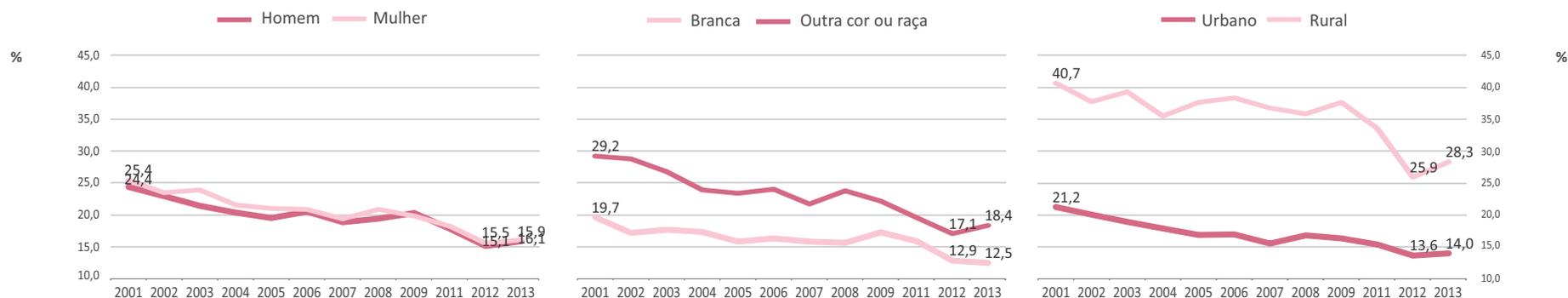
A taxa de analfabetismo funcional representa a proporção de pessoas que não completaram o primeiro ciclo de quatro anos do ensino fundamental. No período 2001-2013, esta taxa também apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional passou de 24,9% em 2001 para 16% em 2013 (redução de 35,7%). O analfabetismo funcional no estado, em 2013, ficou 2,8 p.p. acima da região Sudeste e 2,2 p.p. abaixo do Brasil. Observam-se valores sempre superiores para as mulheres (exceto no ano de 2009). Além disso, os indivíduos que se declararam de cor branca apresentaram uma taxa menor (12,5%) se comparados aos de outra cor ou raça (18,4%). A população residente na área urbana também apresentou uma taxa menor de analfabetos funcionais (14%) em relação à área rural (28,3%).

Taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo funcional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

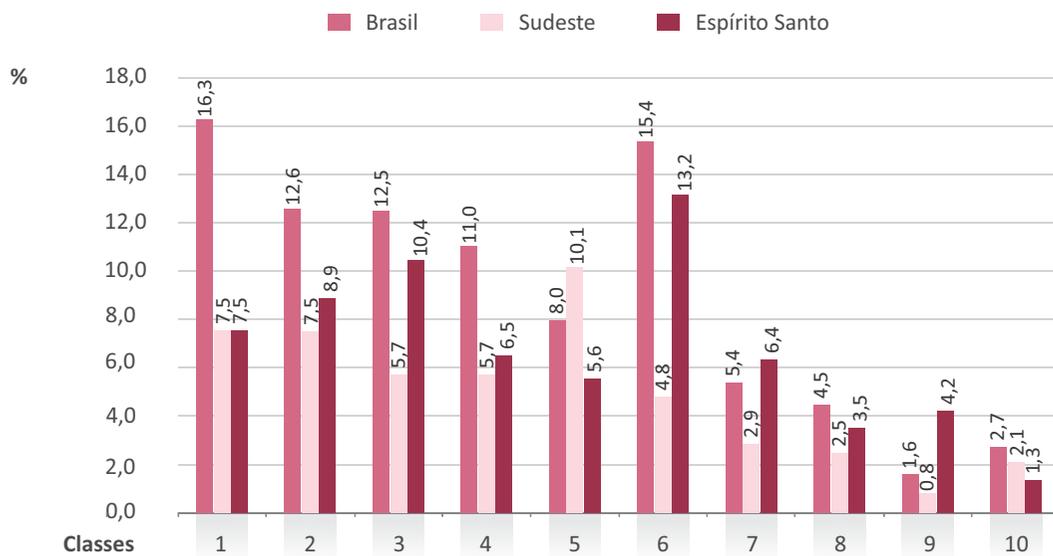


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos

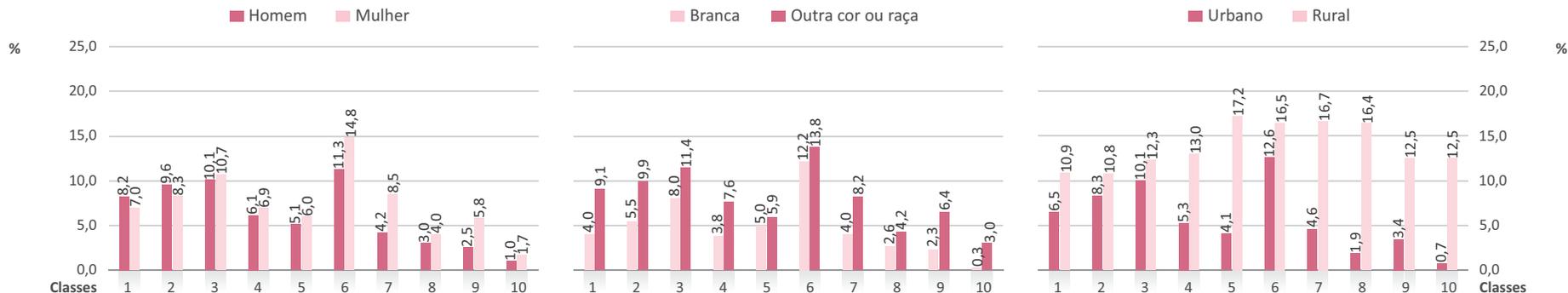
Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Observa-se pelo gráfico acima a ligação direta que existe entre escolaridade e as classes de rendimentos representadas por decis da distribuição de renda, sendo observadas em geral taxas de analfabetismo menores nas classes de rendimentos superiores. Comparativamente o Espírito Santo apresentou, em relação ao Brasil, uma taxa de analfabetismo menor na maioria das classes, com exceção da 7ª e 9ª classe e uma taxa maior que a do Sudeste na maioria das classes de rendimentos, excetuando-se a 5ª e 10ª. Ao se comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificaram-se maiores taxas para os homens nas classes 2, 5 e 10 e maiores taxas para as mulheres nas demais. Pessoas que se declararam brancas têm uma taxa de analfabetismo menor que outra cor ou raça em todas as classes. A população residente na área rural também apresentou uma maior taxa de analfabetismo em relação à zona urbana em todas as classes de rendimentos.

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013

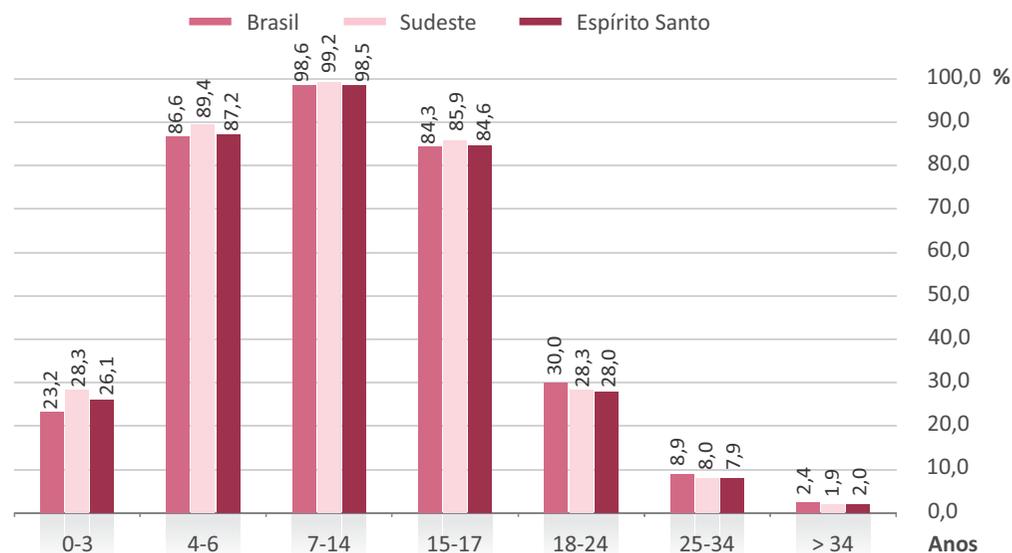


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



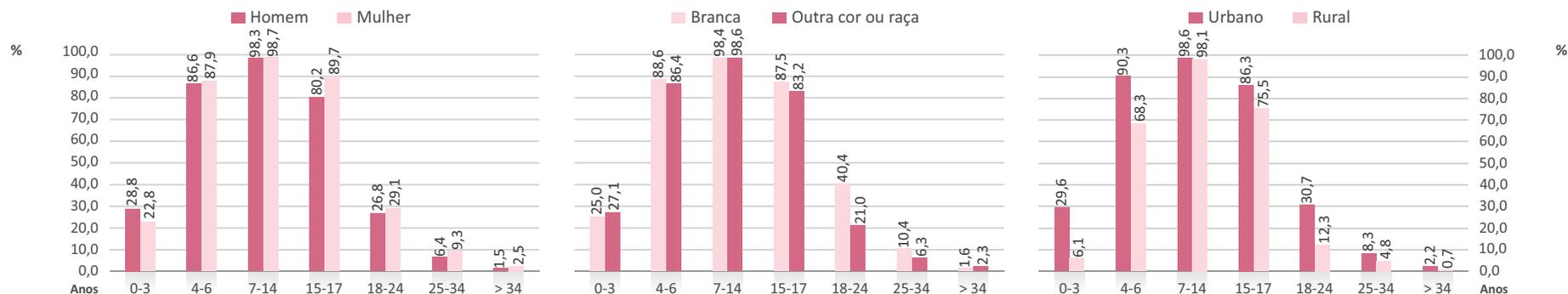
Em 2013 a frequência escolar no Espírito Santo apresentou seu maior índice, assim como o resto do país e o Sudeste, na faixa de idade entre 7 a 14 anos que corresponde ao ensino fundamental. Apresentando uma cobertura escolar de 98,5% o ensino fundamental está praticamente universalizado. Em todas as faixas etárias, exceto a primeira (creche), em que o estado tem uma cobertura melhor, a frequência escolar é muito semelhante à do Brasil e da região Sudeste. Ao comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, observamos que as mulheres tendem a atingir escolaridades mais elevadas uma vez que uma maior proporção de mulheres frequenta a escola em todas as faixas etárias (exceto creche). Nota-se também que, em geral, uma proporção maior de pessoas que se declararam brancas permanece no sistema educacional após os 14 anos. Além disso, a maior frequência escolar foi verificada para os indivíduos residentes na zona urbana em relação à rural.

Frequência escolar, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Frequência escolar por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013

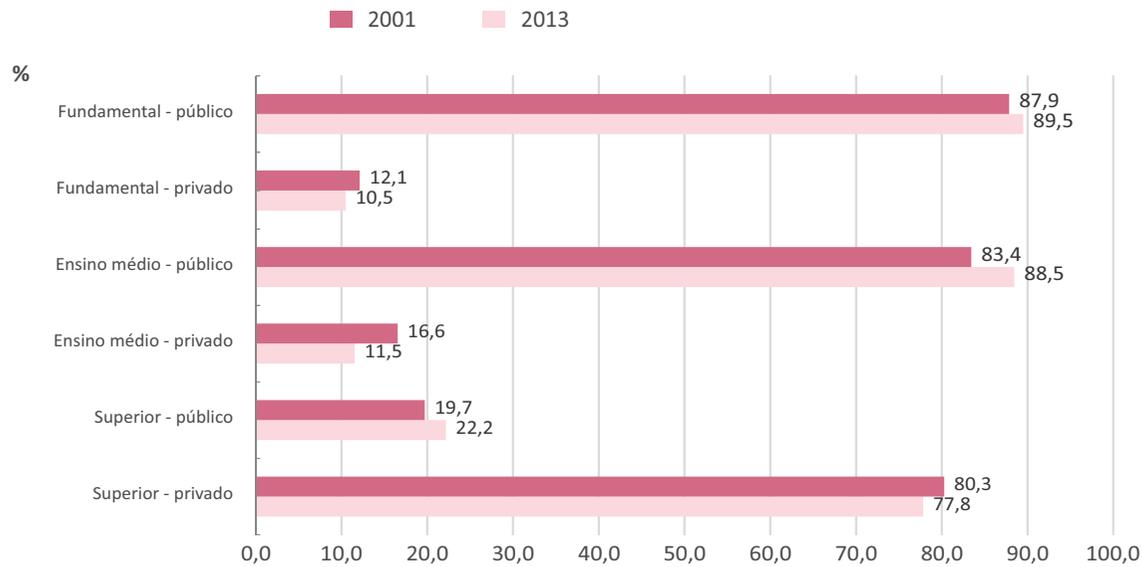


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



Frequência escolar por nível de ensino e rede

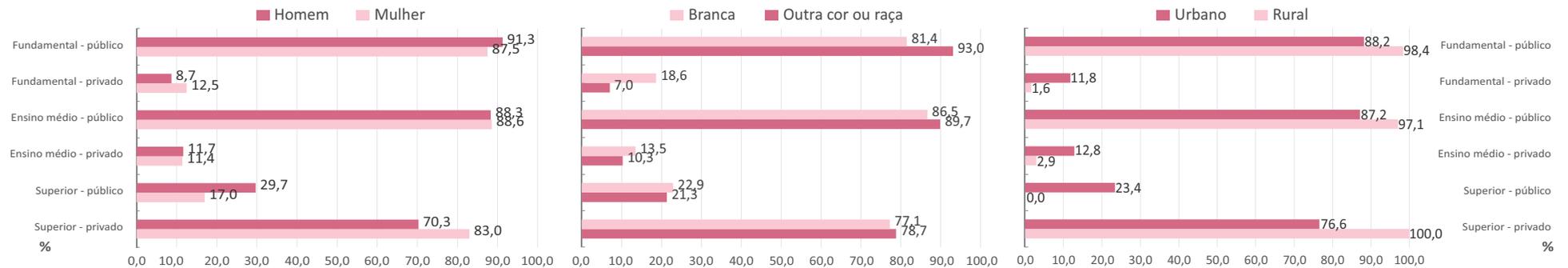
Frequência escolar por nível de ensino e rede, Espírito Santo, 2001 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Nos últimos 10 anos houve uma estabilidade na proporção de alunos que cursavam o ensino fundamental em escolas públicas e privadas. As mudanças mais fortes foram observadas no ensino médio e superior. A proporção de alunos que cursavam o ensino médio em escolas públicas subiu 5,1 pontos percentuais entre 2001 e 2013 atingindo 88,5%, já no ensino superior a proporção dos que estudavam na rede privada recuou 2,5 p.p. chegando a 77,8%. Ao se comparar frequência escolar entre homens e mulheres, verificou-se um equilíbrio entre os gêneros nos níveis fundamental e médio, no ensino superior observou-se uma predominância de homens no público e mulheres no privado. Com relação à cor, entre as pessoas que se declararam brancas existe maior proporção de jovens que frequentavam a rede privada no ensino fundamental e médio. Observa-se também que grande maioria dos jovens da área rural cursavam o ensino fundamental na rede pública.

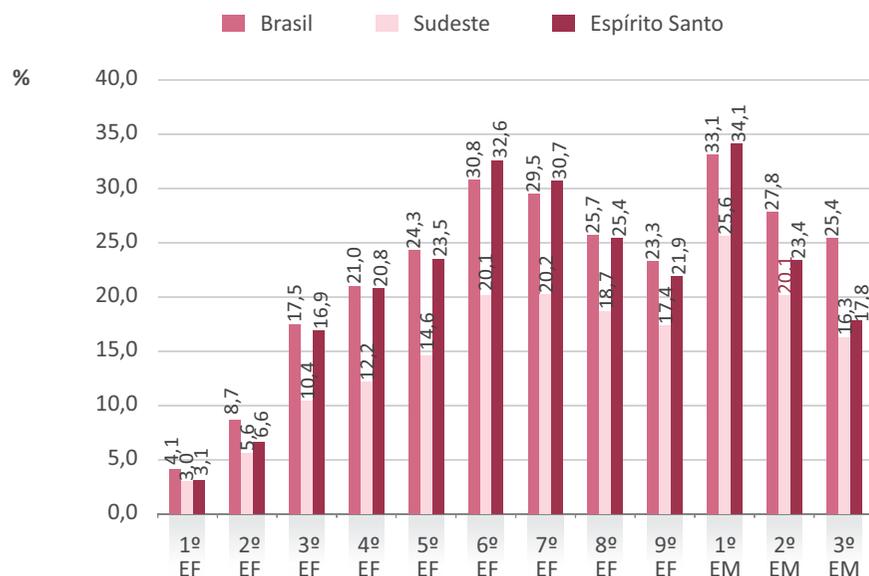
Frequência escolar por nível de ensino e rede por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



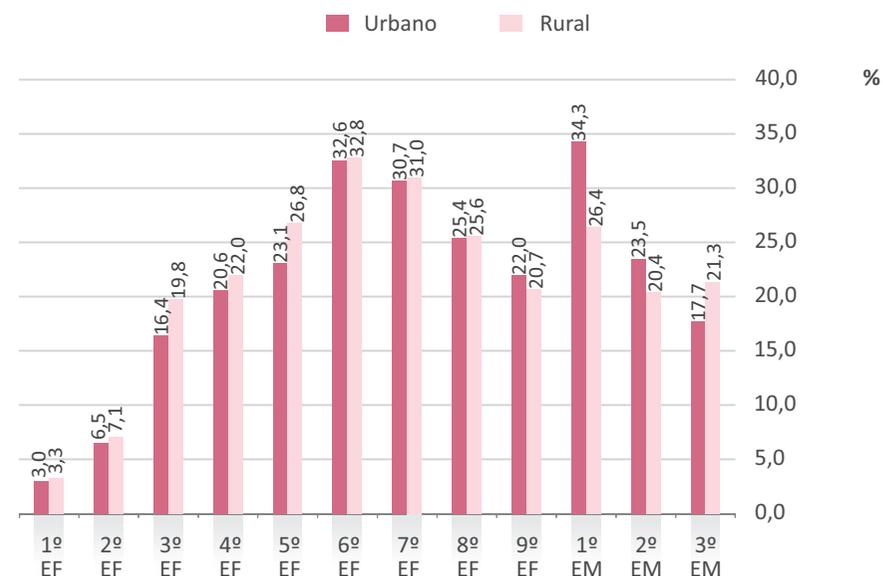
Taxa de distorção idade-série, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de distorção idade-série no Espírito Santo no ano de 2013 apresentou valores crescentes em relação à etapa frequentada. No ensino fundamental, o menor valor de 3,1% é observado no primeiro ano e o maior de 32,6% no sétimo ano, após esta etapa verificou-se a redução neste indicador até o nono ano. Para o ensino médio o maior valor observado foi de 34,1% no primeiro ano e o menor de 17,8% no terceiro ano. Em termos comparativos o Espírito Santo apresentou taxas de

Taxa de distorção idade-série por situação de domicílio, Espírito Santo, 2013



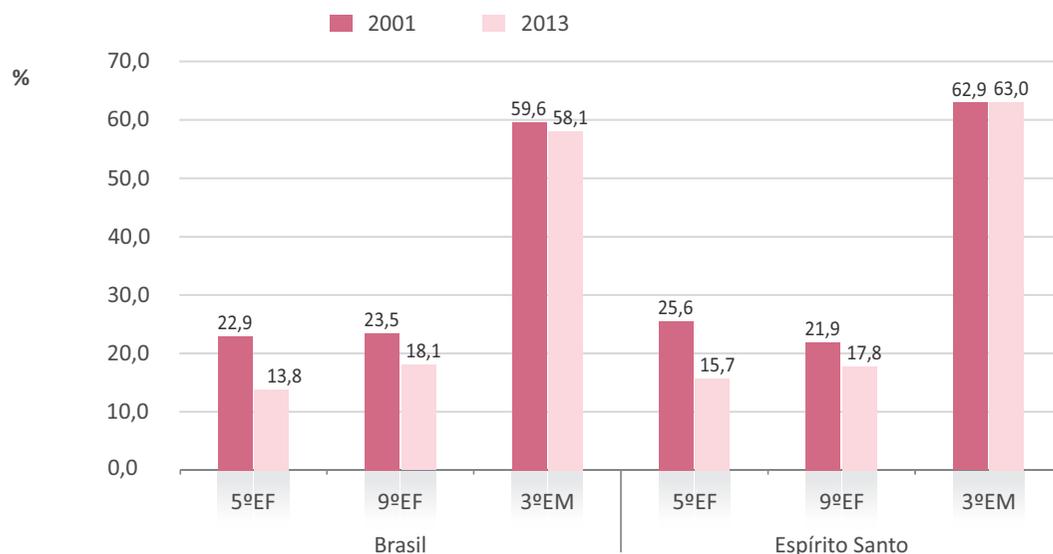
Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

distorção para o ensino fundamental em geral menores que as do Brasil e maiores do que a média da região Sudeste, já para o ensino médio o estado apresentou valores menores que os observados para o Brasil mas superiores ao da região Sudeste. Dentro do estado observaram-se, em geral, taxas de distorção maiores ou iguais na zona rural em relação à urbana, as exceções foram o nono ano do ensino fundamental e o primeiro e segundo ano do ensino médio.



Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio

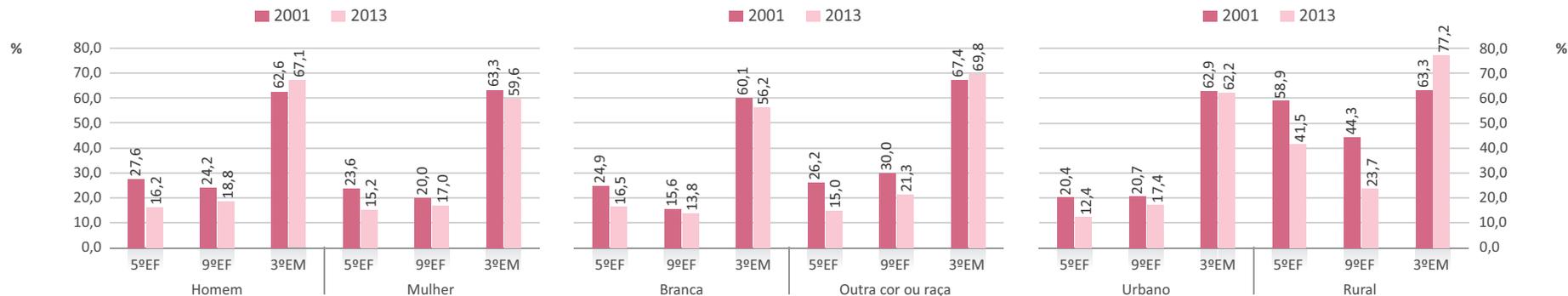
Taxa de retenção do 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio (pessoas com 25 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de retenção para o 5º e 9º ano do ensino fundamental no Espírito Santo caiu no período 2001-2013. Em 2001 a taxa para o 5º ano foi de 25,6% recuando para 15,7% em 2013. Para o 9º ano do ensino fundamental a taxa foi de 21,9% em 2001 passando para 17,8% em 2013. Com relação ao 3º ano do ensino médio, nível de escolaridade que concentra a maior parte das pessoas, a taxa se manteve estável, 62,9% em 2001 e 63% em 2013. Em 2013 foi possível verificar que a taxa de retenção foi maior entre os homens em todos os níveis analisados do que entre as mulheres, o que indica que as mulheres progredem mais na vida escolar. Com relação à cor declarada, verificou-se que a retenção continuou maior no 3º do EM, porém foi maior para os de outra cor ou raça (69,8%) do que para os brancos (56,2%). Para os indivíduos que residiam na área rural a retenção foi maior do que entre os que residiam na área urbana.

Taxa de retenção do 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio (pessoas com 25 anos ou mais) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 e 2013

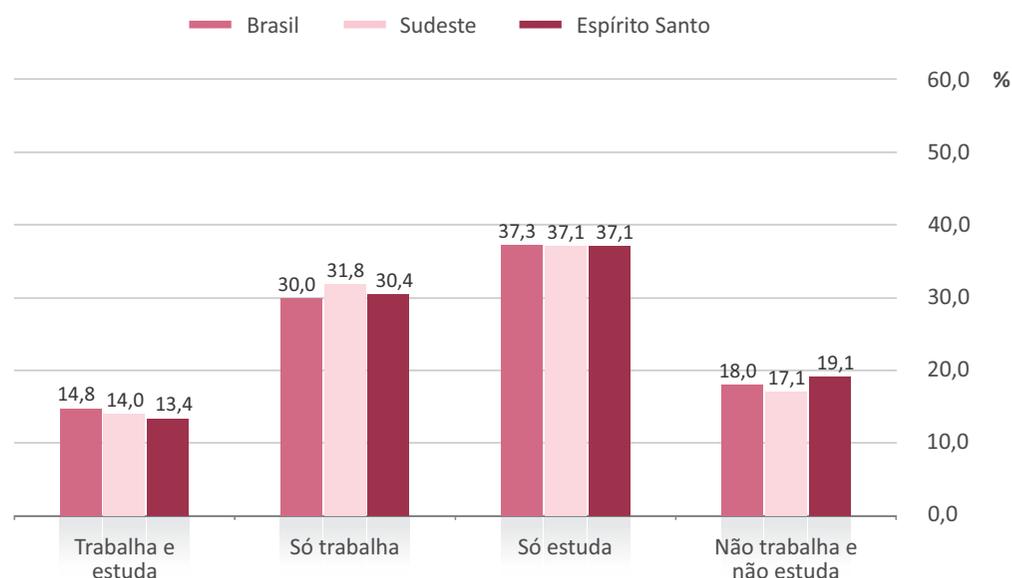


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



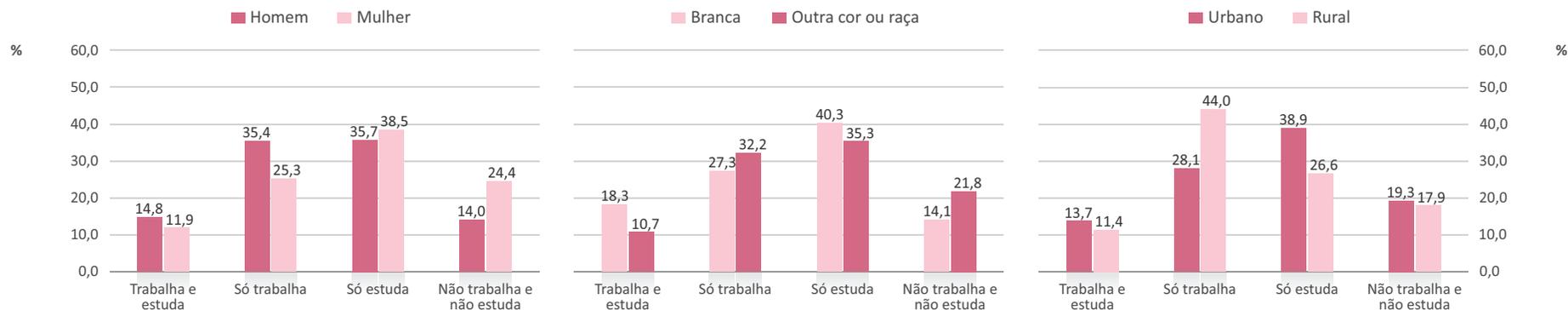
De maneira geral, ao se observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, observa-se que a maioria dos jovens somente estudam. Em 2013, a proporção de jovens que só trabalhavam era de 30,0% para o Brasil, 31,8% para a região Sudeste e 30,4% para o Espírito Santo. No grupo dos que só estudam temos, no Espírito Santo, 37,1% dos jovens, proporção similar ao Brasil (37,3%) e região sudeste (37,1%). Em 2013 no Espírito Santo, do total da proporção de jovens que trabalhavam, a maioria era do sexo masculino.

Alocação do tempo dos jovens com idade entre 14 e 24 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Alocação do tempo dos jovens com idade entre 14 e 24 anos, por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



MERCADO DE TRABALHO

O esta seção da Síntese dos Indicadores Sociais tem como objetivo apresentar o desempenho do mercado de trabalho do Espírito Santo ao longo dos últimos anos, com foco nos resultados divulgados recentemente para o ano de 2013. A fonte de informação são os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os principais atores neste mercado são os trabalhadores, empresas e governo, sendo que os primeiros são os que compõem a força de trabalho de uma determinada sociedade. A dimensão da força de trabalho disponível no mercado depende de três fatores: i) o tamanho da sua população residente; ii) a estrutura etária dessa população, que indica a quantidade de pessoas em condições de exercer uma ocupação (População em Idade Ativa – PIA¹; e iii) a disposição dessa população ao trabalho, dado o nível dos salários pagos pelas instituições privadas e públicas e pelas oportunidades de negócios existentes na economia. A qualidade da força de trabalho, por sua vez, está condicionada, em linhas gerais, ao nível educacional conjugado às políticas de qualificação e formação profissional existentes e a experiência conquistada pelas pessoas ao longo de sua vida.

O entendimento do mercado de trabalho está além da evolução da população em condições de exercer alguma ocupação na economia, mas sim, em desvendar quais são os incentivos vigentes para que os indivíduos busquem acessar este mercado. Dessa maneira, dado o crescimento populacional, a evolução do número de pessoas que buscam trabalho ou já estão ocupadas fornece um sinal vital para compreender e atuar sobre as condições e os incentivos para o desenvolvimento e o crescimento econômico de uma região.

No Espírito Santo, a População em Idade Ativa (PIA) cresceu de 2012 para 2013, passando de 2.977 mil pessoas em 2012 para 3.025 mil pessoas no ano seguinte, perfazendo um crescimento de 1,58% neste período. Enquanto a População Economicamente Ativa (PEA), passou de 2.042 mil pessoas para 1.989 mil pessoas, no mesmo período, apresentando um decréscimo anual de -2,59%. Esta diferença do crescimento da PIA e da PEA repercutiu diretamente na Taxa de Atividade, que

passou de 68,6% (2012) para 65,8% (2013), indicando que, proporcionalmente, menos pessoas procuraram emprego no Estado durante a semana de referência.

A PEA, comumente chamada de Força de Trabalho disponível, pode ser desdobrada em População Ocupada e População não Ocupada. Entre 2012 e 2013, o número de pessoas ocupadas diminuiu de 1.931 mil para 1.869 mil, registrando um decréscimo de -3,21% entre esses dois anos, com a particularidade de que no setor formal houve um aumento da participação de 60,5% para 62,6% e no setor informal, um decréscimo de 37,5% para 36,4%, da população ocupada.

A Taxa de desocupação no Espírito Santo, calculada pela razão entre o total de pessoas não ocupadas e a força de trabalho, apresentava trajetória declinante até o ano de 2012, tendência interrompida em 2013, quando passou de 5,4% para 6,0%, respectivamente. Apesar desse resultado, a taxa registrada em 2013 é a segunda mais baixa da série histórica apresentada no documento.

Quando o foco recai na dimensão institucional, como as questões da previdência e sindicatos, percebe-se um aumento entre os anos de 2012 e 2013 da cobertura previdenciária entre as pessoas ocupadas (63,6% para 67,6%) e no mesmo período uma diminuição da participação sindical, de 25,1% para 17,3%.

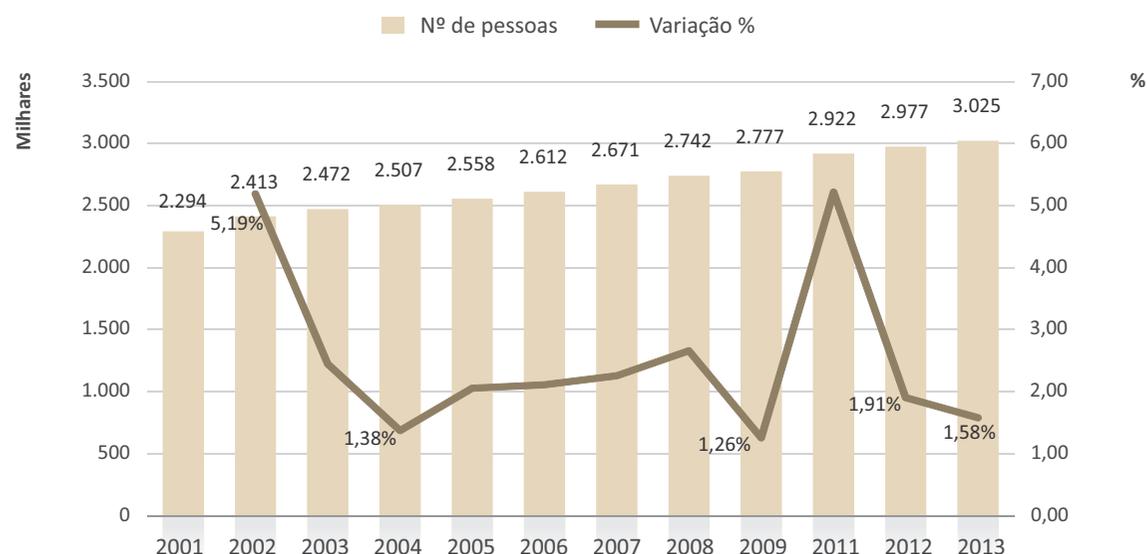
A Qualidade da Força de Trabalho está diretamente vinculada à escolaridade, experiência e a qualificação, mas que irá expressar-se na renda auferida. A renda real média de todos os trabalhos, mantendo uma trajetória de aumentos constantes desde 2009, estabilizou entre 2012 e 2013, passando de R\$ 1.471,82 para R\$ 1.471,47 resultado equivalente a uma variação de -0,02% no período. Independente da causa deste movimento, a estagnação dos rendimentos dos trabalhos, variável que representa um dos principais incentivos para que a população procure por ocupação, pode indicar um sinal de alerta para o mercado de trabalho capixaba.

¹ Para uma definição mais precisa dos termos utilizados nesta seção, favor consultar o Glossário disponível ao final desta publicação.



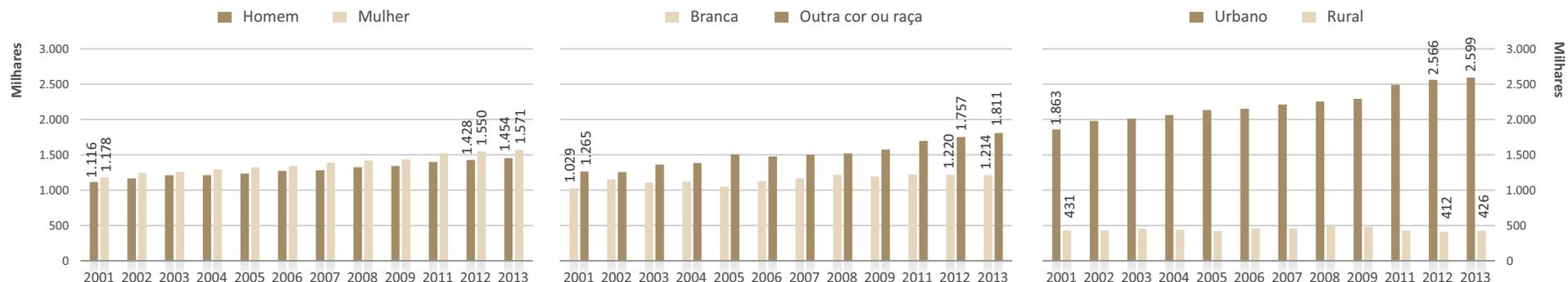
A População em Idade Ativa (PIA) do Espírito Santo cresceu 1,58% na comparação de 2013 com 2012, alcançando o montante de 3.025 mil pessoas em idade propícia ao trabalho. O resultado representou o terceiro menor crescimento da PIA na série histórica, maior apenas que o aumento ocorrido em 2009 com relação a 2008 (1,26%) e ao de 2004 com relação a 2003 (1,38%). Observa-se a elevação da PIA na área urbana de maneira constante, ao contrário da área rural do Espírito Santo, que teve um comportamento oscilante. Em relação ao gênero e a cor ou raça, em toda a série histórica observa-se a predominância da quantidade de mulheres em relação aos homens e das pessoas de outra cor ou raça na comparação com as pessoas brancas, que alcançaram em 2013 o total de 1.454 mil mulheres e 1.811 mil indivíduos de outra cor ou raça, respectivamente.

População em idade ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

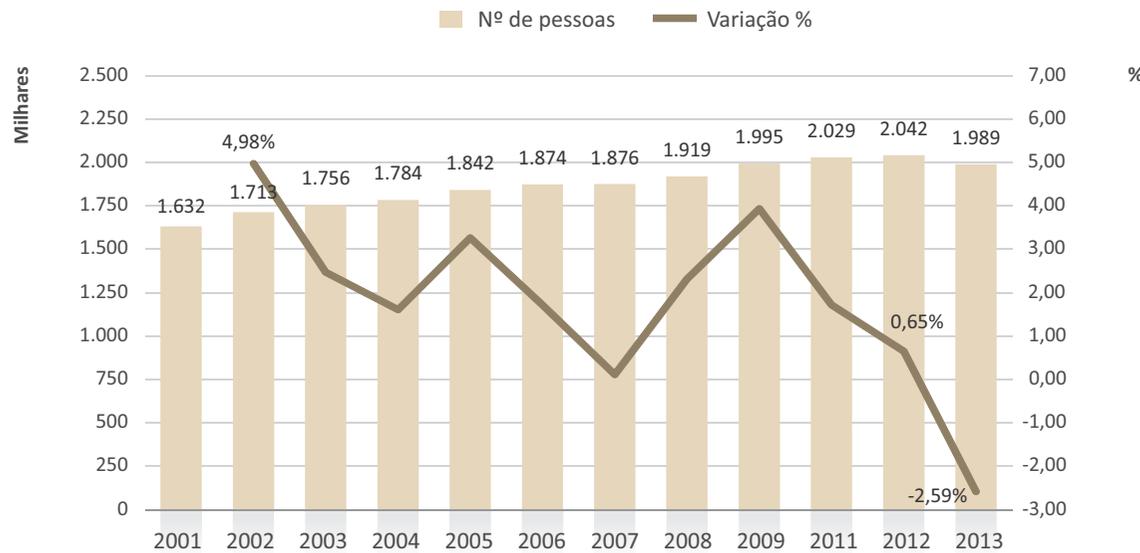
População em idade ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



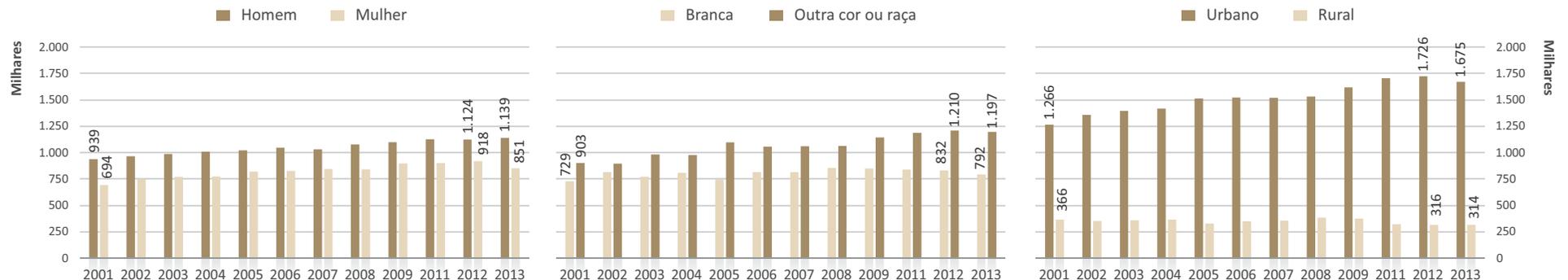
População economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A População Economicamente Ativa (PEA) alcançou no ano de 2013 total de 1.989 mil pessoas. Apesar do crescimento observado na PIA (1,58%), entre 2012 e 2013, a PEA decresceu -2,59%, a primeira variação negativa verificada na série histórica. A análise por cor ou raça indicou maior participação de indivíduos de outra cor ou raça, que representavam 55,3% em 2001 e passaram para 60,2% em 2013. Em relação ao gênero, a participação dos homens na PEA foi superior às mulheres em todo o período. Observa-se também uma concentração da PEA na área urbana, que em 2013 atingiu o patamar de 1.675 mil indivíduos.

População economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

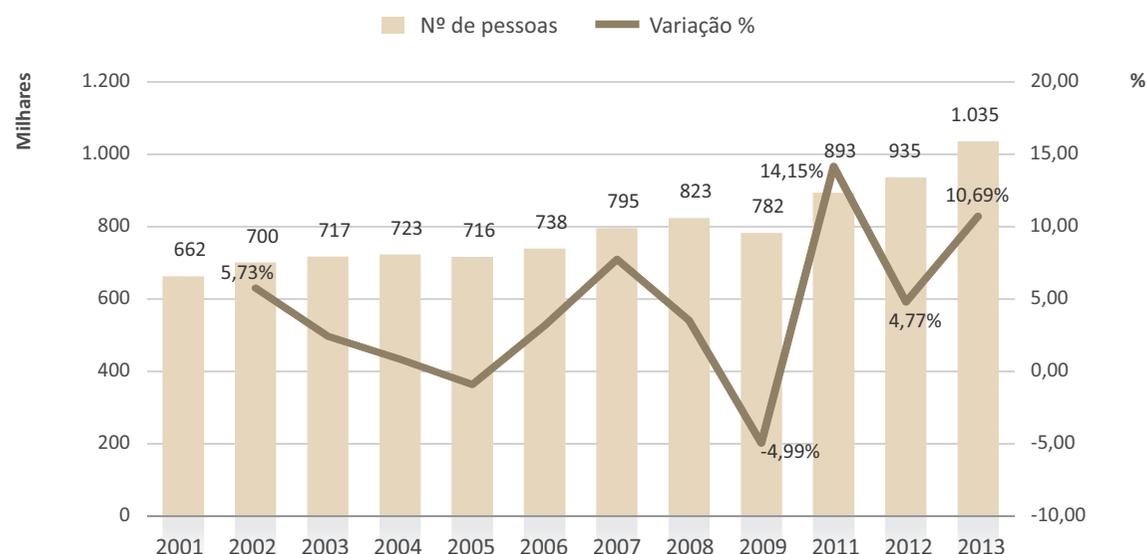


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



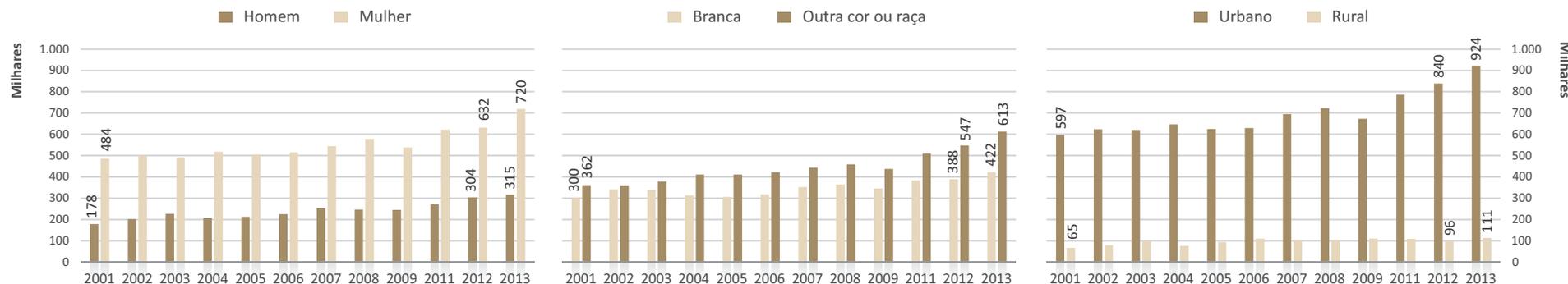
Após a queda de -4,99% ocorrida em 2009 com relação a 2008 e do aumento de 14,15% registrado em 2011 em relação a 2009, a População Não Economicamente Ativa (PNEA) tornou a crescer em 2013 comparado a 2012 (10,69%), contabilizando 1.035 mil pessoas em idade ativa fora do mercado de trabalho. Assim, observa-se que o crescimento da PIA, em sua maior parte foi alocado na PNEA. No que diz respeito ao gênero, em toda a série histórica, a PNEA de mulheres foi muito superior a PNEA dos homens, sendo que em 2013 as mulheres representaram 69,5% da PNEA. Com relação a cor ou raça, também existe uma predominância de indivíduos de outra cor ou raça, representando 59,2% da PNEA, em 2013. A área urbana concentrou 89,2%, isto é, 924 mil indivíduos não economicamente ativos, também neste último ano da série.

População não economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

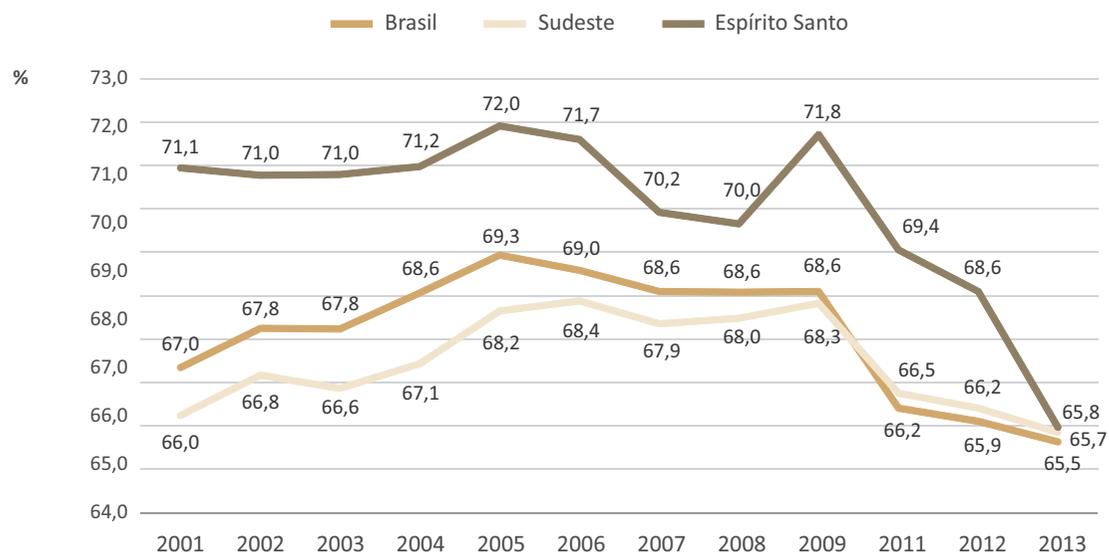
População não economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



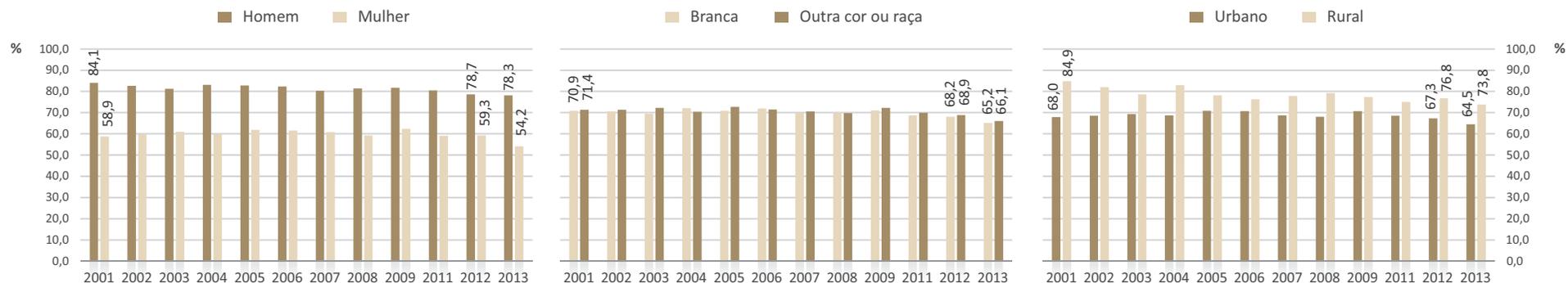
Taxa de atividade (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

O maior crescimento da PNEA em detrimento da PEA impactou na queda da taxa de atividade do Espírito Santo, que passou de 68,6% em 2012 para 65,8% em 2013. Ainda assim, o estado se manteve um pouco acima das taxas apresentadas pela região Sudeste (65,7%) e Brasil (65,5%), as quais também apresentaram o mesmo comportamento de queda em 2013 em relação a 2012. A análise por gênero indicou maior taxa de atividade para os homens (78,3%), superior em 24,1 p.p. em relação às mulheres (54,2%) no ano de 2013. A população residente na área rural, em 2013, também apresentou uma taxa de atividade superior à da área urbana, sendo de 73,8% e 64,5% respectivamente. Já para a comparação entre cor ou raça, não ocorrem diferenças significativas quanto a participação da população no mercado de trabalho, apresentando 65,2% para a população branca e 66,1% para a de outra cor ou raça.

Taxa de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

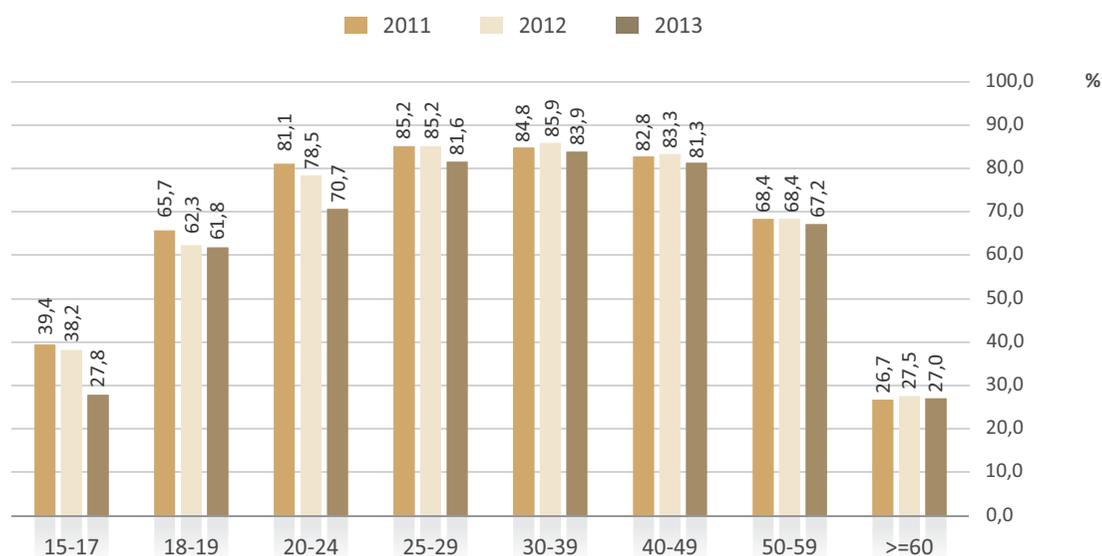


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



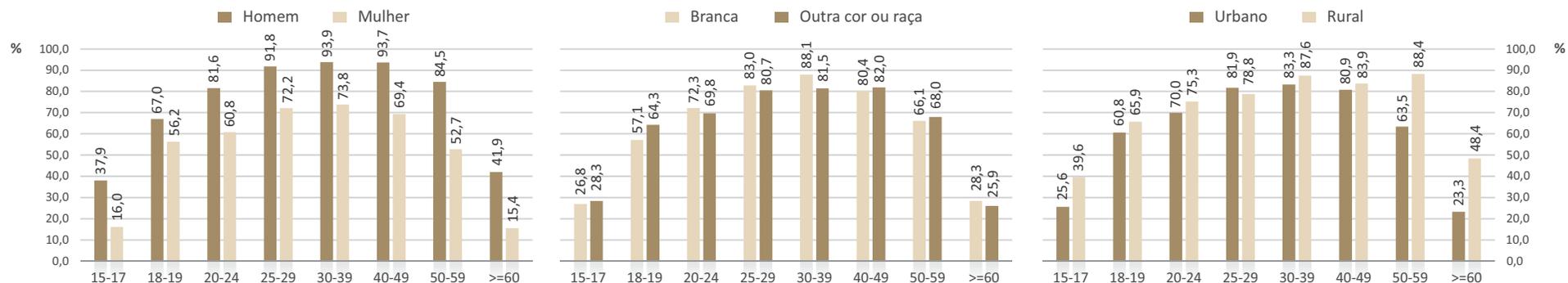
As taxas de atividade, quando segmentadas pelas faixas de idade, apresentam a particularidade de terem uma trajetória oscilante em 2013 em relação a 2012. O primeiro recorte (15-17 anos) e o último (>=60 anos), identificados como parte da população jovem e parte da população em idade de aposentadoria, são os que apresentam menores taxas de atividade, 27,8% e 27,0%, respectivamente. Por outro lado, os maiores valores apresentados em 2013, estão nas faixas de idade de 30 a 39 anos (83,9%), 25 a 29 anos (81,6%) e 40 a 49 anos (81,3%). Na segmentação de gênero, esta situação se repete, sendo que as taxas de atividade masculina são maiores que a feminina. Na segmentação de situação de domicílio, as taxas de atividades encontradas no setor rural são maiores que aquelas do setor urbano, com exceção da faixa de 25 a 29 anos, e na segmentação de cor e etnia, encontra-se uma certa paridade.

Taxa de atividade (15 anos ou mais), segundo faixa etária, Espírito Santo, 2011, 2012 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

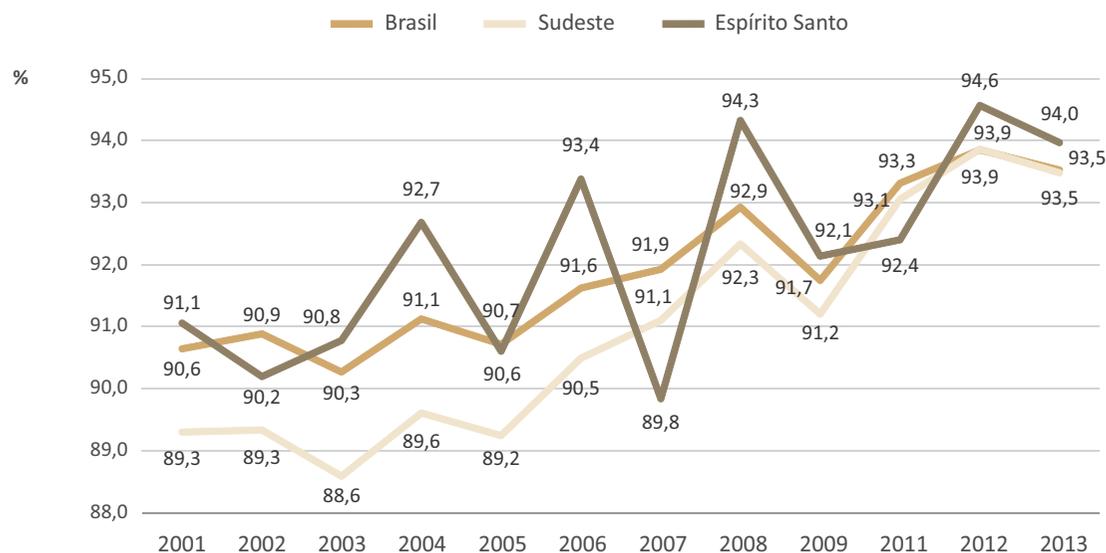
Taxa de atividade segundo a faixa etária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



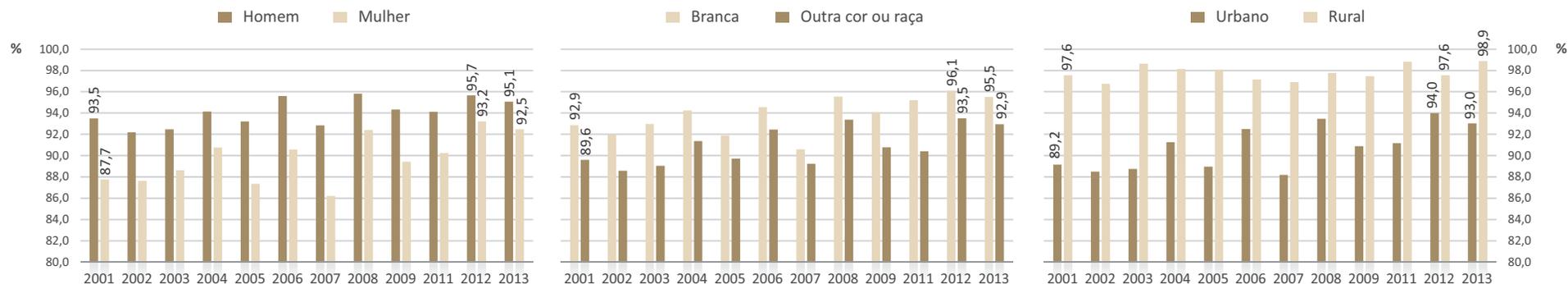
Taxa de ocupação (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Em 2013, o nível de ocupação para o Espírito Santo (94,0%) ficou acima dos valores igualmente apresentados pela região Sudeste e Brasil, ambos com 93,5%. O Espírito Santo apresentou trajetória bastante instável ao longo do período analisado, oscilando entre o menor valor, 89,8% (2007) e o maior, 94,6% (2012). Essa instabilidade se mostrou mais intensa na área urbana do estado e entre as mulheres. A análise por cor ou raça registrou maior ocupação para os indivíduos de cor branca em todo o período. Os homens também registraram taxa de ocupação superior às mulheres em todo o período, mas a diferença, que chegou a seu máximo em 2007 (6,7 p.p.), caiu ao seu menor valor em 2012 (2,5 p.p.), aumentando muito pouco em 2013 (2,6 p.p.).

Taxa de ocupação por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

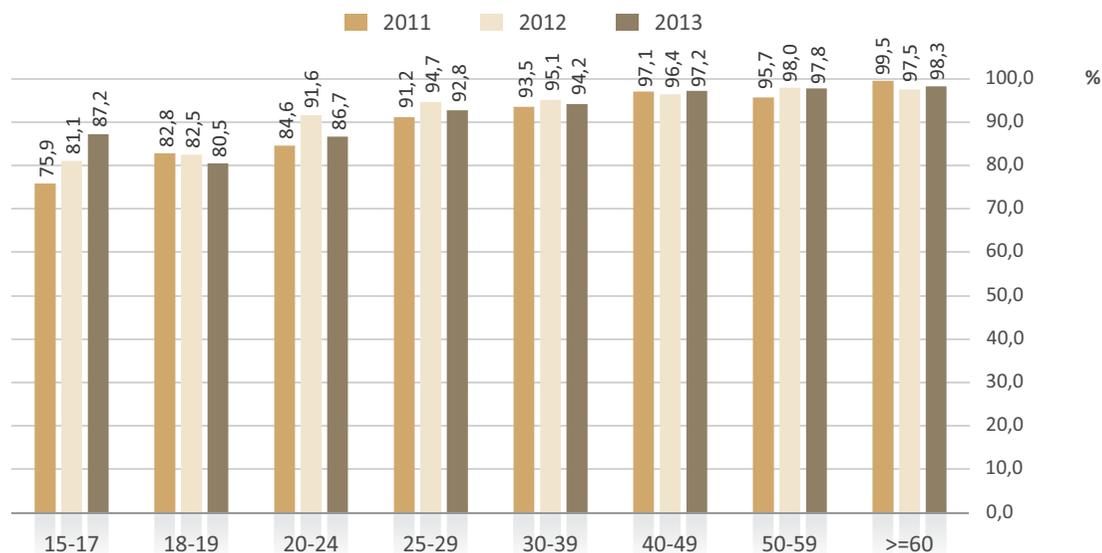


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



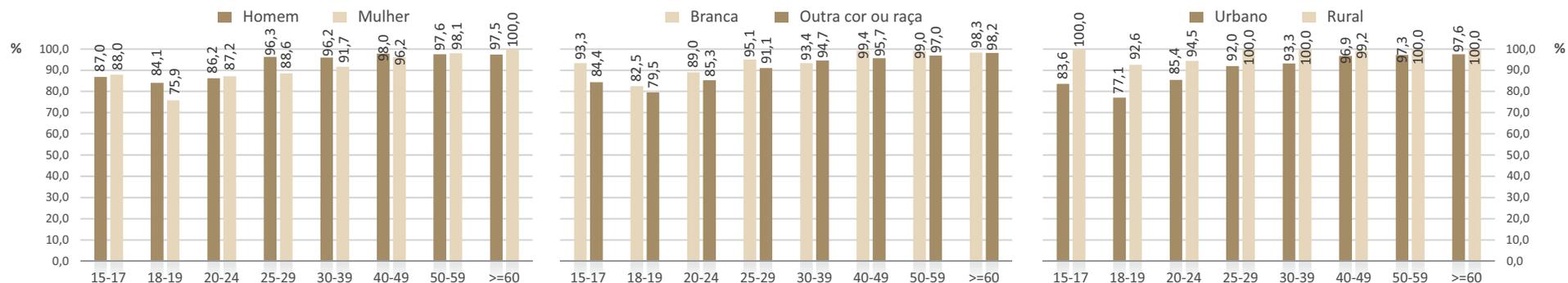
Em 2013, observa-se que a maioria das faixas etárias tiveram taxa de ocupação inferior àquelas verificadas em 2012, com exceção da primeira (15 a 17 anos) e a última (≥ 60 anos), sendo esta a maior taxa de ocupação entre todas as faixas de idade. Chama a atenção em 2013, na faixa etária maior ou igual a 60 anos, uma total ocupação das mulheres, o mesmo acontecendo com a ocupação na área rural, ficando a área urbana um pouco menor (97,6%). Na segmentação de cor ou raça, ambas apresentam mais de 98% de taxa de ocupação.

Taxa de ocupação segundo faixa etária, Espírito Santo, 2011, 2012 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

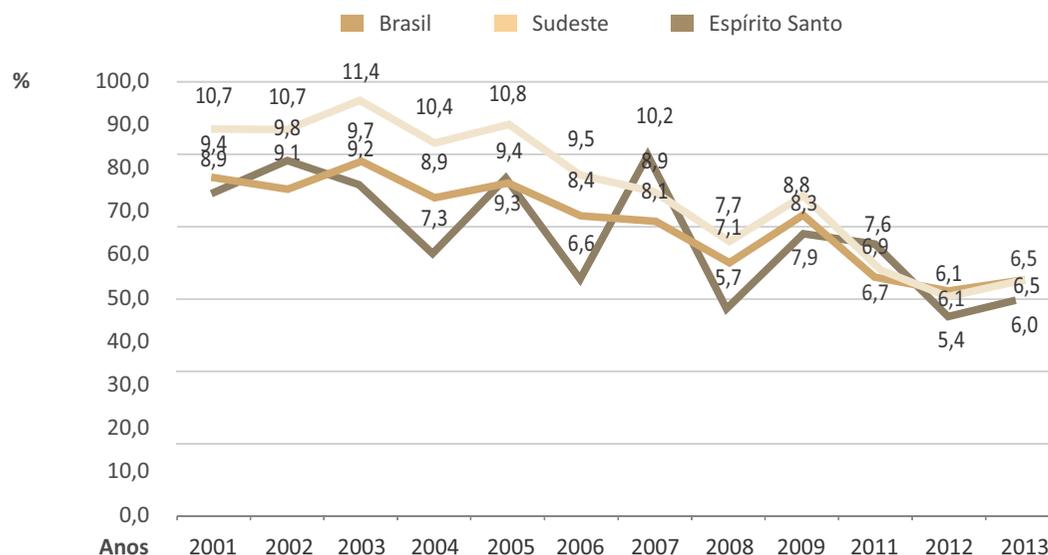
Taxa de ocupação segundo faixa etária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



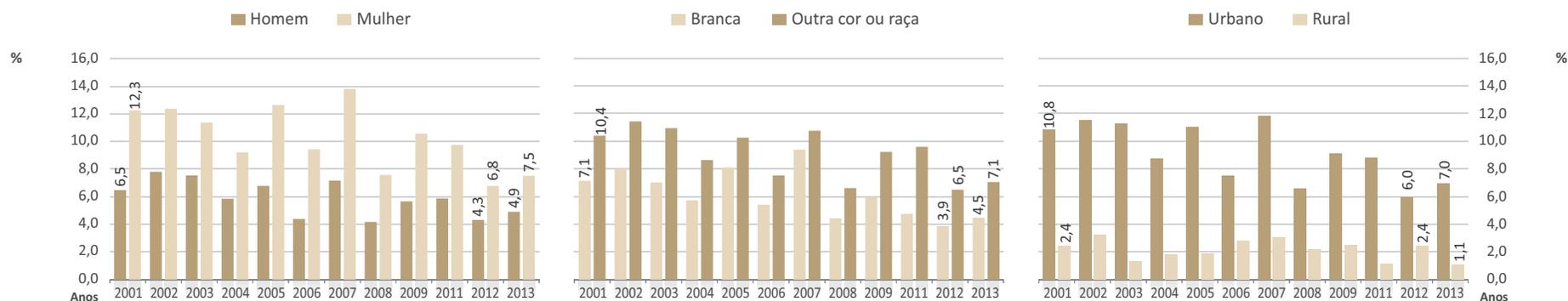
Taxa de desemprego (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

No ano de 2013, ocorreu um pequeno aumento no nível de desemprego (6,0%) no Espírito Santo, mas este valor ainda permanece sendo o terceiro menor de toda a série histórica, maior apenas do que os encontrados em 2012 (5,4%) e 2008 (5,7%). Em relação ao Brasil e ao Sudeste, depois de uma trajetória bastante oscilante, o Espírito Santo apresentou valores menores em 2012 e 2013. Em 2013, a análise por cor ou raça e gênero mostrou taxa menor de desemprego para brancos (4,5%) e homens (4,9%) em relação aos indivíduos de outra cor ou raça (7,1%) e as mulheres (7,5%). O desemprego na área rural diminuiu em 2013 (1,1%) retornando ao mesmo menor valor histórico ocorrido em 2011, e o desemprego urbano, apesar de ter aumentado 1 p.p. entre 2012 e 2013, mantém-se em um dos menores patamares encontrados em toda a série histórica.

Taxa de desemprego por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

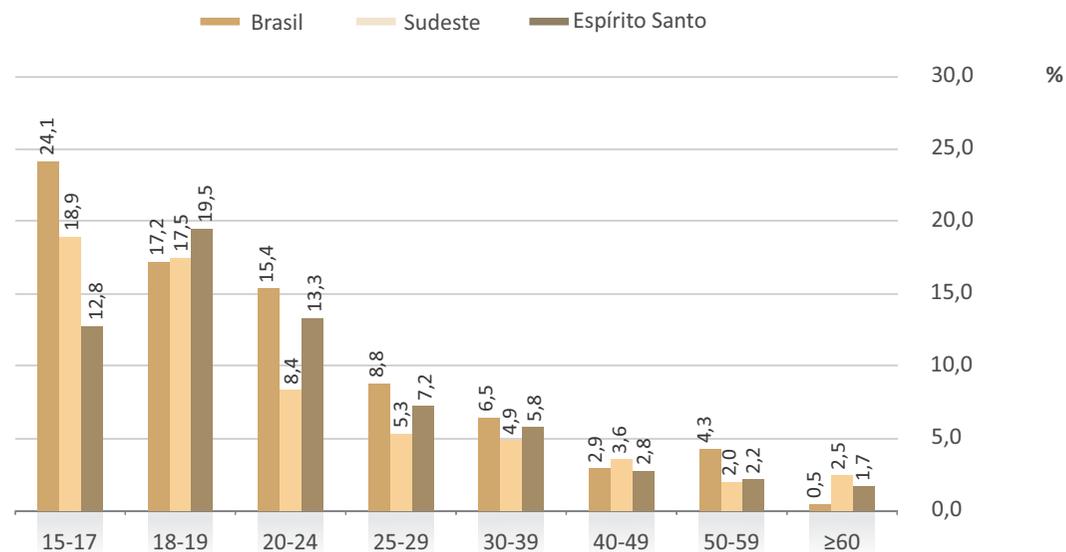


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



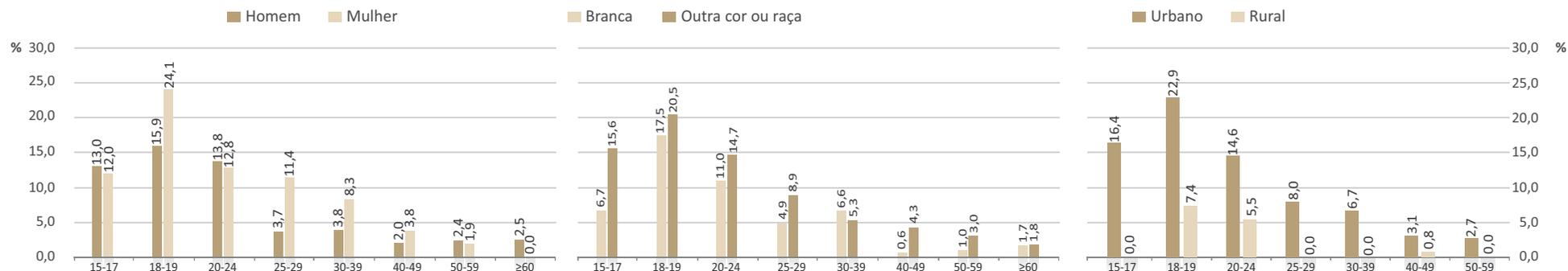
O desemprego por faixa etária mostra um padrão de maior desemprego para os jovens e que tende a decair ao longo da idade ativa dos indivíduos. Em 2013, as faixas etárias de 15 a 19 anos e de 60 anos ou mais, apresentam valores menores que a região Sudeste; e junto com a faixa de idade de 50 a 59 anos, constituem os menores valores apresentados para o Estado, em 2013. Na segmentação de gênero, as maiores taxas de desemprego oscilam entre homens e mulheres, sendo as mais altas para ambos, encontradas na faixa de 18 a 19 anos. Em todas as faixas etárias analisadas, a taxa de desemprego se mostra superior para a área urbana em relação à área rural e para outra cor ou raça (com exceção 30 a 39 anos). Chama atenção o elevado desemprego urbano para as três primeiras faixas etárias (de 15 a 24 anos), sendo respectivamente de 16,4%, 22,9% e 14,6%.

Taxa de desemprego segundo faixas etárias, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Taxa de desemprego segundo faixas etárias, por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013

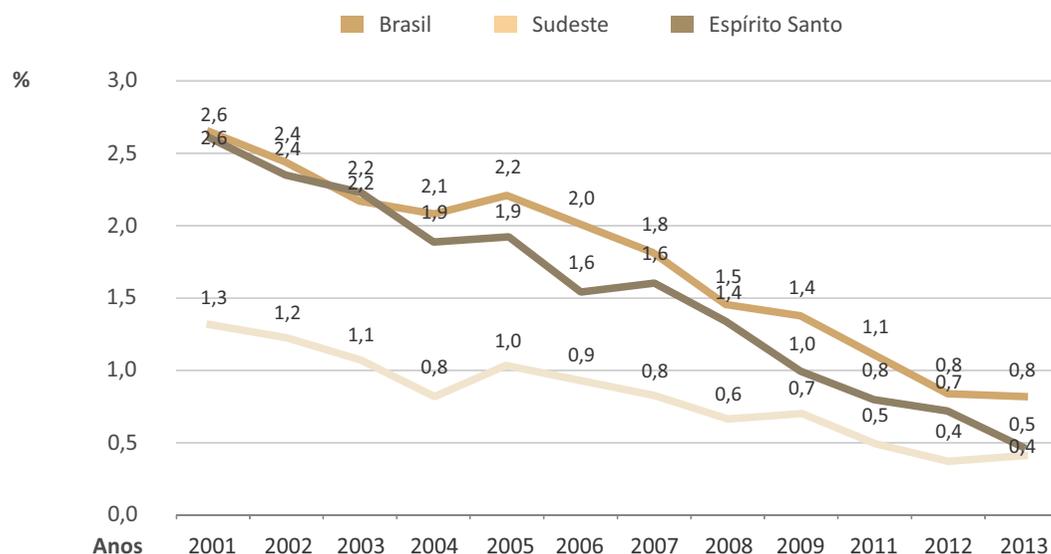


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado

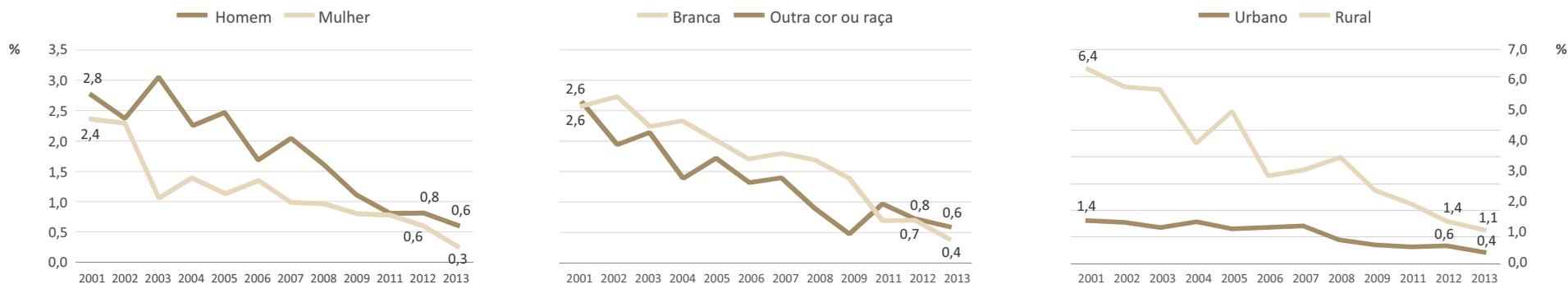
Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

O percentual de ocupação para as pessoas com 10 a 14 anos de idade no Espírito Santo, no Sudeste e no Brasil, segue uma trajetória de queda em todo o período analisado, com a particularidade que em 2001 o Espírito Santo estava mais próximo dos valores do Brasil, mas em 2013, se aproxima dos valores do Sudeste. Desde 2001 a ocupação feminina nesta faixa etária é sempre menor do que a masculina (igual em 2011), chegando a 2013 em seu menor valor (0,3%). O mesmo acontece com a segmentação da análise por situação de domicílio, onde na área urbana os valores são menores que na área rural, chegando em 2013 aos valores de 0,4% e 1,1%, respectivamente. Quanto ao segmento de raça e cor, o percentual de ocupação se mantém menor para a categoria Branca até 2011, quando esta trajetória se inverte e Outra cor ou raça alcança patamares menores.

Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado, por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

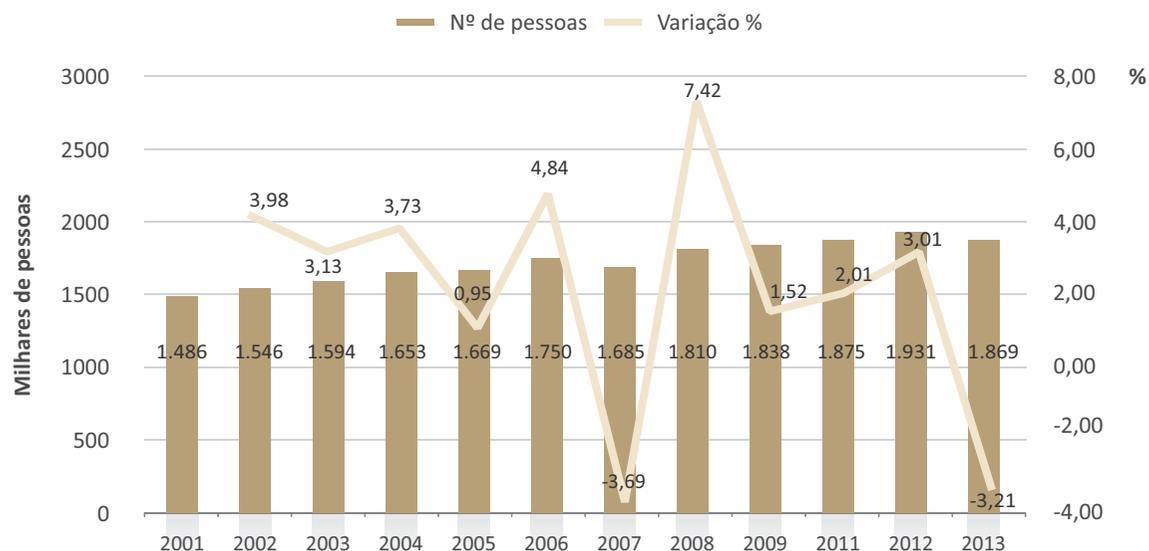


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



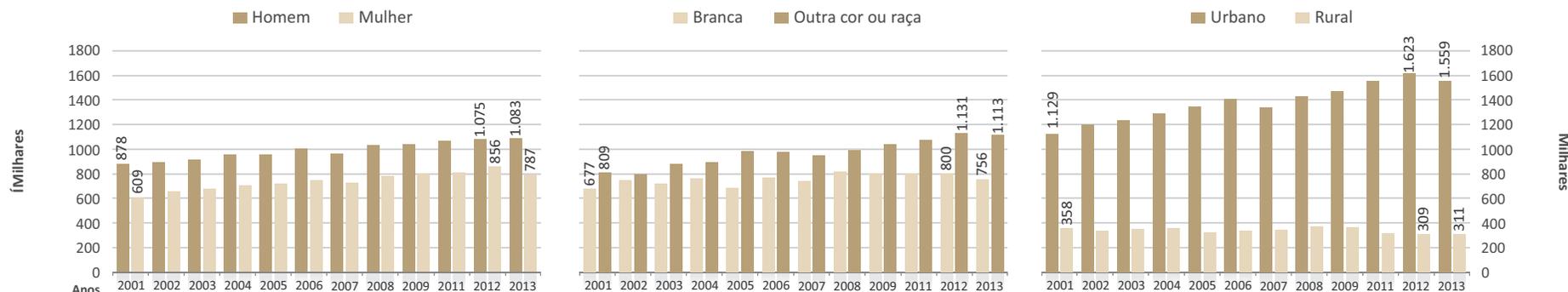
Entre 2001 e 2012, o Espírito Santo apresentou trajetória ascendente no número de pessoas ocupadas, com exceção do ano de 2007 (-3,69%). Em 2013, o total da população ocupada atingiu 1.869 mil pessoas, voltando a cair em relação ao ano de 2012, em um contingente de 61.929 indivíduos. Os homens apresentaram crescimento no número de ocupados de 2013 em relação a 2012, ao contrário, em relação às mulheres, este número caiu (-69.381 mulheres). Por outro lado, nas outras desagregações analisadas registrou-se queda no número de ocupados dos indivíduos autodeclarados brancos (-43 mil), o mesmo acontecendo com os indivíduos de outra cor ou raça (-19 mil); mas enquanto os residentes da área urbana também tiveram declínio (-64 mil), houve aumento nos números de ocupados da área rural (+2 mil).

Número de pessoas ocupadas (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

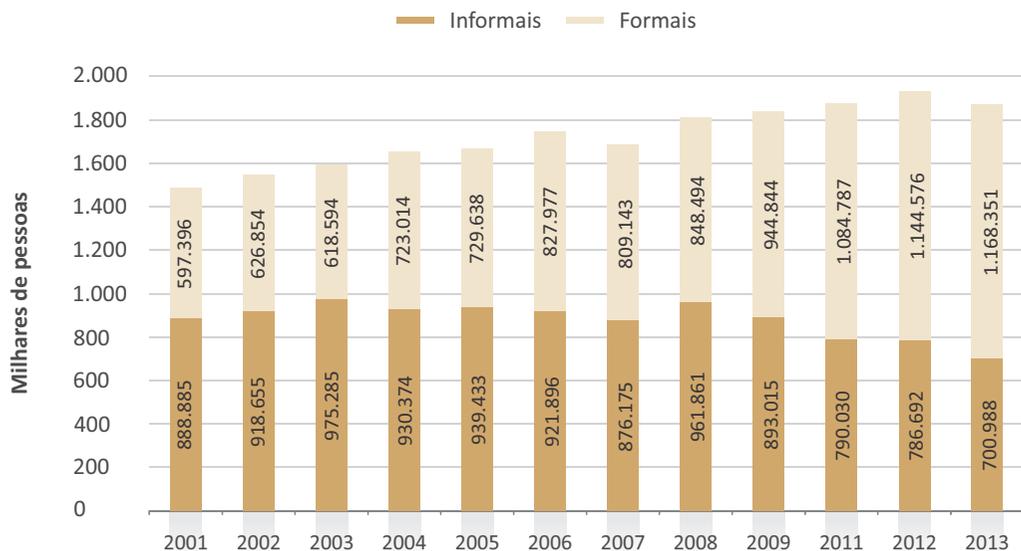
População ocupada por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



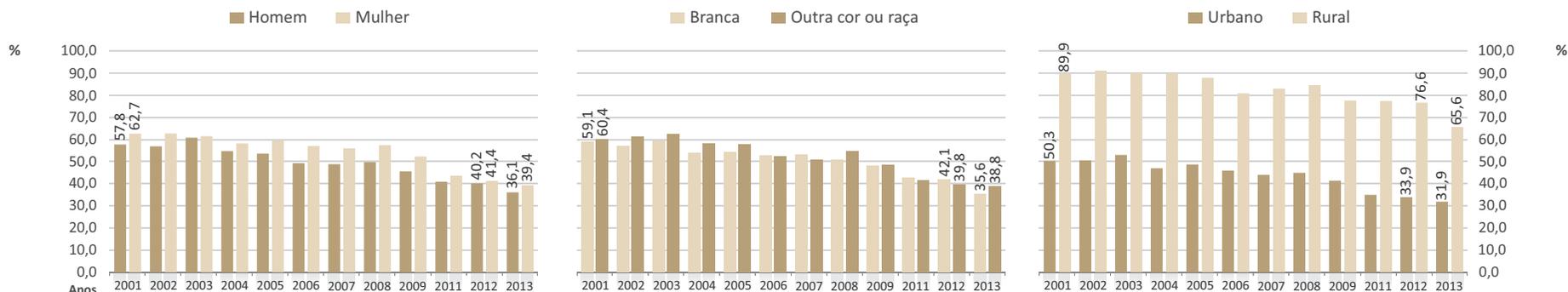
Número de pessoas ocupadas por setor formal e informal (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Em 2013, dos 1.869 mil indivíduos ocupados no mercado de trabalho capixaba, 1.168 mil, ou seja, 62,5% estavam inseridos no setor formal, resultado que representa o maior valor desta variável, em toda a série analisada, enquanto cerca de 701 mil trabalhadores continuam na condição de informalidade. Na análise da situação do domicílio, na área rural a informalidade atinge sua maior representatividade com 65,6%, superando a informalidade da área urbana (31,9%). Em relação ao gênero, observa-se que as mulheres, que em todo o período até 2012, tiveram uma maior informalidade em relação aos homens, em 2013 mantiveram esta tendência, alcançando percentuais de 39,4% e 36,1%, respectivamente. A análise por cor ou raça, mostra um cenário mais equitativo em relação à informalidade.

Grau de informalidade do trabalho, por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

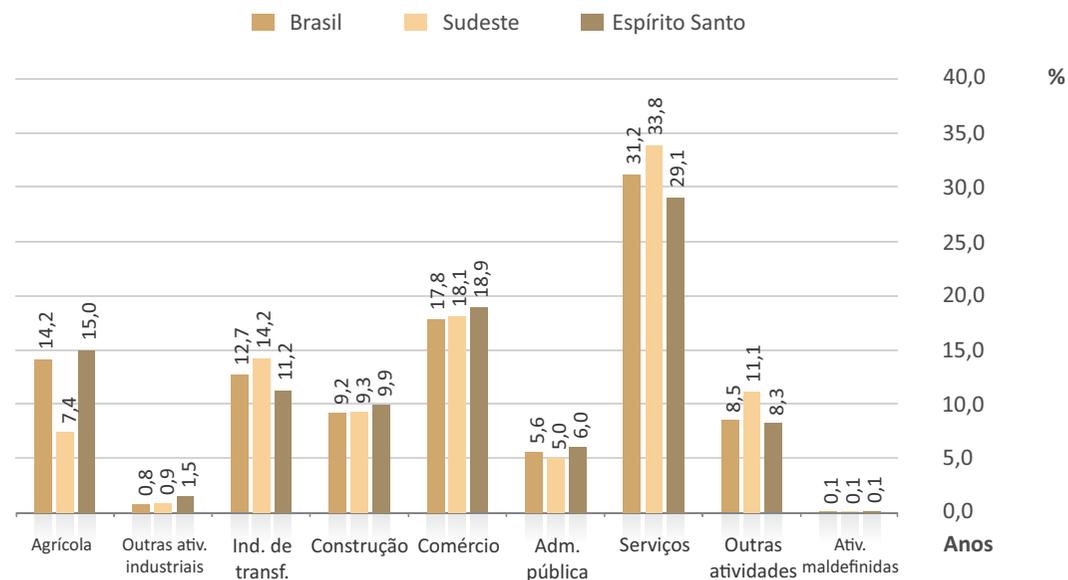


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



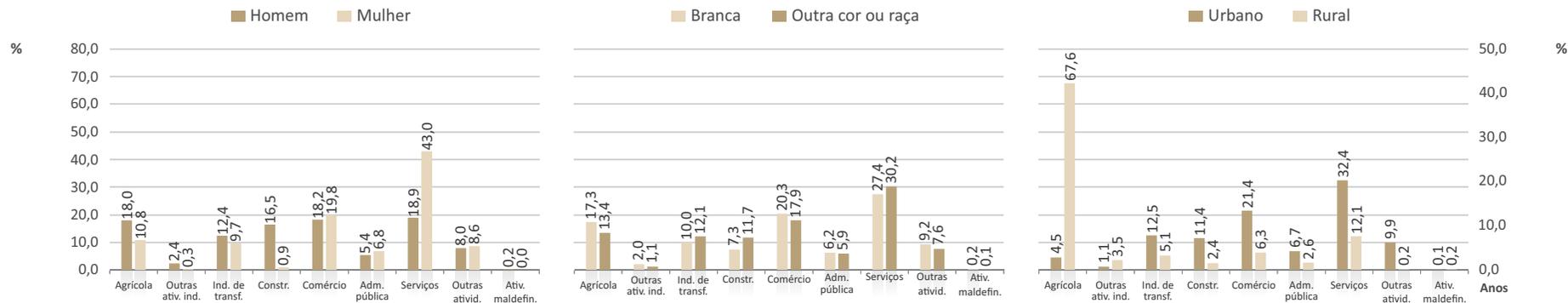
Em 2013, a análise da distribuição segundo atividade econômica mostrou um maior percentual de trabalhadores capixabas alocadas nos setores de Serviços (29,1%), Comércio (18,9%) e Agrícola (15,0%). O Espírito Santo se destaca, pelos percentuais acima do Brasil e do Sudeste, nos setores de Comércio, Agropecuária, Construção e Administração Pública. Na análise por gênero, observou-se uma alta alocação das mulheres no setor de Serviços (43,0%), enquanto os principais setores para os homens foram o de Serviços (18,9%) e o Agrícola (18,0%). Em relação a situação do domicílio, o setor Agrícola destacou-se como importante empregador da mão de obra (67,6%) na área rural, enquanto no setor urbano a ênfase acontece no setor de Serviços (32,4%).

Distribuição da ocupação segundo atividade econômica, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



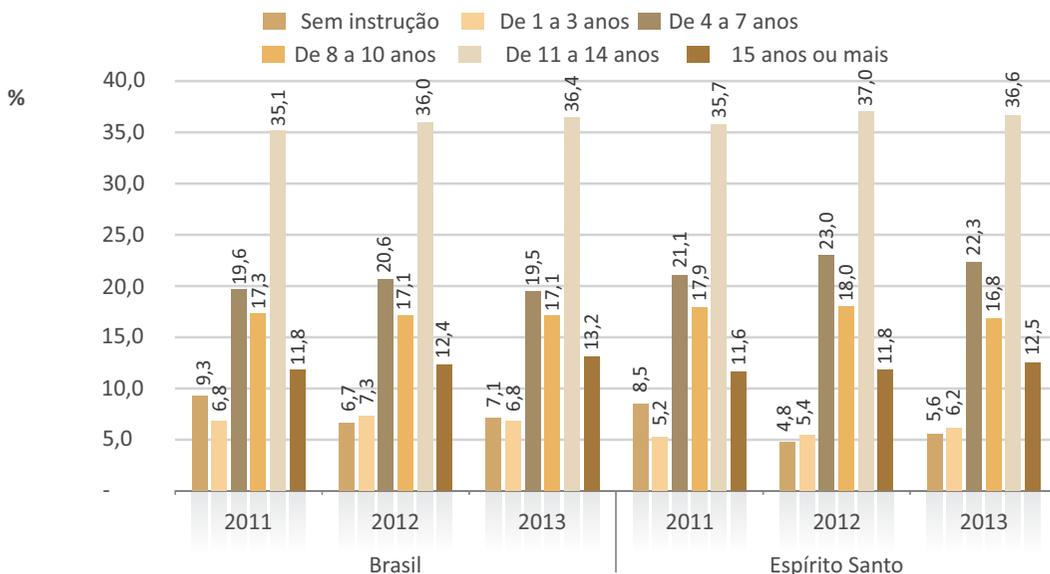
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Distribuição da ocupação segundo ramos de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

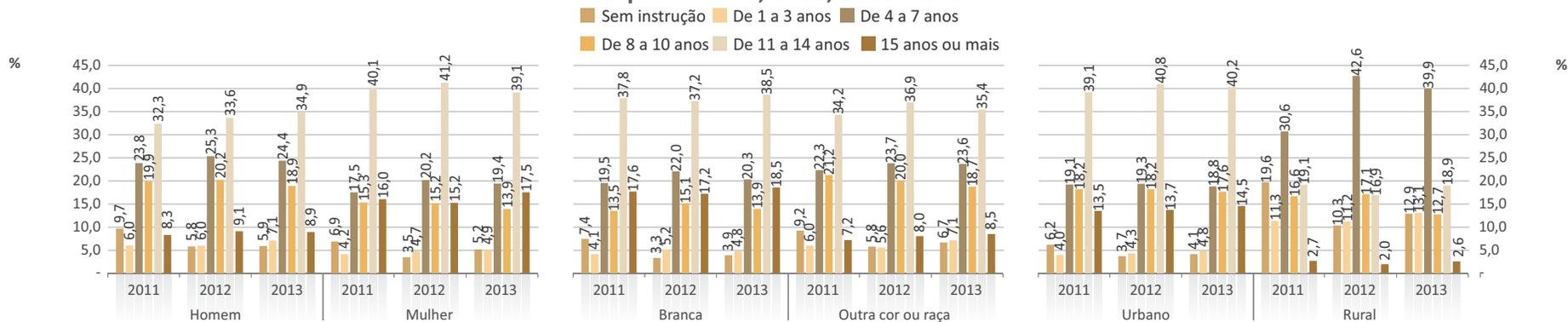
Distribuição da população ocupada (15 anos ou mais) segundo anos de estudo, Brasil e Espírito Santo, 2011, 2012 e 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

O ano de 2013 mostra a continuidade de uma mudança que vem ocorrendo ao longo dos anos no mercado de trabalho, caracterizada por uma diminuição da ocupação dos indivíduos com menor escolaridade, em contrapartida a um aumento para os mais escolarizados. Movimento evidenciado tanto para o Brasil como no Espírito Santo. Em 2013, no Espírito Santo, verificou-se um aumento na ocupação dos indivíduos das categorias de Instrução, de 1 a 3 anos de estudo e de 15 anos ou mais, em relação a 2012. As mulheres apresentaram uma maior taxa de ocupação do que os homens para os níveis de escolaridade das duas últimas categorias (de 11 a 14 anos e 15 anos ou mais de estudos). Na área rural observou-se a maior taxa de participação dos indivíduos com 4 a 7 anos de escolaridade (39,9%), enquanto no segmento das pessoas de outra cor ou etnia, a maior taxa se encontra na faixa De 11 a 14 anos de estudo (35,4%).

Distribuição da população ocupada segundo anos de estudo, por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2011, 2012 e 2013

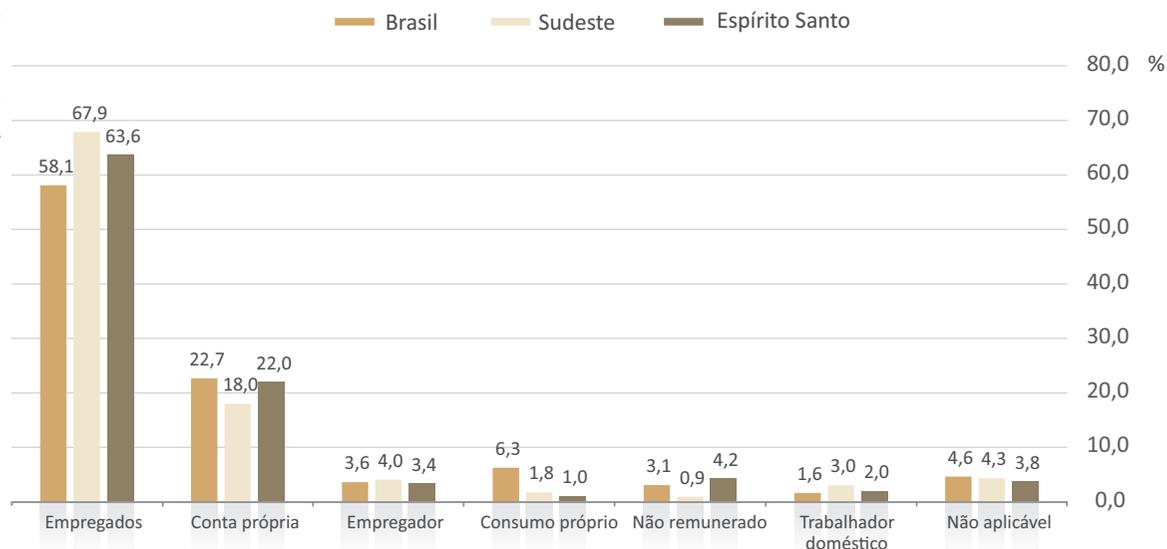


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



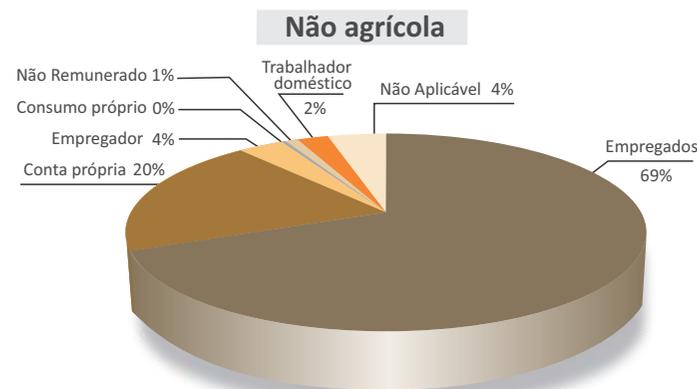
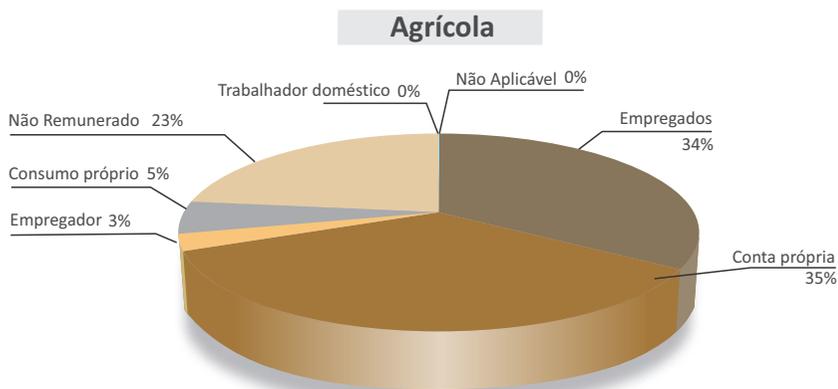
A posição na ocupação em 2013 mostrou distribuição semelhante entre Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No estado verificou-se 63,6% de indivíduos na situação de empregados, sendo de 58,1% no Brasil e de 67,9% na região Sudeste. O Espírito Santo (4,2%) apresentou a maior proporção de não remunerados em relação ao Brasil (3,1%) e a região Sudeste (0,9%). A análise por setor mostrou diferenças significativas para as atividades agrícolas e não agrícolas, com uma melhor distribuição entre as posições na atividade agrícola, enquanto a não agrícola apresenta predomínio da posição empregado, representando 69% das ocupações em 2013.

Distribuição das pessoas ocupadas (15 anos ou mais) segundo posição na ocupação: Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

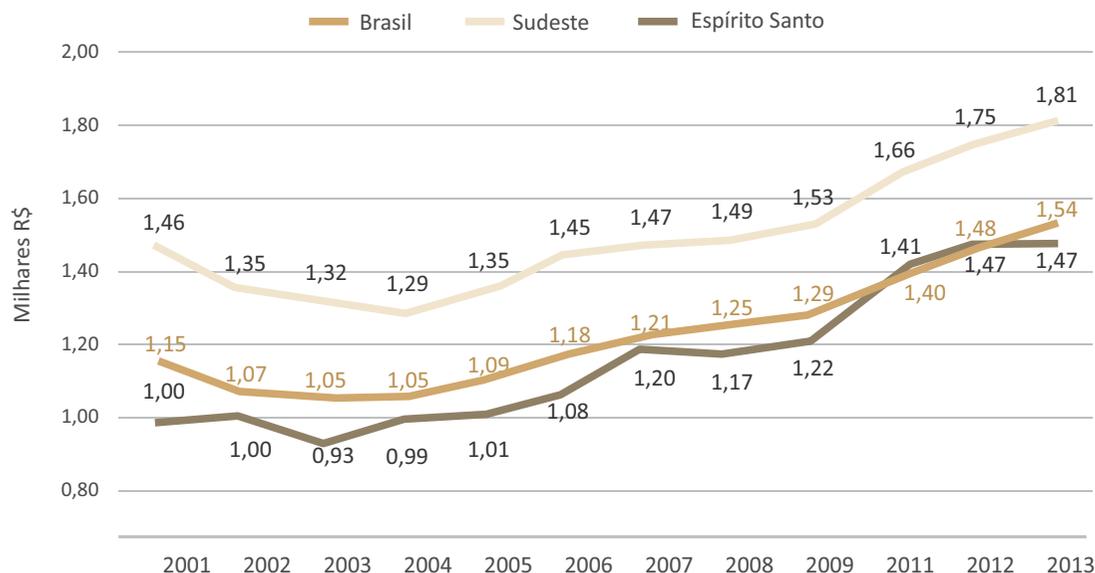
Distribuição das pessoas ocupadas (15 anos ou mais) segundo posição na ocupação e ramo de atividade, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



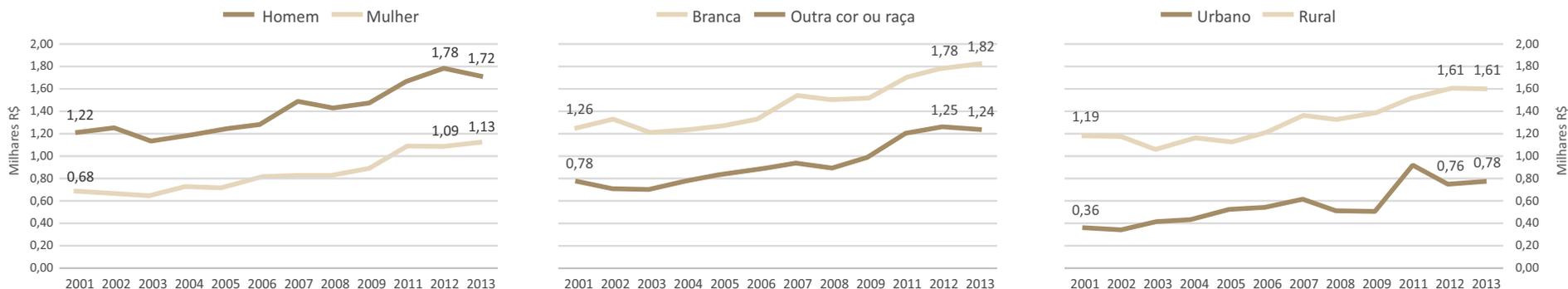
Renda real média de todos os trabalhos (15 anos ou mais), no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A renda média real (RMR) de todos os trabalhos aumentou a partir de 2003, tanto para o Espírito Santo quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores da renda de todos os trabalhos mostraram maior proximidade entre o Espírito Santo e Brasil, sendo sempre inferiores aos valores da região Sudeste, com o Espírito Santo ultrapassando o Brasil em 2011, mas voltando a ficar menor em 2013. Em 2013 o estado apresentou maiores rendas para os homens (53,0% maior que a renda das mulheres), para aqueles autodeclarados como brancos (46,6% maior que aos autodeclarados como outra cor ou raça) e residentes na área urbana (106,5% maior que a área rural).

Renda média de todos os trabalhos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013

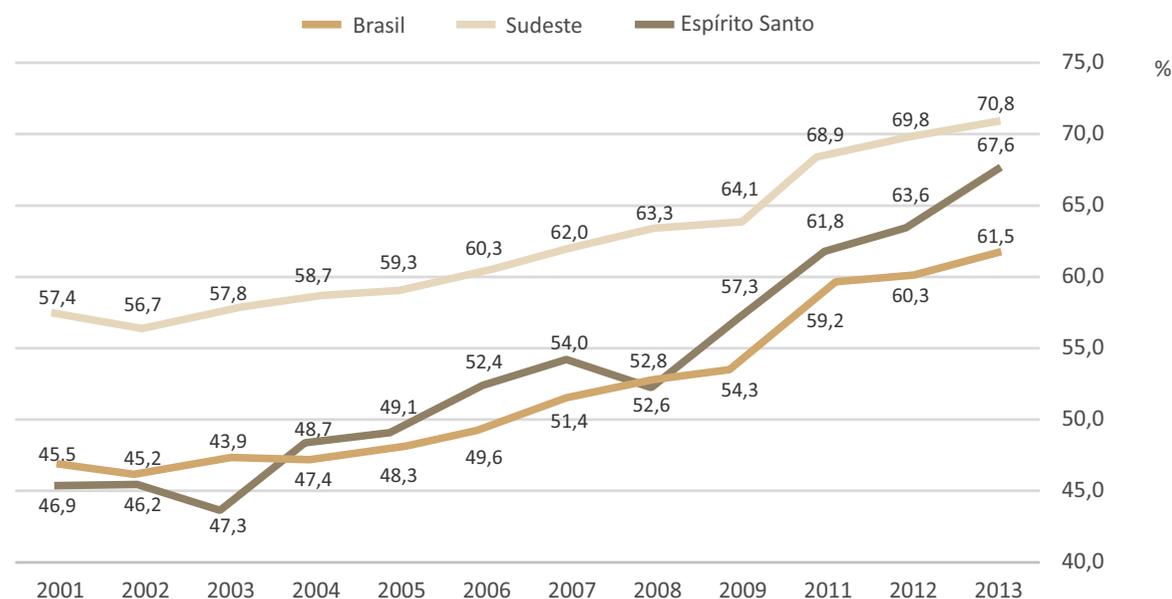


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



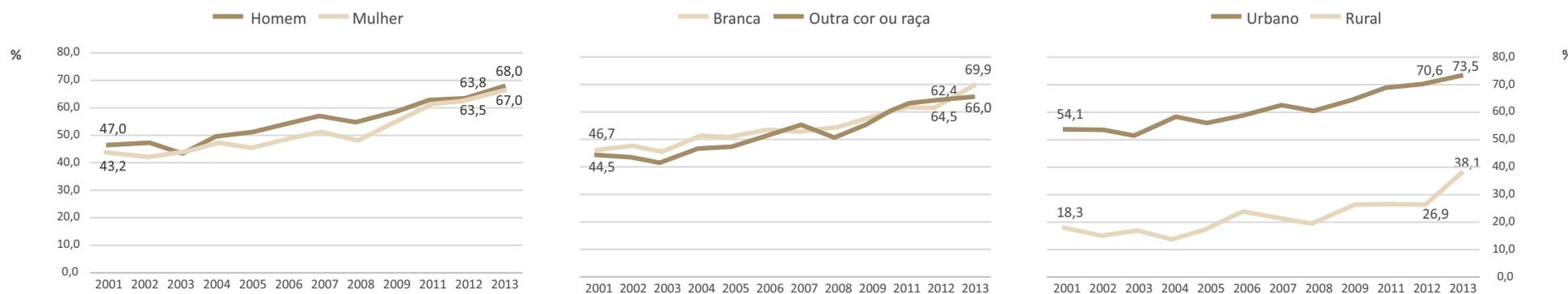
A contribuição previdenciária para os ocupados no Espírito Santo passou de 46,9% em 2001 para 67,6% em 2013, porcentagem superior ao do Brasil (61,5%), mas inferior à do Sudeste (70,8%). Em 2013, a análise por gênero mostrou a continuidade da aproximação do percentual de contribuição entre homens (68,0%) e mulheres (67,0%). No que tange a cor ou raça, os indivíduos de outra cor ou raça (66,0%) ficaram abaixo da contribuição dos brancos (69,9%). Verificaram-se maiores contribuições para os residentes na área urbana (73,5%), se comparados aos residentes na área rural (38,1%), com a diferença desfavorável a área rural chegando próxima de 1/3 na maior parte do período.

Pessoas com cobertura previdenciária (15 anos ou mais), no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

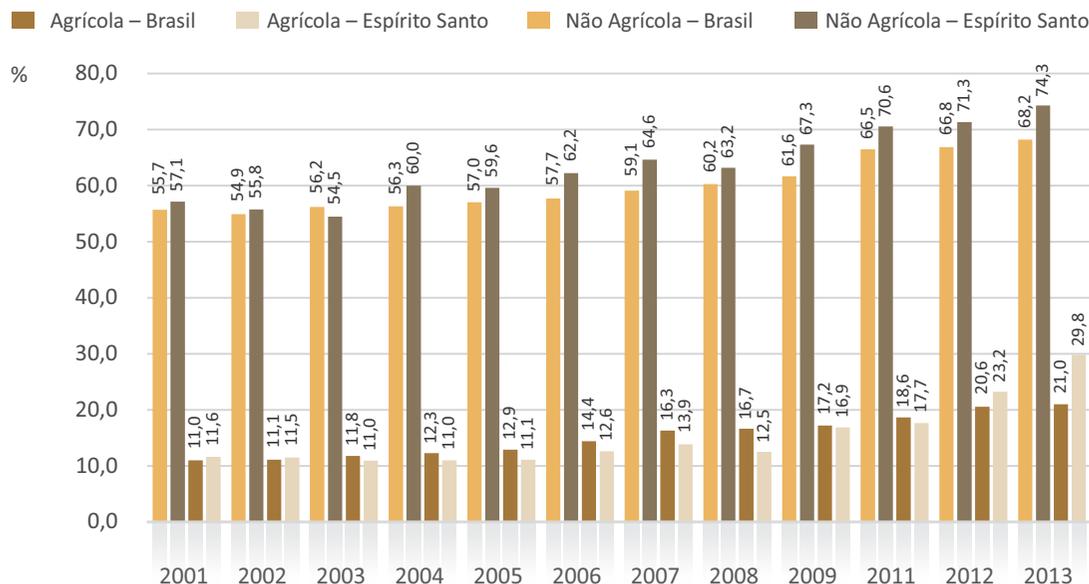
Pessoas com cobertura previdenciária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



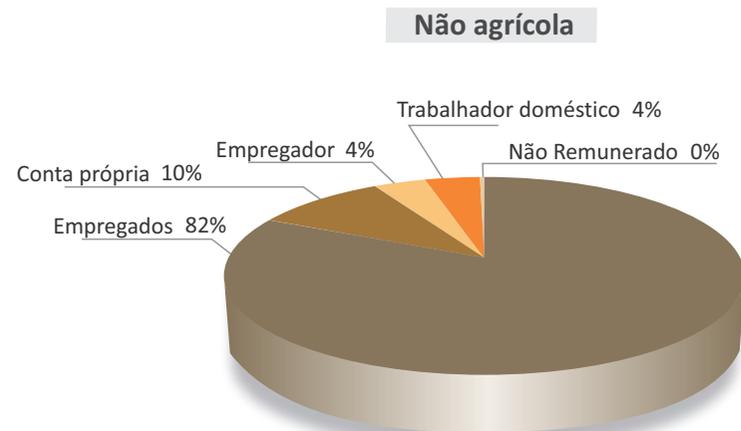
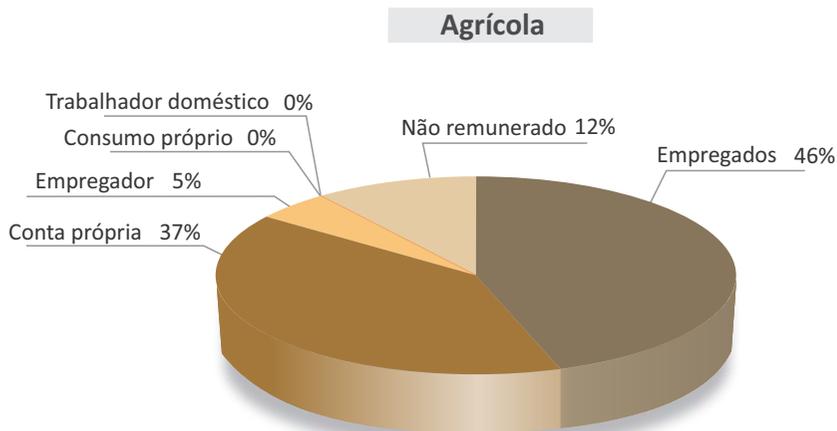
Pessoas com cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais), no Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A cobertura previdenciária apresentou maior incidência para as atividades não agrícolas do que para as atividades agrícolas, tanto para o Espírito Santo como para o Brasil, em todo o período analisado. O Espírito Santo apresentou crescimento da cobertura previdenciária tanto para a atividade agrícola (passando de 11,6% em 2001 para 29,8% em 2013), quanto para a atividade não agrícola (passando de 57,1% em 2001 para 74,3% em 2013). Em 2013, entre as atividades agrícolas, a maior contribuição ocorreu na categoria de Empregados (46%), seguidas pelas categorias Conta Própria (37%) e Não Remunerado (12%). Em relação às atividades não agrícolas, também na categoria dos Empregados ocorre a maior contribuição (82%), seguida com menor contribuição a categoria Conta Própria (10%).

Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola por ocupação no Espírito Santo, 2013

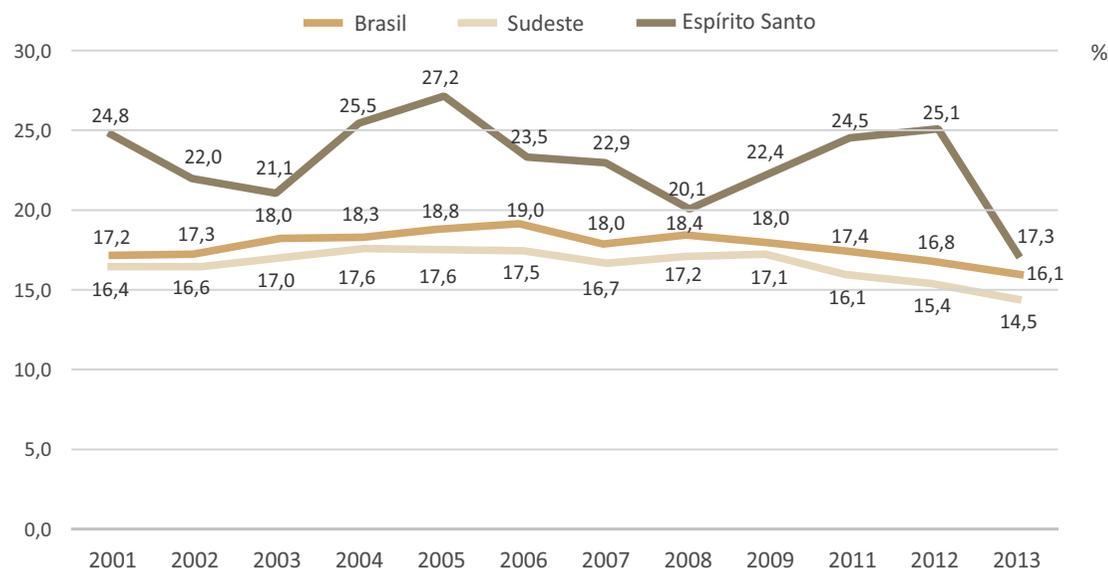


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



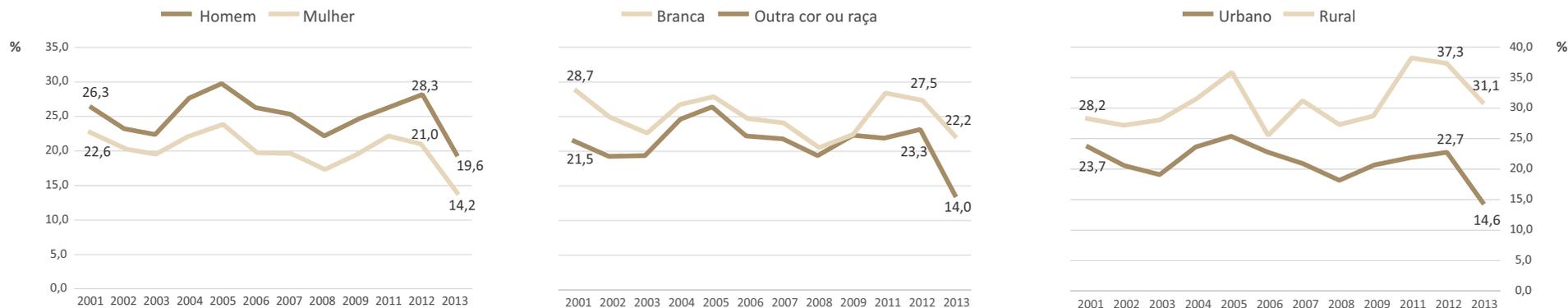
A porcentagem de pessoas sindicalizadas no Espírito Santo, ao longo de todo o período analisado, se mostrou superior aos valores registrados pela região Sudeste e Brasil, tendo estes últimos, no entanto, apresentando uma menor variação em suas taxas. O total de sindicalizados no Espírito Santo alcançou 17,3% em 2013, percentual menor que aquele de 2012 (25,1%). Ademais, em 2013, a sindicalização foi maior entre os homens (19,6%) do que entre as mulheres (14,2%), superior para os autodeclarados brancos (22,2%) em relação aos de outra cor ou raça (14,0%) e o meio rural apresentou taxa de sindicalização de 31,1%, enquanto no meio urbano esta taxa foi de 14,6%.

Grau de Sindicalização (15 anos ou mais), no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



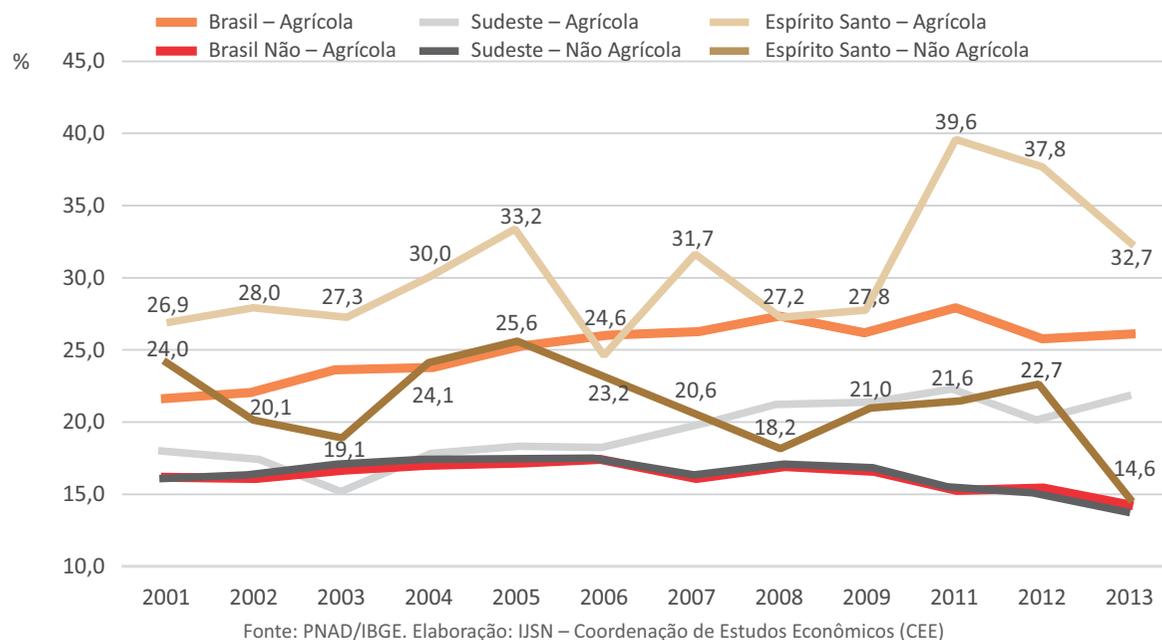
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Grau de sindicalização por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2013



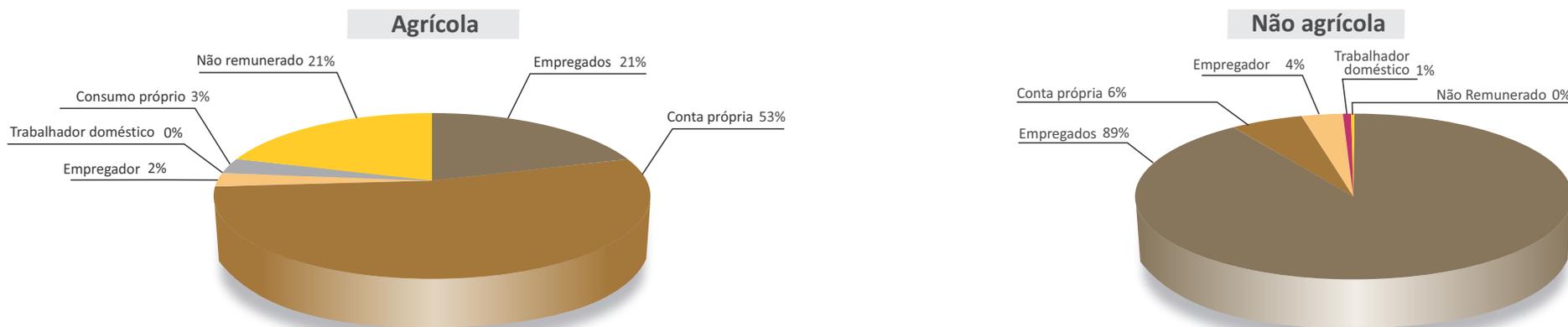
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



A análise de sindicalização por atividade agrícola e não agrícola aponta uma menor sindicalização, de 2013 em relação a 2012, nas atividades agrícolas no Espírito Santo. O maior percentual de pessoas sindicalizadas na atividade agrícola ocorreu em 2011, registrando 39,6% no Espírito Santo e 27,9% no Brasil, caindo em 2013 em ambos os casos para 32,7% e 26,0%, respectivamente. Também se observou a diminuição na sindicalização das atividades não agrícolas capixabas, passando de 22,7% em 2012 para 14,6% em 2013; o mesmo ocorrendo no Brasil, passando de 15,2% em 2012 para 14,5% em 2013. Em 2013, a categoria dos Empregados correspondeu a 89% do total dos sindicalizados, no setor não agrícola, enquanto no setor agrícola a maior participação está na categoria Conta própria.

Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola por ocupação, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)



ARRANJOS FAMILIARES

Entende-se por arranjo familiar os membros da família, residentes no mesmo domicílio, consanguíneos ou não. Segundo Amazonas e Braga (2006)¹, há uma grande diversidade de tipos de arranjos familiares, apesar do predomínio da família nuclear, embora este raramente perdure. As transições ocorridas nos âmbitos cultural, econômico, político e social têm afetado essa instituição de uma forma, talvez, jamais vista na História. Entre elas, elencamos: as mudanças demográficas, em especial a maior longevidade humana; a participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o divórcio e as organizações familiares distintas da família nuclear tradicional; o controle sobre a procriação a partir dos anticonceptivos; as transformações ocorridas nos papéis parentais e de gênero.

A análise dos arranjos familiares com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que a organização destes tem se modificado nos últimos anos. O modelo tradicional de família composto por casal com filhos, sob chefia masculina, perdeu espaço para arranjos com uma maior diversificação na sua composição. Neste sentido, cabe destacar que entre 2001 e 2013 a representatividade dos chefes sozinhos e dos casais sem filho no conjunto dos arranjos familiares do Espírito Santo aumentou 5,6 e 7,9 p.p., respectivamente, e o de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos sofreu uma redução de 7,1 e 7,8 p.p., respectivamente. De uma maneira geral, o arranjo familiar no Espírito Santo em 2013 acompanha o que ocorre na região Sudeste e no Brasil, sendo ligeiramente maior no Espírito Santo o percentual de casais sem filho e de pessoas sozinhas.

A mudança recente no papel da mulher na sociedade evidencia o novo modelo familiar, que também é reflexo de aspectos econômicos e sociais. O substancial aumento no número de mulheres chefes de família ocorrido na última década, se confirma nos números de 2013, mantendo o mesmo patamar observado em 2012. Ao observarmos as características das mulheres chefes de família, notamos que o número de mulheres sozinhas (em relação ao total de sozinhos) é inferior no Espírito Santo em comparação com a região Sudeste e com o Brasil, enquanto que o número de mulheres solteiras com 1 ou mais filhos (em relação ao total de solteiros com 1 ou mais filhos) é ligeiramente superior no Espírito Santo.

Ao analisarmos os arranjos familiares com base nos níveis de instrução, observa-se que casais sem filhos ou com 1 filho configuram o arranjo familiar mais comum em qualquer classificação de nível de instrução, à exceção do nível “sem instrução a 3 anos de estudo”, onde o chefe sozinho é o segundo arranjo mais frequente depois do casal sem filho. Verifica-se um aumento no percentual de arranjos familiares formados por casais com um filho à medida que se aumenta o número de anos de instrução, sofrendo uma redução ao chegar na classe de maior tempo de instrução (15 anos ou mais de estudo), onde os arranjos formados por casais sem filho se torna predominante.

Na configuração dos arranjos familiares segundo ocupações, merece destaque a classe ocupacional doméstico, que se mostra bastante diferente das demais, apresentando os arranjos familiares formados por solteiros com 1 filho e solteiros com 2 ou mais filhos como os mais

¹ Amazonas, M. C. L. A., & Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, 9, 177-191.

frequentes. Em todas as outras classes ocupacionais os arranjos formados por casais prevalecem.

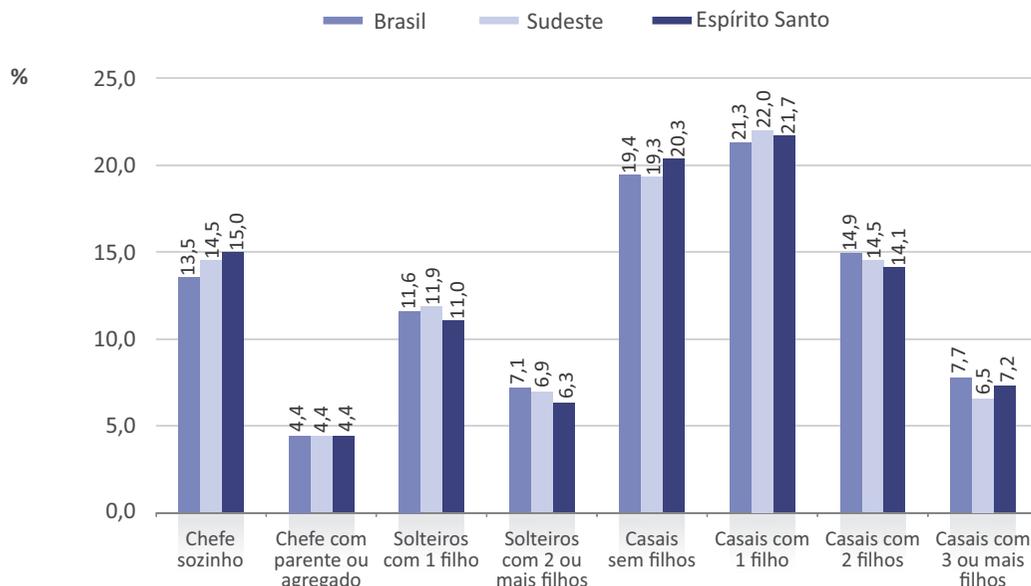
A tipificação dos arranjos familiares se diferencia ao se analisar as classes econômicas. As famílias com maior renda, caracterizadas como classe econômica AB², são compostas principalmente por chefes sozinhos, casais sem filho e casais com até um filho, nesta ordem. À medida que analisamos as famílias com menor renda, passamos a observar um aumento na porcentagem de arranjos familiares com mais de um filho. A classe com a menor renda, definida como “E”, possui a maioria das famílias constituindo-se de casais com três ou mais filhos.

A tendência verificada nos arranjos familiares do Espírito Santo aponta para uma maior diversidade de composições em relação ao modelo tradicional de família formado por casal com filhos sob chefia masculina, a partir do aumento da participação feminina no mercado de trabalho e da continuidade da tendência de queda na fecundidade, dentre outros aspectos. A perspectiva é que estas mudanças continuem em curso, aumentando mais os arranjos compostos por pessoas solteiras sem filhos e de casais sem filhos e com até um filho, bem como os arranjos com mulheres chefes de família.

² O conceito de Classe econômica AB e demais, estão definidas na seção de Distribuição de renda e Classes econômicas.



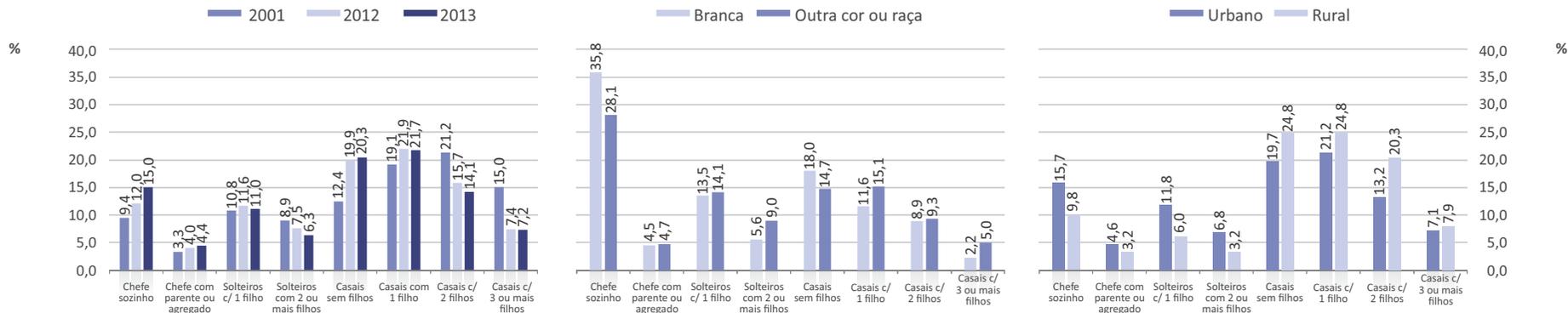
Arranjo familiar, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Na amostra pesquisada envolvendo todos os arranjos familiares do Espírito Santo (2013), a maior proporção foi representada por casais com 1 filho (21,7%), inclusive para região Sudeste (22,0%) e Brasil (21,3%), seguidos pelos casais sem filhos (20,3%) e pelos chefes sozinhos (15,0%). No ano anterior, essa posição era ocupada pelos casais com 2 filhos. No período de 2001 a 2013 verificou-se uma queda na proporção de solteiros com 2 ou mais filhos (-2,6 p.p.), casais com 2 filhos (-7,1 p.p.) e casais com 3 ou mais filhos (-7,8 p.p.). Por outro lado, houve aumento na participação dos arranjos familiares dos chefes sozinhos (+5,6 p.p.), chefes com parentes ou agregados (+1,1 p.p.) e casais sem filho (+7,9 p.p.). Outra cor ou raça apresentaram configuração familiar com maior número de filhos que os brancos. A maior proporção dos arranjos formados por solteiros encontrava-se na área urbana enquanto que, para os casais, a maior proporção situava-se na zona rural.

Arranjo familiar por anos selecionados (2001, 2012 e 2013), por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013

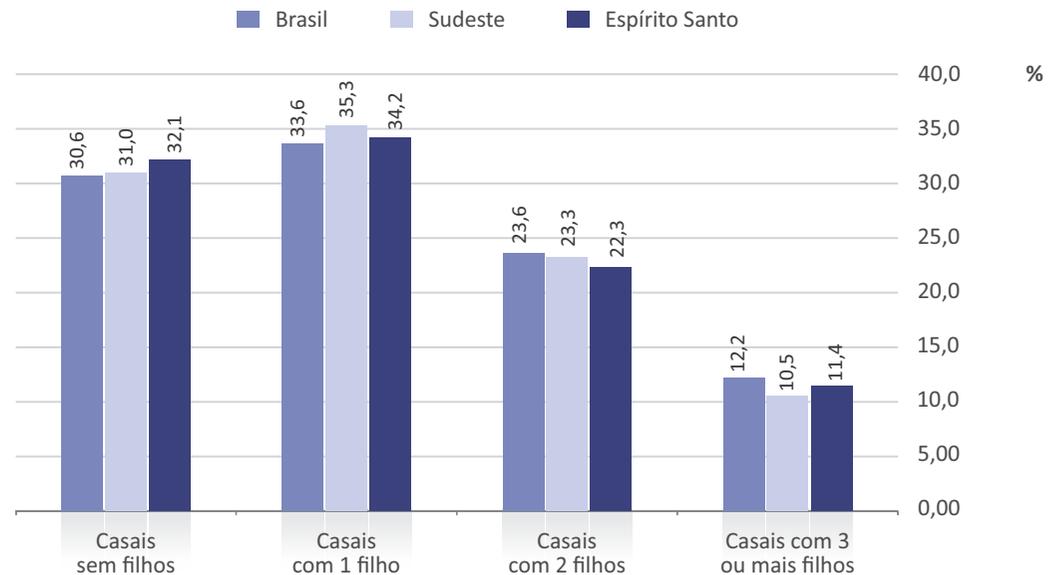


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



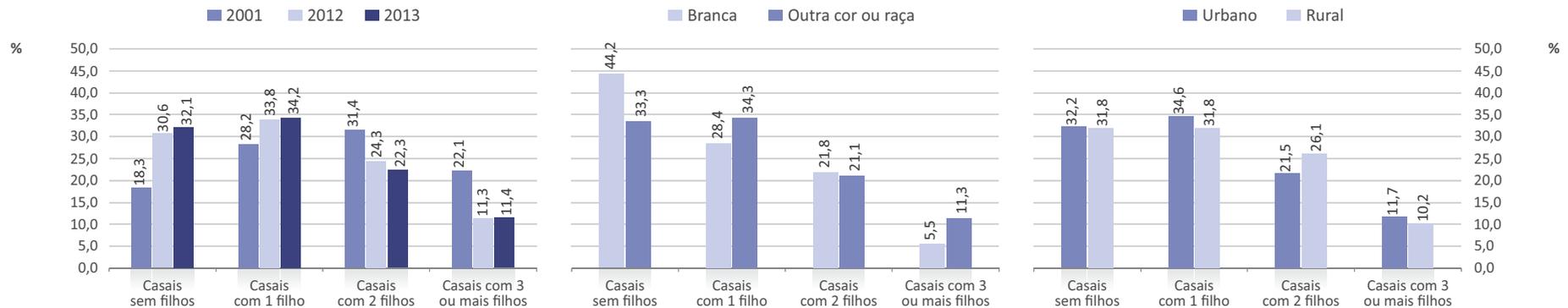
No subconjunto que envolve apenas os arranjos representados por casais, a maioria no Espírito Santo (2013) possuía um filho (34,2%), seguido por casais sem filhos (32,1%), refletindo o comportamento verificado no Sudeste e no Brasil. Entre 2001 e 2013 a proporção de casais sem filhos aumentou de 18,3% para 32,1%, enquanto a de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos apresentaram queda de -9,1 p.p. e -10,7 p.p., respectivamente. Em 2013, o maior número de casais sem filhos encontrava-se entre os chefes de família de cor branca (44,2%). Em relação a situação do domicílio observa-se maior proporção de casais sem filho, com apenas 1 filho e com 3 ou mais filhos na zona urbana (32,2%, 34,6% e 11,7%, respectivamente). Apenas os arranjos formados por casais com 2 filhos têm maior representatividade na zona rural (26,1%).

Arranjo familiar típico, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

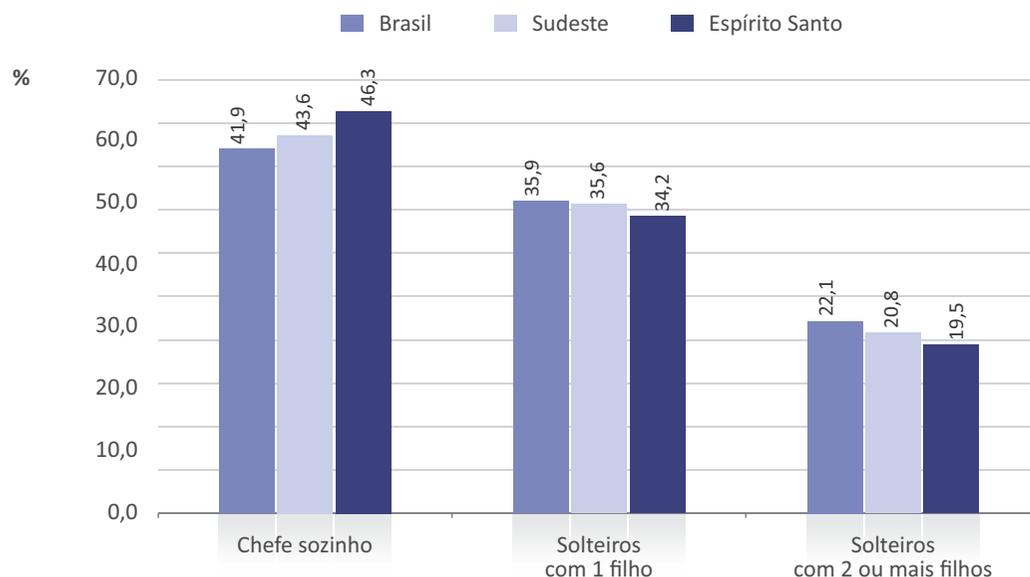
Arranjo familiar típico por anos selecionados (2001, 2012 e 2013), por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



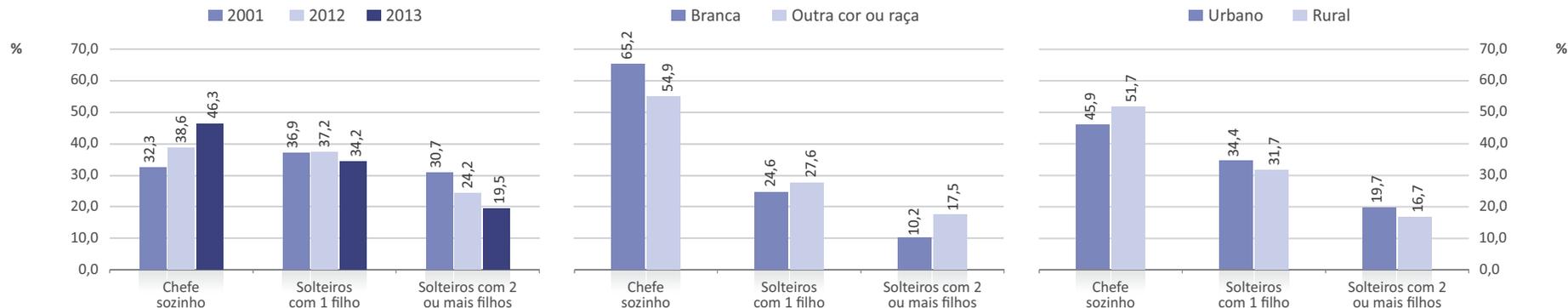
Arranjo familiar mononuclear, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

No subconjunto formado por chefes de famílias sem cônjuge, denominado famílias mononucleares, as pessoas que residiam sozinhas no Espírito Santo em 2013 representavam 46,3% do total, os solteiros com um filho eram 34,2% e os solteiros com dois ou mais filhos, 19,5%. De 2001 a 2013 verificou-se uma queda de 11,2 p.p. no número de solteiros com 2 ou mais filhos, enquanto que o número de sozinhos aumentou em 14,0 p.p. no mesmo período. As pessoas sozinhas têm maior representatividade entre a população branca (65,2%) e entre os residentes na área rural (51,7%). Os solteiros com filho estão mais representados na zona urbana.

Arranjo familiar mononuclear por anos selecionados (2001, 2012 e 2013), por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013

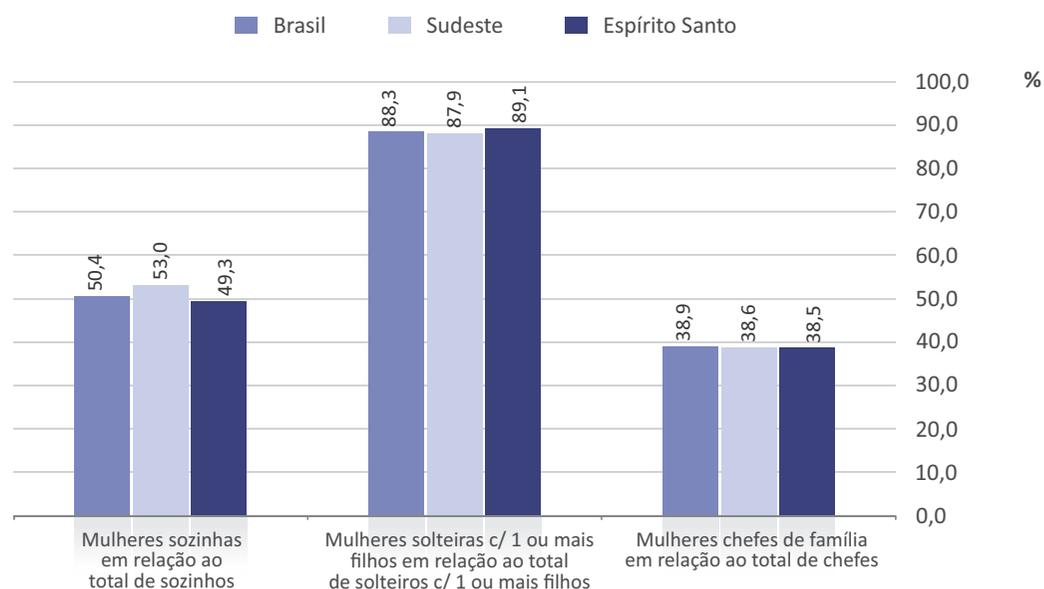


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



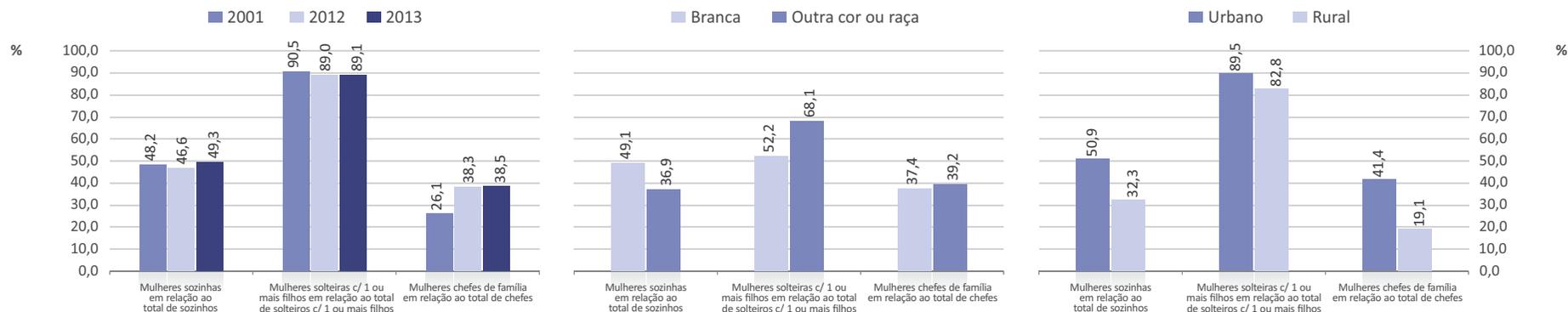
Do total de pessoas chefes de família no Espírito Santo (2013), aproximadamente 38,5% eram mulheres, valor muito próximo ao encontrado para Sudeste e Brasil. Em relação ao total amostral de pessoas que residem sozinhas, 49,3% eram mulheres, e, entre todos os solteiros com um ou mais filhos, o filho fica com a mãe em 89,1% dos casos. Entre 2001 e 2013, a ocorrência de mulheres chefes de família no Espírito Santo cresceu 12,4 p.p. Cabe destacar que nos anos 2001, 2012 e 2013 a proporção de mulheres sozinhas em relação ao total de sozinhas e de mulheres solteiras com 1 ou mais filhos em relação ao total de solteiros com 1 ou mais filhos tem se mantido estável. Em 2013, a proporção de mulheres chefes de família foi menor entre as mulheres brancas (37,4%) e entre as mulheres que residem na área rural (19,1%). As solteiras com filhos possuem maior representatividade na zona urbana (89,5%) e entre as mulheres de outra cor ou raça (68,1%).

Características das mulheres chefes de família, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

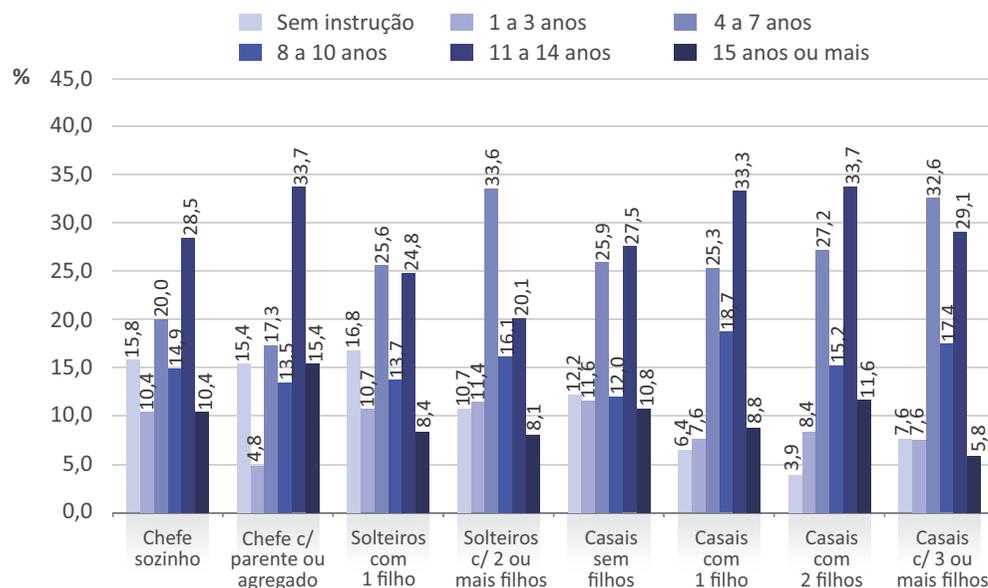
Características das mulheres chefes de família por anos selecionados (2001, 2012 e 2013), por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

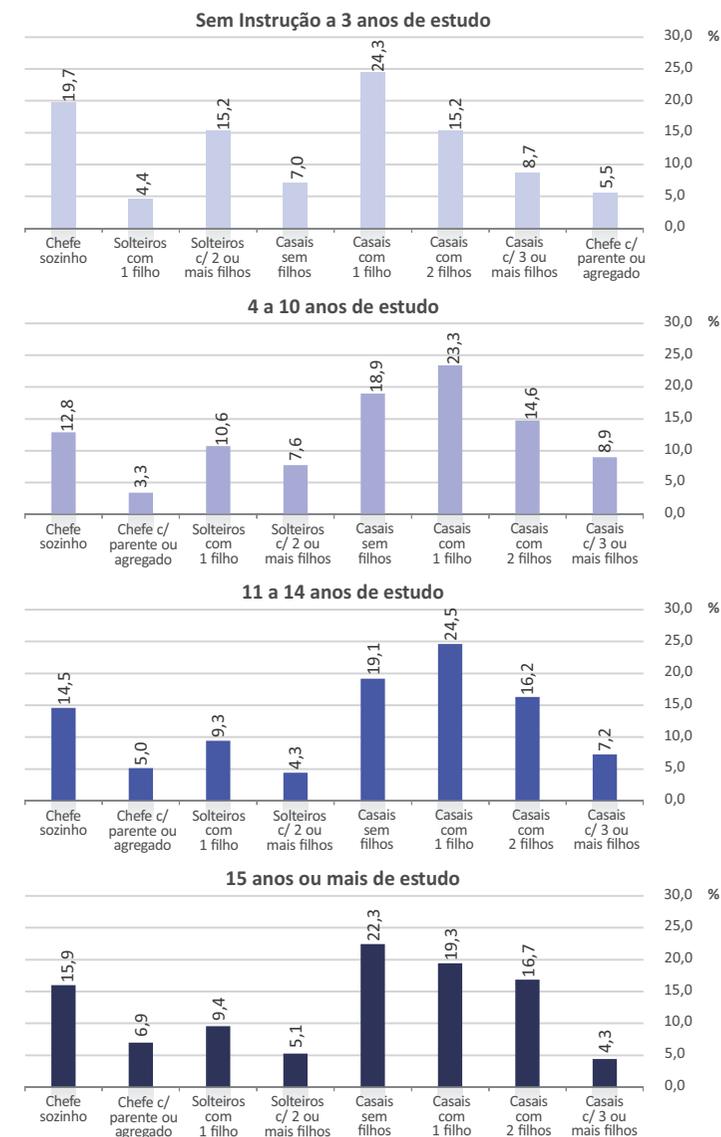


Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Configuração dos arranjos familiares segundo níveis de instrução, Espírito Santo, 2013

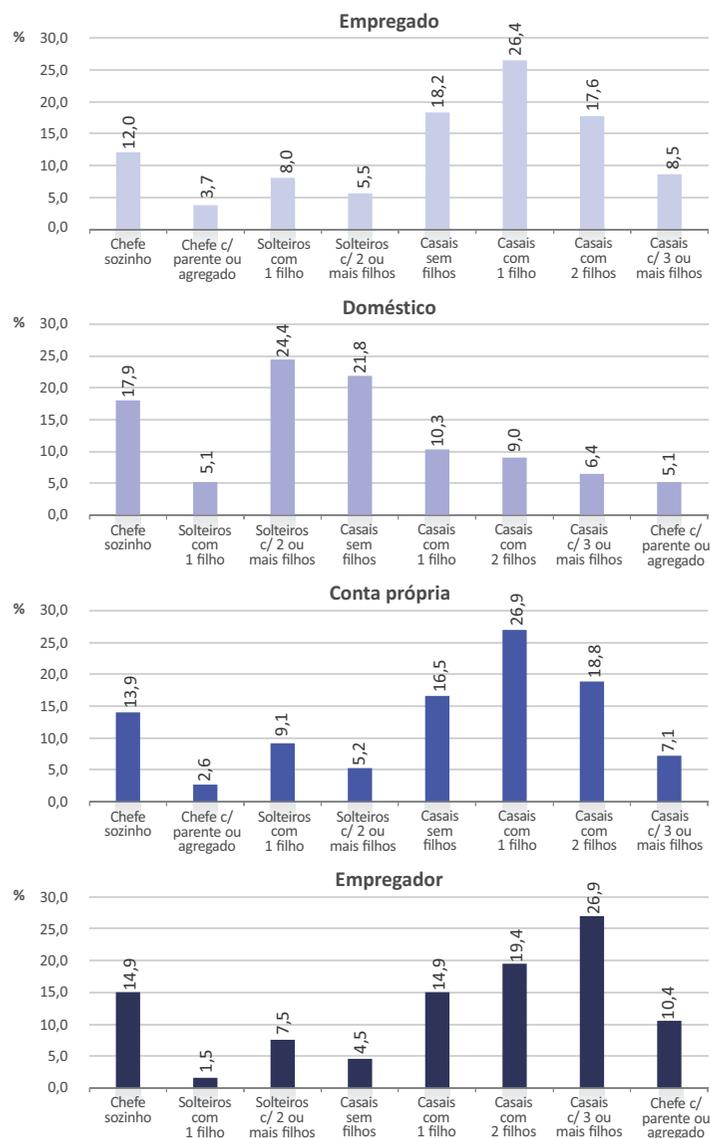


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Em 2013, os arranjos com maior proporção de pessoas com ensino superior (15 anos ou mais) foram formados pelos chefes com parente ou agregado (14,5%). O nível de instrução 8 a 10 anos de estudo (ensino médio incompleto) foi o mais representativo entre os casais com um filho (18,7%). Já o nível 4 a 7 anos de estudo (fundamental incompleto) foi mais representativo entre os solteiros com 2 ou mais filhos (33,6%) e entre os casais com 3 ou mais filhos (32,6%). O grupo com a maior proporção de pessoas sem instrução foi solteiro com 1 filho (16,8%), seguido pelo chefe sozinho (15,8%) e chefe com parente ou agregado (15,4%), e o com menor proporção foi o dos casais com 2 filhos (3,9%). Analisando a configuração dos arranjos agora segundo os níveis de instrução, temos: entre os arranjos com maior escolaridade (15 anos ou mais de estudo), os mais representativos foram casais sem filho (22,3%), seguido dos casais com 1 filho (19,3%) e com 2 filhos (16,7%). Em relação aos menos instruídos (até 3 anos de estudo), os mais representativos foram casais sem filho (24,3%) e chefes sozinhos (19,7%).

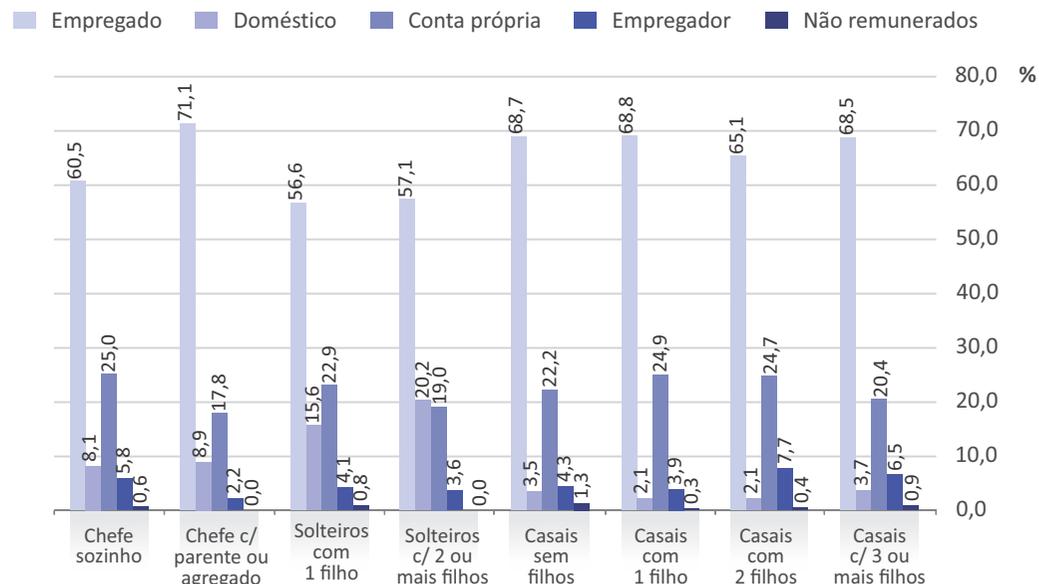


Configuração dos arranjos familiares segundo ocupações, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Configuração das ocupações segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2013

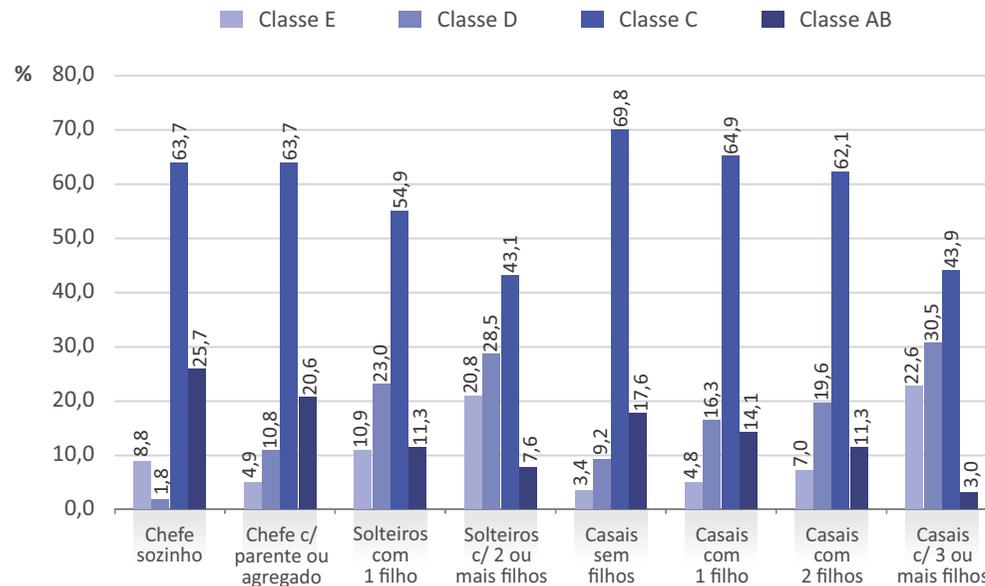


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Em todos os arranjos familiares do Espírito Santo (2013) a ocupação mais frequente entre os chefes de família foi a de empregado (acima de 56%). Os arranjos formados por solteiros com filho se destacam dos demais pela porcentagem mais alta de domésticos. A proporção de empregadores foi maior entre os casais com 2 filhos (7,7%) e casais com 3 ou mais filhos (6,5%). Ao analisar a configuração dos arranjos agora segundo as ocupações, observa-se que entre os trabalhadores domésticos o arranjo de maior representatividade foi o de solteiros com 1 filho (24,4%), e entre os empregadores o de casais com dois filhos (26,9%). Nas outras ocupações, empregado e conta própria, predominou o arranjo familiar casal com 1 filho, 26,4% e 26,9%, respectivamente.



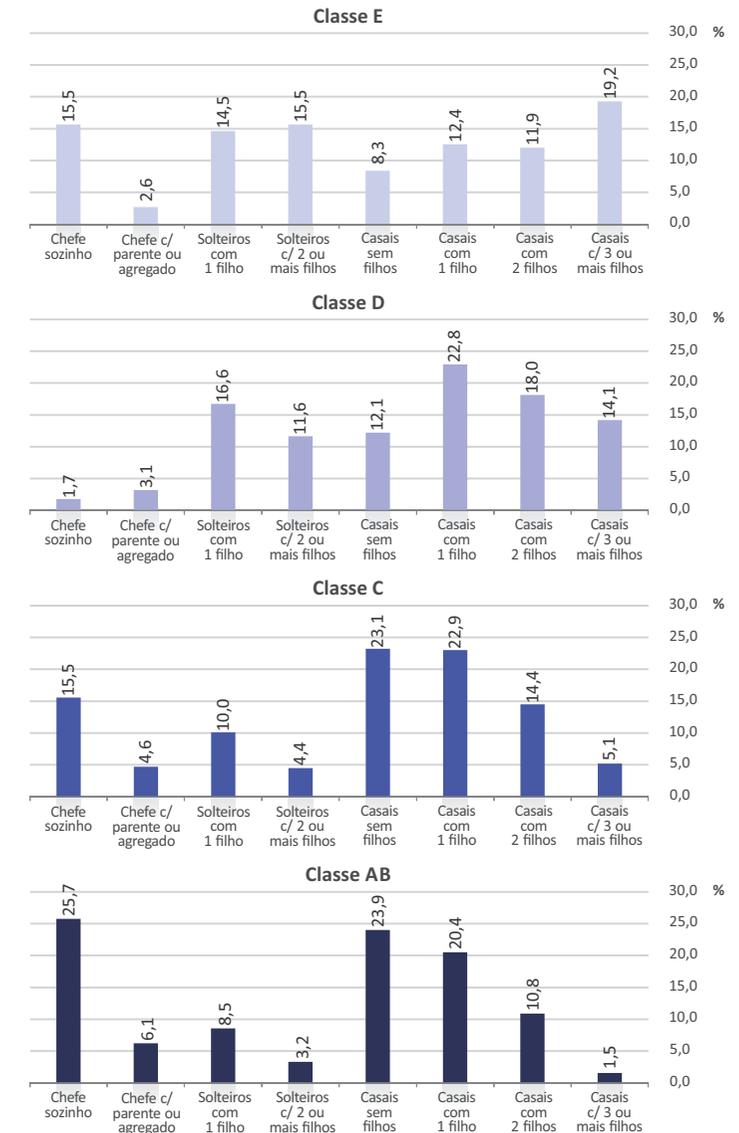
Configuração das classes econômicas segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

A classe econômica C se destaca como a mais representativa de cada um dos arranjos familiares aqui analisados (2013), sendo que a maior proporção da classe verifica-se entre casais sem filhos (69,8%). A maior proporção da classe AB está entre os chefes sozinhos (25,7%) e os chefes com parente ou agregado (20,6%). Já o maior percentual da classe E está nos arranjos formados pelos casais com 3 ou mais filhos (22,6%) e pelos solteiros com 2 ou mais filhos (20,8%). Na configuração dos arranjos familiares capixabas segundo as classes econômicas (2013), observa-se que para a classe E os arranjos mais representativos foram os casais com 3 ou mais filhos (19,2%), seguidos dos solteiros com 2 ou mais filhos e dos chefes sozinhos, ambos com 15,5%. Para a classe D, a maior representatividade foi para os arranjos de casais com 1 filho (22,8%) e casais com 2 filhos (18,0%). Para a classe C, o arranjo de maior representatividade foi formado por casais sem filhos (23,1%), seguido de casais com 1 filho (22,9%). E para a classe AB, a maioria foi formada pelos chefes sozinhos (25,7%) e pelos casais sem filhos (23,9%).

Configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).



SAÚDE

Nesta seção são apresentados indicadores de Saúde elaborados com base nos dados do SIM/DATASUS (Banco de dados do Sistema Único de Saúde) e dados adicionais da Secretaria de Estado da Saúde (SESAES) e da PNAD. As informações selecionadas abordam seis temas: 1) nascimento, 2) mortalidade infantil, 3) profissionais e equipamentos, 4) mortalidade e internação por grupo de causas, 5) mortalidade por causas externas e internas, e 6) doenças transmissíveis (dengue e Aids). Deve-se ressaltar que os dados coletados no SIM/DATASUS referentes ao ano de 2013 são classificados neste banco como preliminares.

A tendência manifestada pelas informações de nascimentos nos anos de 2001 e 2013 é a mesma no Brasil, Sudeste e Espírito Santo de acordo com o indicador analisado. Por um lado, embora a Organização Mundial da Saúde recomende que os partos cesáreos não devam ultrapassar 15% do total, as proporções desse procedimento no estado que já eram bastante altas em 2001 (44,2%) cresceram mais em 2013 (66,8%). Por outro lado, houve diminuição da taxa bruta de natalidade e do percentual de mães com idade entre 15 e 19 anos.

Os indicadores de mortalidade infantil, neonatal e pós-neonatal declinaram ao longo de suas respectivas séries históricas nas três unidades geográficas analisadas, refletindo os trabalhos integrados dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Além das alterações nos indicadores de nascimento e da redução da mortalidade infantil, merece destaque o acréscimo proporcional no número de profissionais da saúde (médicos por 1.000 habitantes e equipes de saúde da família por 10.000 habitantes) na população do Espírito Santo, do Sudeste, e do Brasil.

Colocando em foco apenas o estado do Espírito Santo observa-se que o perfil das causas de mortalidade e de internação não se alterou significativamente. Desagregada por gênero, outra cor ou raça e idade, a mortalidade por causas externas em 2013, assim como em 2001, se concentrou nos indivíduos do sexo masculino, nos não brancos e com idade entre 15 e 34 anos. Entretanto, o número de mortes de mulheres por causas externas aumentou em (4,2p.p.) no período e (2,3 p.p.) de 2010 a 2013.

A série histórica com os casos notificados de dengue apresenta os anos com as maiores incidências e justifica a necessidade de ações integradas e incisivas no combate à proliferação do agente transmissor da doença.

Os casos diagnosticados de AIDS, analisados por gênero, apontam para maior ocorrência da doença na população masculina. A análise dos casos de AIDS por faixa etária aponta um crescimento significativo dos casos de AIDS na terceira idade, fato relacionado a mudança no comportamento sexual dos nossos idosos a partir da entrada no mercado farmacêutico de drogas específicas para combater o déficit erétil comum em pacientes do sexo masculino, principalmente a partir dos 60 anos. Tais medicações, agora com o término de reserva de mercado, ou reserva de patente, se tornaram muito mais acessíveis à população em geral, e devemos esperar um perfil de idosos mais ativos no que tange a vida sexual.

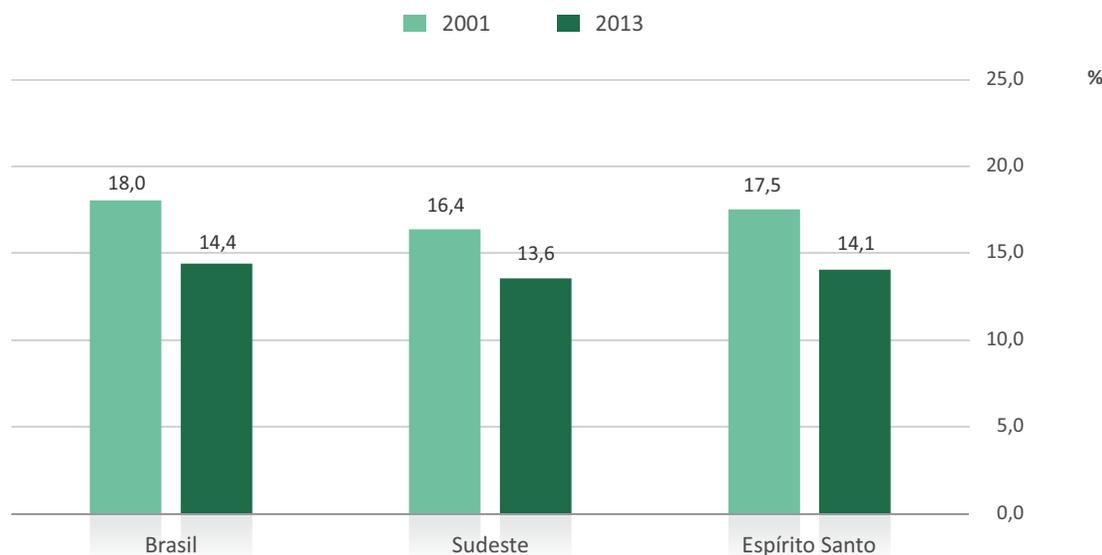
Por fim, a análise da situação exposta a partir dos indicadores selecionados assume particular relevância para mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos ligados à qualidade dos serviços e equipamentos de saúde. Segundo Santos-Filho (2007)¹ o desafio de um bom planejamento da Saúde Pública no Brasil perpassa o conhecimento dos principais indicadores, levando em consideração a realidade de cada unidade territorial.

¹ SANTOS-FILHO, S.B. Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização em Saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Ciênc. saúde coletiva [online], vol. 12, n.4, pp.999-1010, 2007.



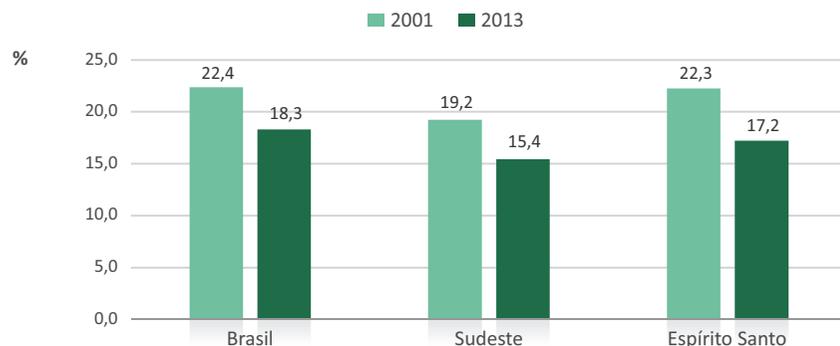
No Brasil, a taxa bruta de natalidade reduziu (3,6 por mil habitantes) entre os anos 2001 e 2013. O Espírito Santo apresentou redução de (3,4 por mil). No Brasil a gravidez na faixa etária de 15 a 19 anos reduziu (4,1 p.p) de 2001 a 2013. A redução no Espírito Santo foi superior àquela registrada no Brasil e na Região Sudeste (5,1 p.p). Em relação ao percentual de partos cesáreos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo registraram altas taxas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os partos cesáreos não devem ultrapassar 15%. No Brasil o percentual aumentou de 38,1% para 56,6% dos partos, o Sudeste passou de 46,9% para 61,3% e o Espírito Santo passou de 44,2% (2001) para 66,8% (2013).

Taxa bruta de natalidade (por 1.000 habitantes), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2013



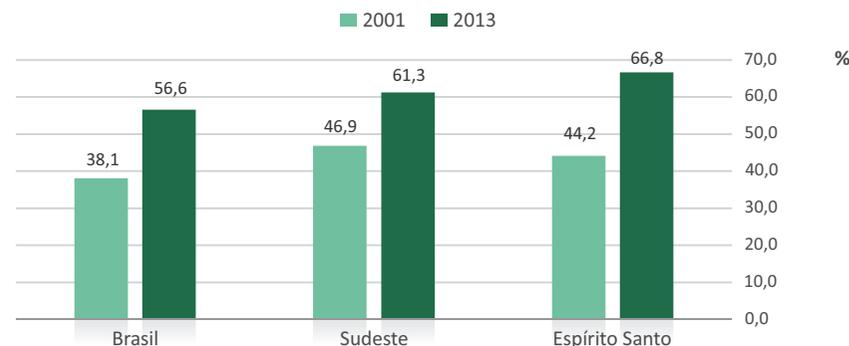
Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Percentual de mães na faixa etária de 15 a 19 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2013



Fonte: SINASC/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

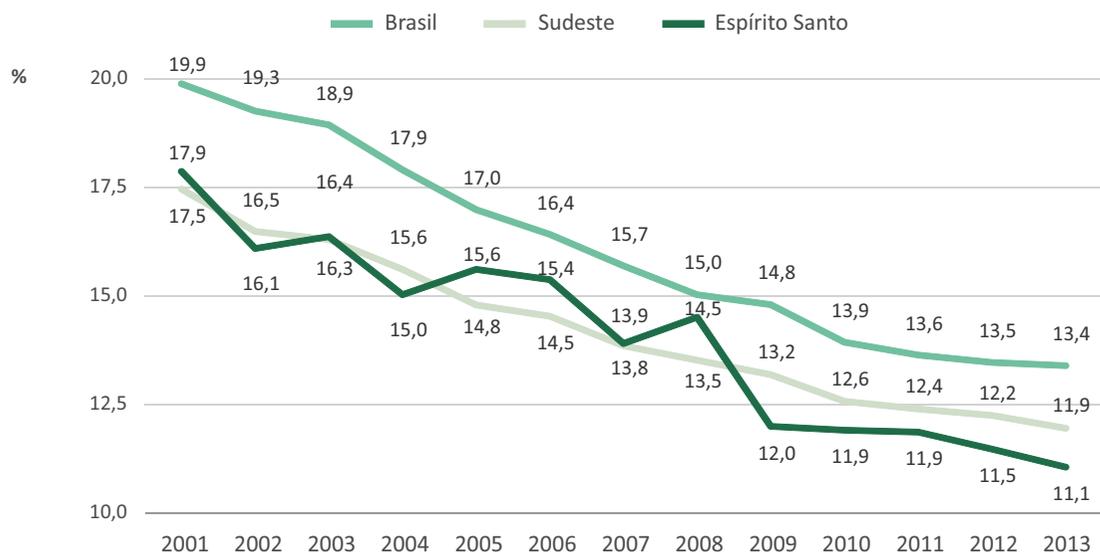
Percentual de partos cesáreos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2013



Fonte: SINASC/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



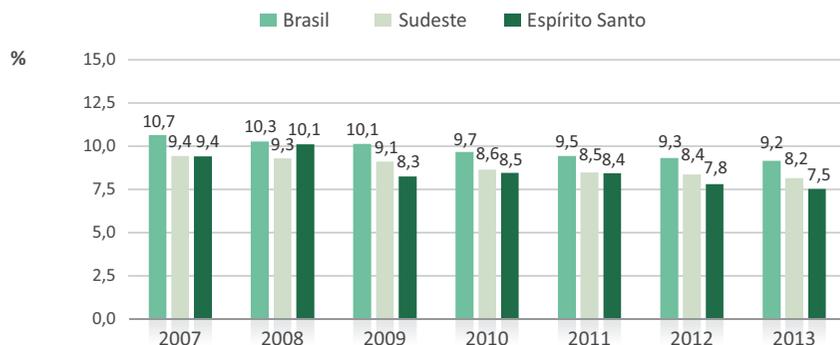
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) de crianças menores de 1 ano, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

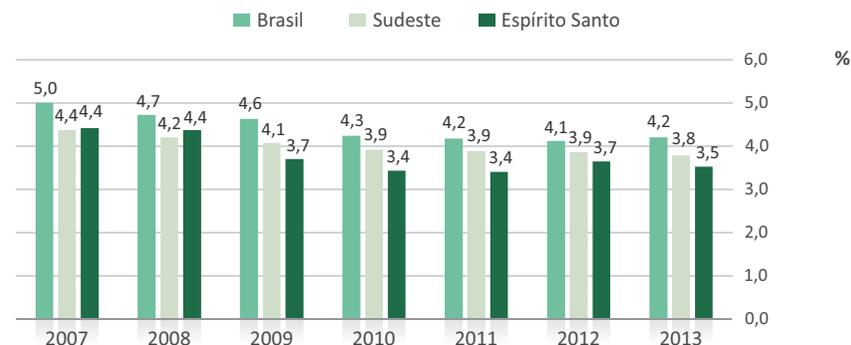
No Brasil a taxa de mortalidade infantil, de crianças menores de 1 ano, caiu (6,5 por mil), no período entre 2001 e 2013. O Espírito Santo reduziu em 6,8 (por mil nascidos vivos) a sua taxa, de 17,9 em 2001 para 11,1 em 2013. A taxa de mortalidade neonatal (óbitos de crianças com menos de 28 dias) no Brasil reduziu (1,5 por mil) no período entre 2007 e 2013. A Região Sudeste reduziu em (1,2 por mil) e no Espírito Santo a redução foi de (1,9 por mil). A taxa de mortalidade pós-neonatal seguiu a mesma tendência. Comparativamente o Espírito Santo apresentou a maior redução de 4,4 para 3,5 (por mil nascidos vivos).

Taxa de mortalidade neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 a 2013



Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de mortalidade pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 a 2013

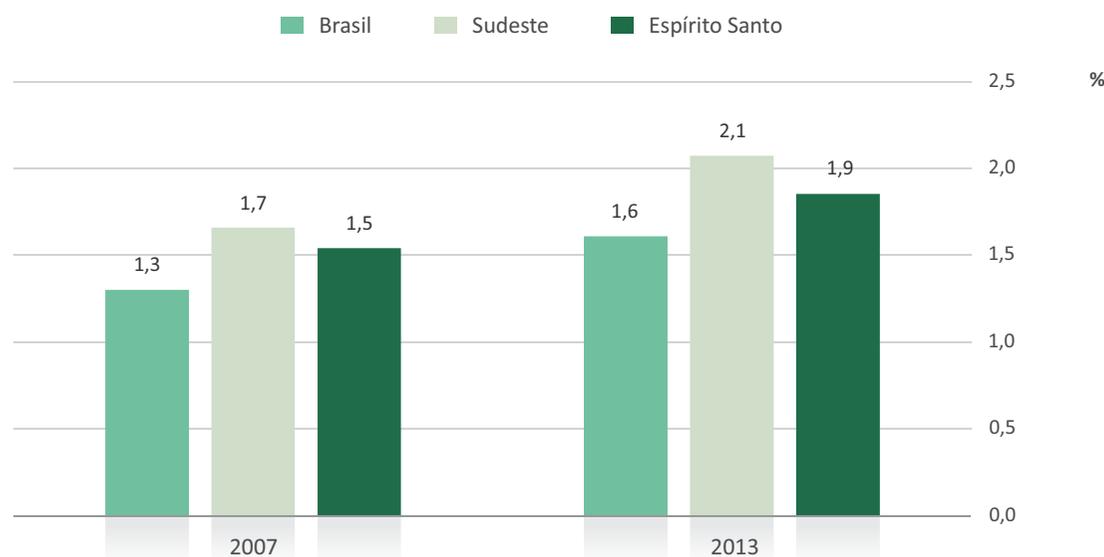


Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



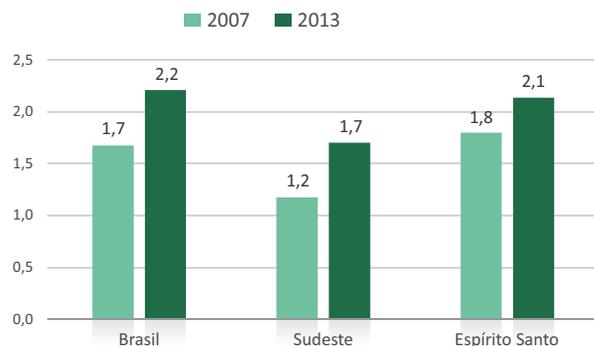
Em 2013, o número de médicos por mil habitantes no Espírito Santo (1,9) foi superior ao do Brasil (1,6) e ficou abaixo da Região Sudeste (2,1). Nesse mesmo ano, a proporção de equipes de Saúde da Família por 10 mil habitantes no Espírito Santo (2,1) foi menor que a do Brasil (2,2) e superior à da Região Sudeste (1,7). Em relação ao número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) por mil habitantes, no ano de 2013, o Estado apresentou (1,5), número superior ao da Região Sudeste (1,4) e menor que o do Brasil (1,6). Em relação aos leitos complementares (leitos incluídos para aumentar a capacidade de atendimento de urgência e emergência dos hospitais) o Espírito Santo aumentou de 0,248 leitos por mil habitantes em 2010 para 0,267 em 2013.

Proporção de médicos por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 e 2013

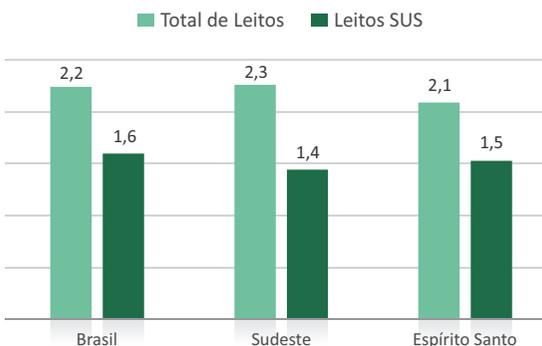


Fonte: CNES/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

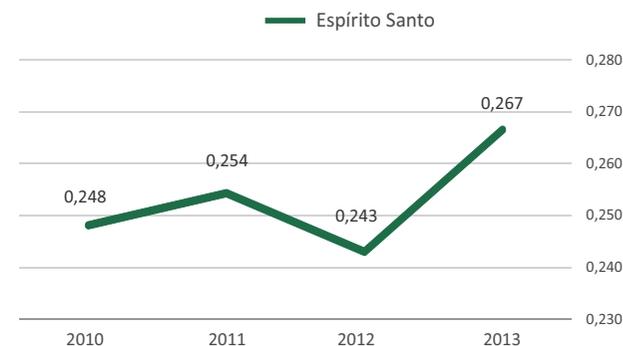
Proporção de equipes de saúde da família por 10.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 e 2013



Proporção de leitos de internação por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2010



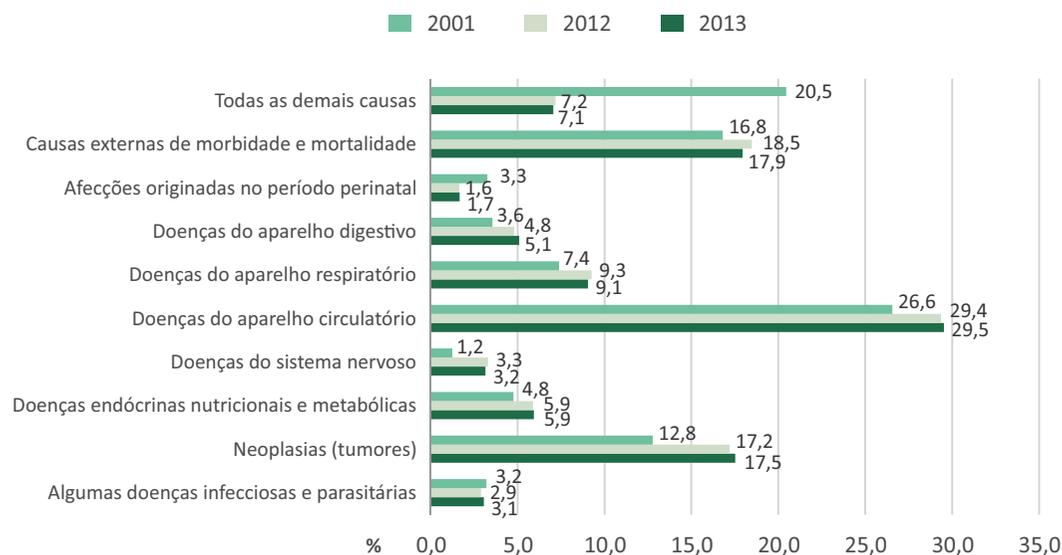
Proporção de leitos complementares por 1.000 habitantes, 2010 a 2013



Fonte: CNES/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



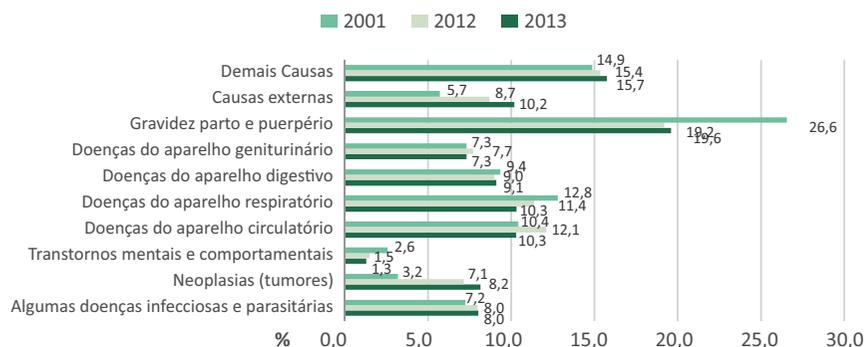
Mortalidade proporcional por grupo de causas, Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

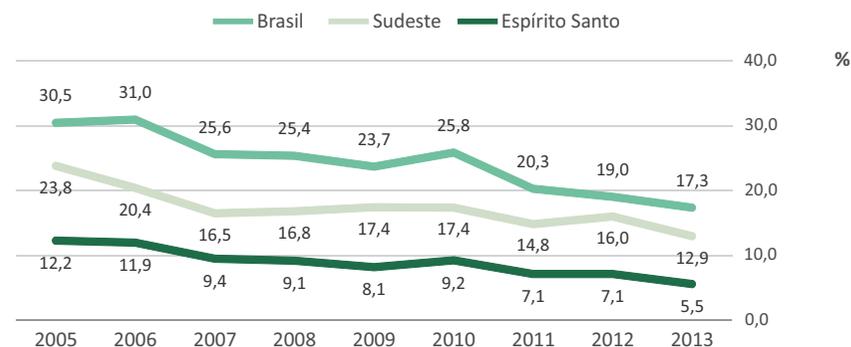
No Espírito Santo a maior parte dos óbitos registrados em 2013 foi por doenças do aparelho circulatório (29,5%), na sequência por causas externas (17,9%) e por Neoplasias (17,5%). Em relação à internação as principais causas registradas em 2013 foram: gravidez, parto e puerpério (19,6%), doenças do aparelho circulatório (10,3%) e doenças do aparelho respiratório (10,3%). No tocante a taxa de internação por causas sensíveis a atenção básica, o Espírito Santo apresentou uma redução de (10,9 p.p.) no período de 2005 a 2013. No Brasil nesse período houve redução de (13,2 p.p.) e no Sudeste de (6,7 p.p.). Em 2013 a taxa de internação por causas sensíveis a atenção básica registrada no Espírito Santo foi (12,9%), número inferior ao do Brasil (17,3%) e superior ao Sudeste (5,5%).

Internação por grupo de causas, Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de internações por causas sensíveis a atenção básica, 2005 a 2013, AIH APROVADAS

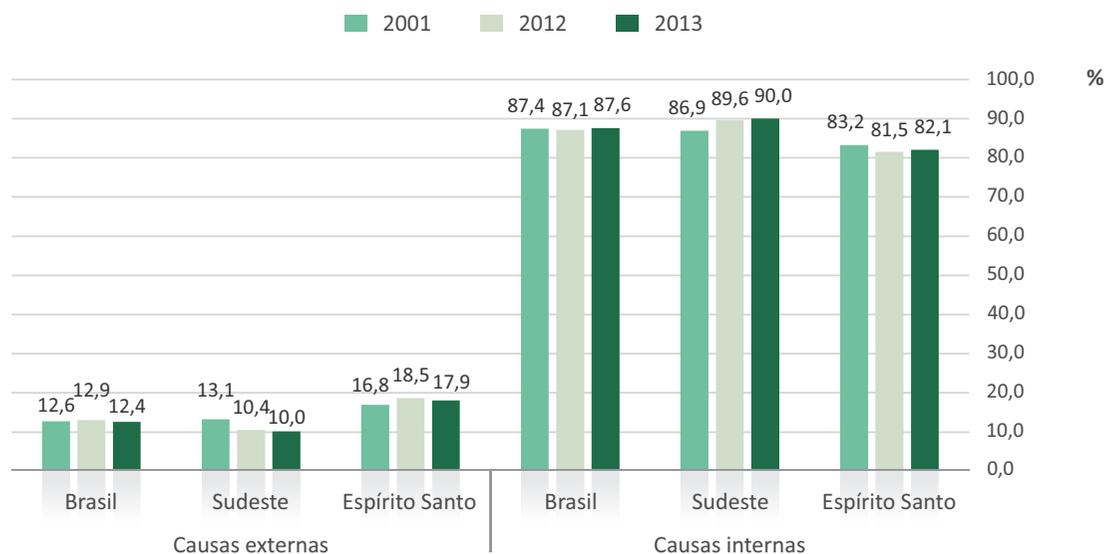


Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



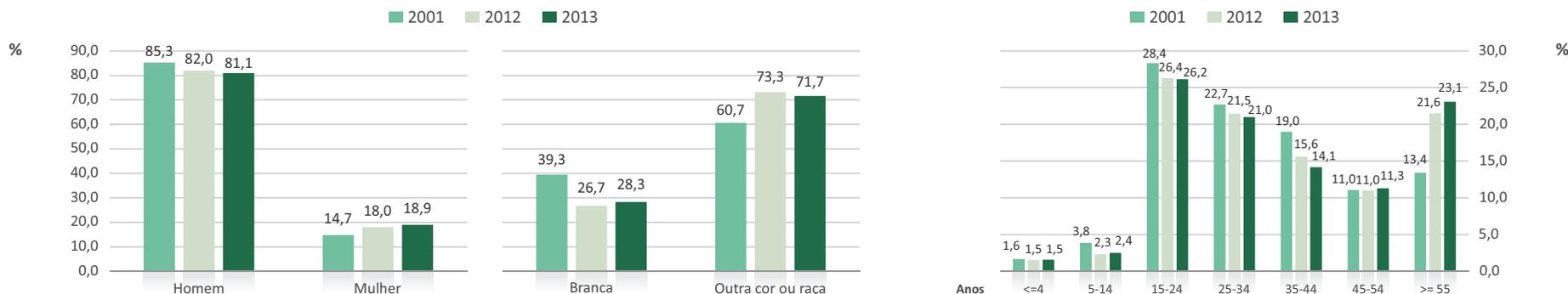
A mortalidade foi observada por dois grandes grupos de causas: internas e externas. Em 2013, o percentual de morte por causas internas no Espírito Santo foi de 82,1%, valor abaixo da média do Brasil (87,6%) e Sudeste (90,0%). Nesse mesmo ano, o Espírito Santo (17,9%) ficou acima da média brasileira (12,4%) e da região Sudeste (10,0%) se comparados aos percentuais de mortes por causas externas. No Espírito Santo os dados de mortes por causas externas por gênero e cor ou raça de 2013, revelaram que a maioria ocorreu entre pessoas de sexo masculino (81,1%) e outra cor ou raça (71,7%). As vítimas se concentraram na faixa etária de 15 a 24 anos e 25 a 34 anos, somando (47,2%) do total de mortes por causas externas. Entretanto, os dados mostram que o número de mortes de mulheres por causas externas tem aumentado (4,2 p.p.) de 2001 a 2013 e (0,9 p.p.) de 2012 para 2013.

Participação percentual da mortalidade por causas externas e causas internas na mortalidade geral, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

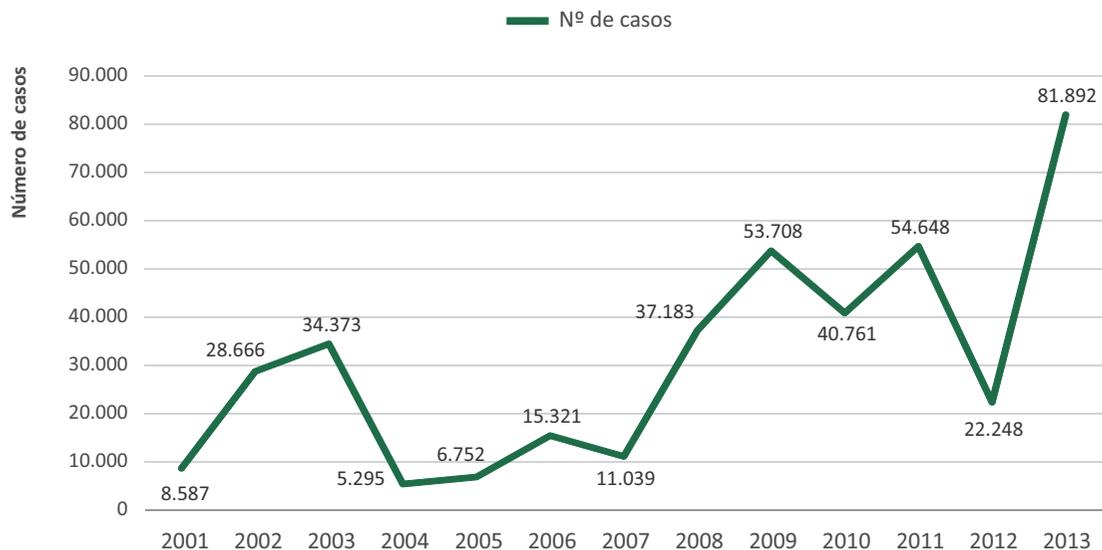
Participação percentual da mortalidade por causas externas, por gênero, cor e faixa etária, Espírito Santo, 2001, 2012 e 2013



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



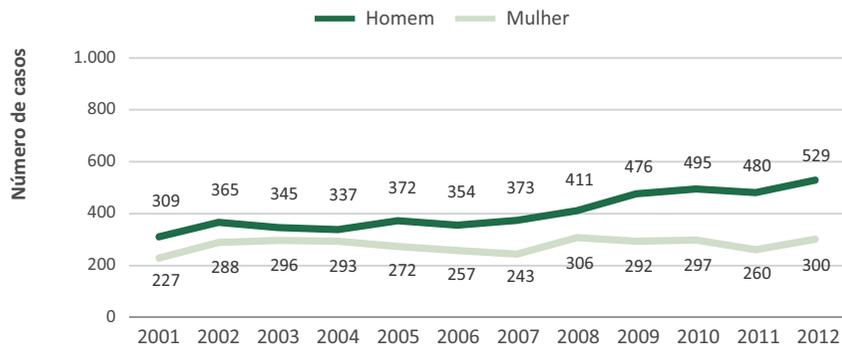
Casos notificados de dengue, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: SESA-ES. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

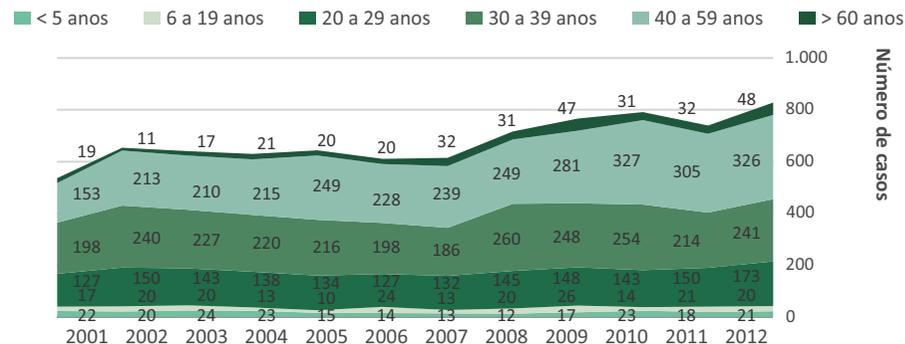
Em 2013 o Espírito Santo registrou um aumento do número de casos notificados de dengue de (268,1%) comparativamente ao ano de 2012. O dado é relevante e aponta a necessidade de intensificação dos trabalhos de combate à dengue. Em relação aos casos de AIDS, é importante ressaltar que os dados estão sujeitos a alterações. O número de homens que contraíram a doença aumentou (10,2%), passando de 480 casos em 2011 para 529 em 2012. Entre as mulheres que contraíram AIDS houve um aumento maior (15,4%), de 260 em 2011 para 300 casos em 2012. A análise dos casos de AIDS por faixa etária revela que a maioria dos casos notificados estão nas faixas de 30 a 39 e 40 a 59 anos. Os dados apontam para o crescimento entre 2001 e 2012 dos casos de AIDS na faixa etária acima dos 60 anos, fato relacionado a mudança no comportamento sexual dos idosos causada pela difusão de medicamentos estimulantes sexuais.

Número de casos de AIDS segundo ano de diagnóstico por gênero, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Número de Casos de AIDS segundo ano de diagnóstico por faixa etária, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



MOBILIDADE

O tema Mobilidade tem se tornado na última década um dos mais importantes pelo poder público, seja por conta dos problemas enfrentados no dia a dia da população (superlotação dos coletivos, congestionamentos das vias, acidentes de trânsito, etc.), ou por conta dos rebatimentos causados em outras áreas (meio ambiente, saúde, trabalho, etc.), ou por ausência de políticas públicas efetivas no planejamento da ocupação e uso do solo urbanos.

A elevação do poder aquisitivo da população brasileira tem contribuído para cada vez mais pessoas optarem por trocar os meios de transporte público pelos particulares, o que pode ser comprovado no expressivo aumento (de 30,5% para 35%) no percentual de domicílios particulares permanentes com posse de carro entre os anos de 2008 e 2013. O mesmo ocorreu no Espírito Santo, com um aumento ainda maior do que o observado no cenário nacional (de 27,8% para 34,2%).

Um outro dado que pode apontar problemas na mobilidade da população capixaba é o aumento do tempo de deslocamento para o trabalho. Entre 2001 e 2013 ocorreu aumento dos deslocamentos entre 30 minutos e uma

hora (de 19,2% em 2001 para 27,5% em 2013) e uma diminuição dos deslocamentos até 30 minutos (de 73,4% em 2001 para 65,9% em 2013), ambos mais significativos que a média nacional e regional.

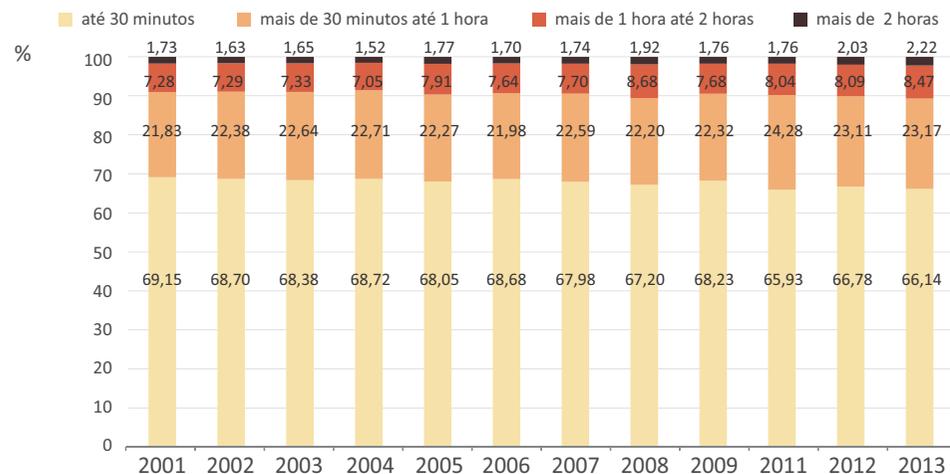
Como o crescimento do número de veículos foi superior ao crescimento populacional no período, temos que a taxa de motorização se elevou, passando de 12,2% em 2001 para 25,3% em 2013 (no caso dos automóveis) e de 3,1% em 2001 para 11,9% em 2013 (no caso das motos).

Os dados que seguem possibilitam uma análise focada sobre a mobilidade no Espírito Santo, no entanto, devido a complexidade do tema, é necessário que outras variáveis sejam abordadas para uma compreensão mais precisa.

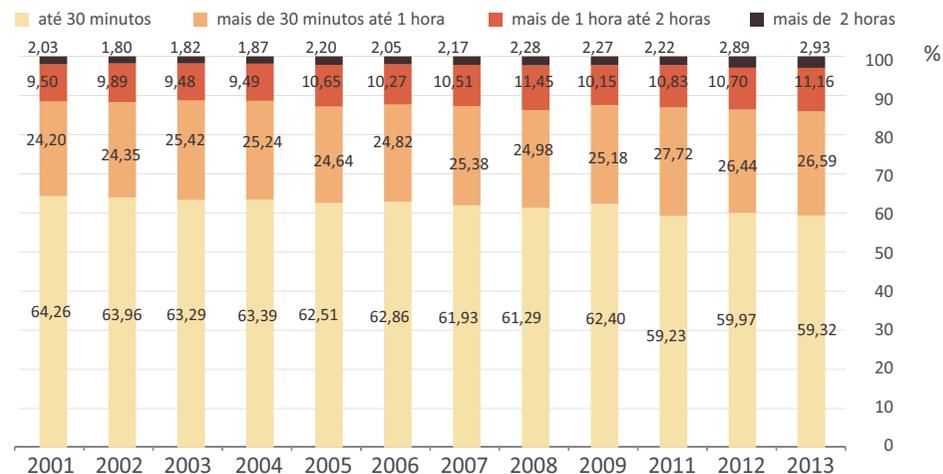
A frota de automóveis no estado mais que dobrou no período, saindo de 384.197 veículos em 2001 para 969.949 em 2013 (aumento de 152,5%). O crescimento do total de motos foi mais elevado: 361 % entre 2001 e 2013, com destaque para o crescimento da RMGV (455%) e nos demais municípios do estado (327,6%).



Tempo de deslocamento ao trabalho da população ocupada no Brasil, 2001 a 2013



Tempo de deslocamento ao trabalho da população ocupada no Sudeste, 2001 a 2013



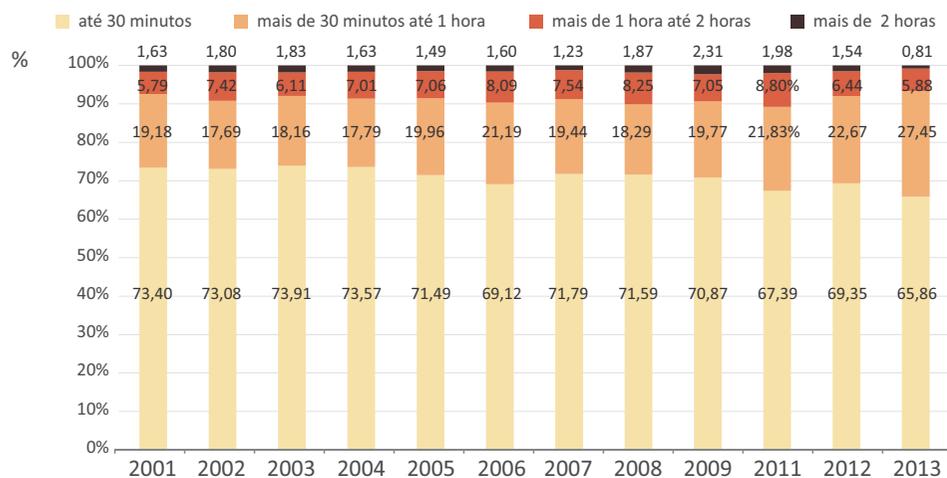
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) tem acompanhado a evolução do tempo de deslocamento ao trabalho da população brasileira desde 1992. Como vemos nos gráficos a seguir, de 2001 a 2013 há uma diminuição paulatina dos deslocamentos até 30 minutos

e um aumento dos deslocamentos mais longos em todo o Brasil. Tal fenômeno é observado com uma intensidade e velocidade maior na região Sudeste, muito provavelmente por conta das maiores aglomerações urbanas aí se encontrarem.



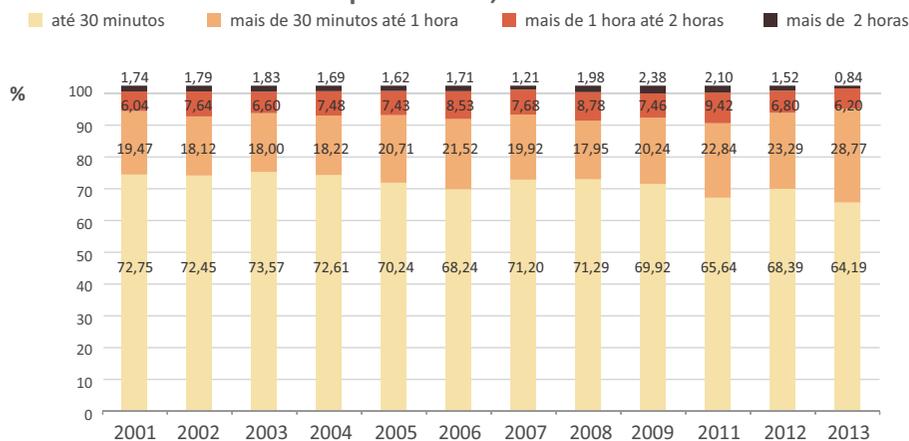
Tempo de deslocamento ao trabalho da população ocupada no Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

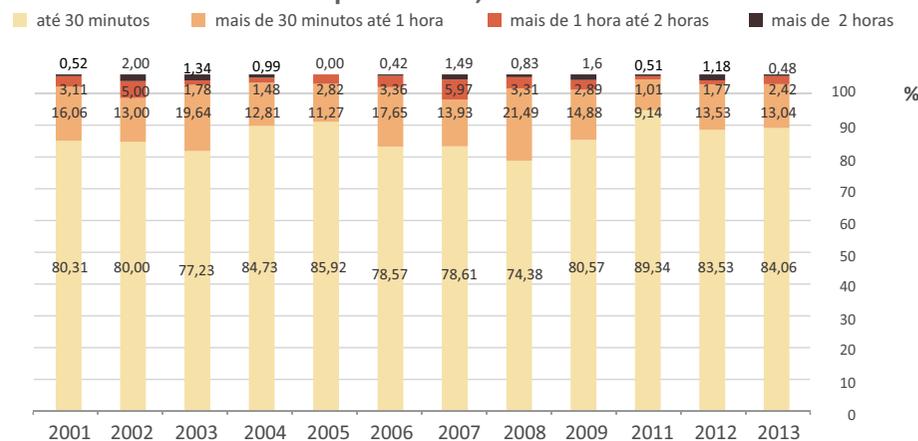
Em nível estadual, a PNAD explicita um aumento dos deslocamentos entre 30 minutos e uma hora e uma diminuição dos deslocamentos até 30 minutos, ambos mais significativos que a média nacional e regional, apesar de haver uma estabilidade nas demais faixas. A tendência estadual de decréscimo dos tempos de deslocamento de até 30 minutos e de crescimento dos deslocamentos entre 30 minutos e uma hora é um pouco mais elevada para a população urbana, o que provavelmente reflete uma pior condição da mobilidade observada nos últimos anos. Para a população rural o resultado é consideravelmente diferente, certamente pelo fato de os problemas de mobilidade serem parte de um fenômeno essencialmente urbano. No campo, ao contrário da cidade, percebe-se um aumento dos deslocamentos até 30 minutos e uma diminuição dos deslocamentos entre 30 minutos e uma hora. Uma hipótese é que o aumento da taxa de motorização da população (neste caso principalmente motos, como veremos adiante) tenha reflexos positivos no ambiente rural, que, por conta da ocupação esparsa, não vive a realidade de congestionamentos.

Tempo de deslocamento ao trabalho da população urbana ocupada no Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Tempo de deslocamento ao trabalho da população rural ocupada no Espírito Santo, 2001 a 2013

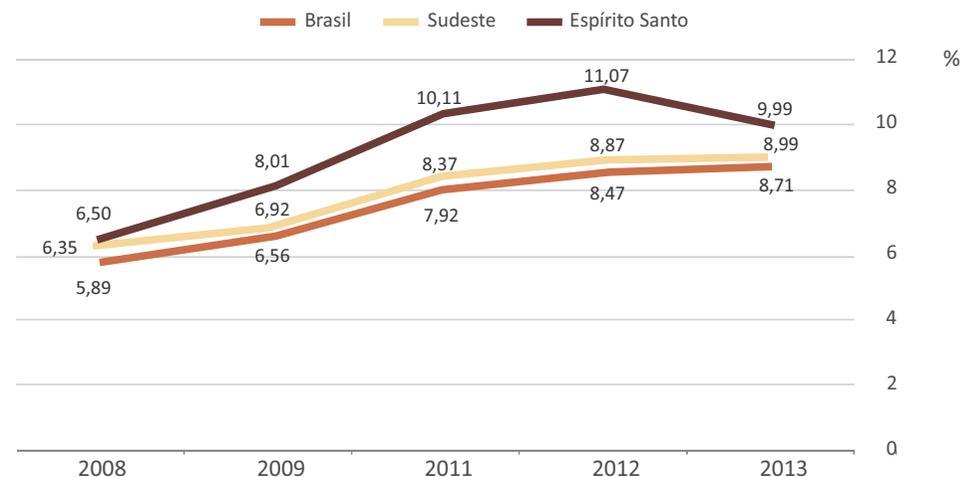


Posse de bens duráveis – Carros e motos no Brasil, Sudeste e Espírito Santo



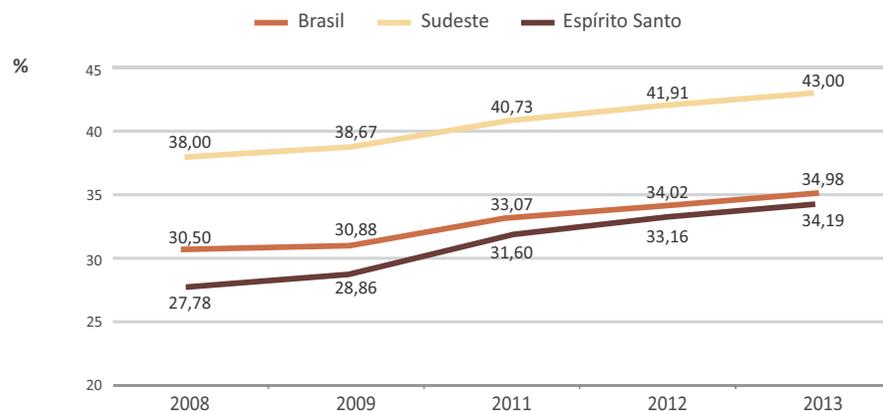
A PNAD, dentro da série de perguntas sobre a posse de bens duráveis, inclui a posse de motos e de carros desde 2008. Nessa série, mesmo que pequena, já é possível perceber essa evolução. Com relação à posse de carro, o Espírito Santo tende a uma aproximação com a média brasileira, apesar de, ainda estar bem longe da média da região Sudeste. O oposto acontece com relação à posse de moto, com a região Sudeste ficando abaixo da média brasileira e o Espírito Santo oscilando próximo à média brasileira, ora pouco abaixo, ora pouco acima, entre 2008 e 2013. Com relação à posse simultânea de moto e carro, percebe-se que os domicílios capixabas tiveram um aumento mais significativo que a média regional e nacional, apresentando uma pequena queda no último ano.

Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com posse de carro e moto, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2008 a 2013



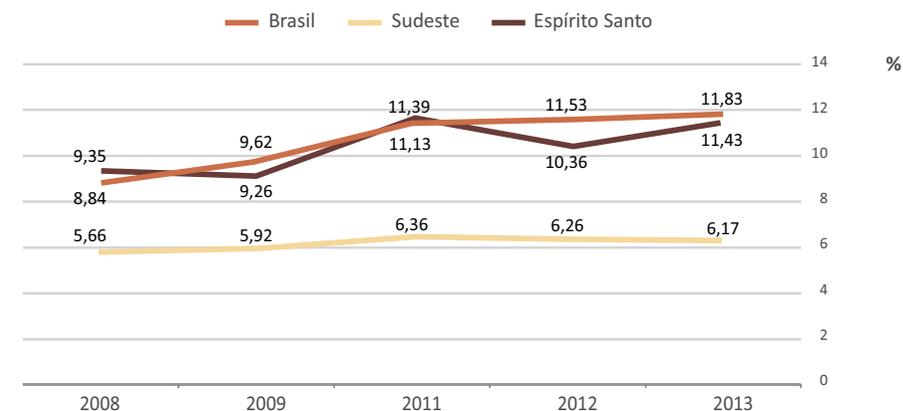
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Percentual de Domicílios Particular Permanentes com posse de carro, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2008 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

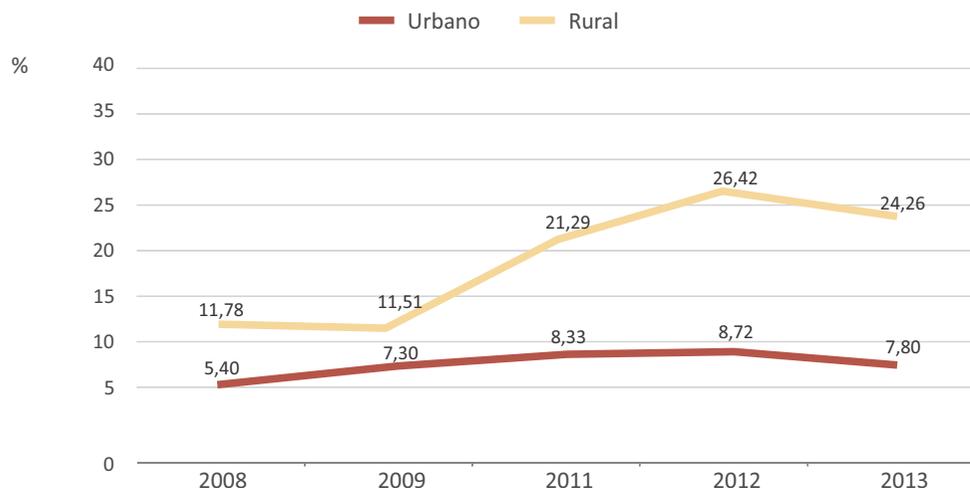
Percentual de Domicílios Particular Permanentes com posse de moto, no Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2008 a 2013





Posse de bens duráveis – Urbano e Rural no Espírito Santo

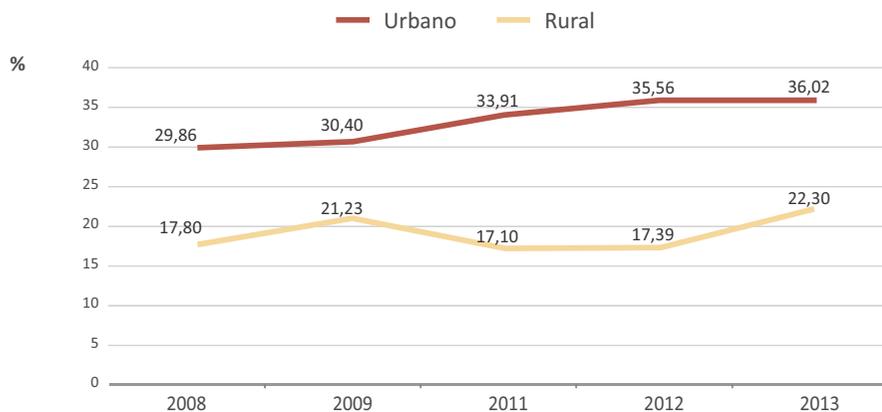
Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com posse de carro e moto, segundo situação do domicílio, no Espírito Santo, 2008 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

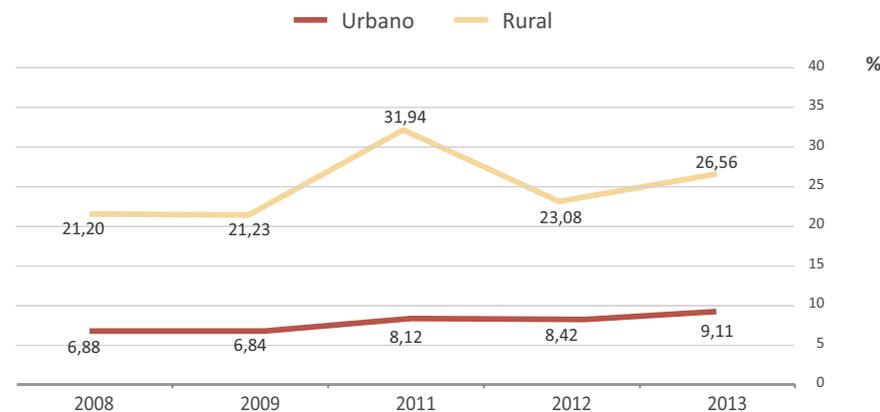
Dentro do Espírito Santo, se fizermos um recorte Urbano/Rural, percebe-se um comportamento bem diferenciado entre a posse de moto e de carro. A posse de moto é mais significativa no meio rural havendo um percentual quase três vezes maior de posse que no meio urbano. Certamente por ser um veículo que apresenta diversas economias de custo (mais barato, menos consumo de combustível) e uma significativa adaptabilidade a diversos tipos de terreno, a moto se encaixou perfeitamente ao modo de vida rural. A posse simultânea de carro e moto segue uma tendência semelhante, apesar do aumento no meio rural ter ocorrido com uma intensidade mais significativa ainda, mais que dobrando em cinco anos, enquanto no meio urbano permaneceu estável. A posse de carro, por outro lado é mais forte no meio urbano, já atingindo mais de 1/3 dos domicílios particulares permanentes desde 2011.

Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com posse de carro, segundo situação do domicílio, no Espírito Santo, 2008 a 2013



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

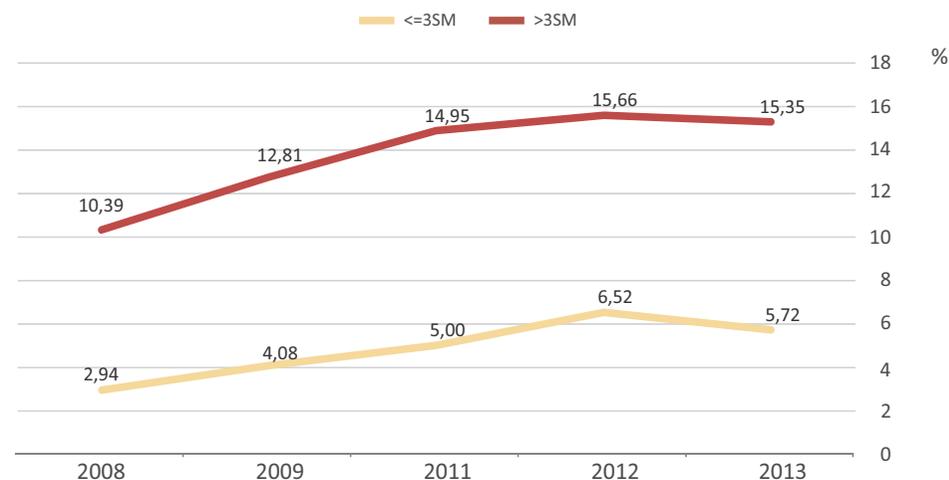
Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com posse de moto, segundo situação do domicílio, no Espírito Santo, 2008 a 2013





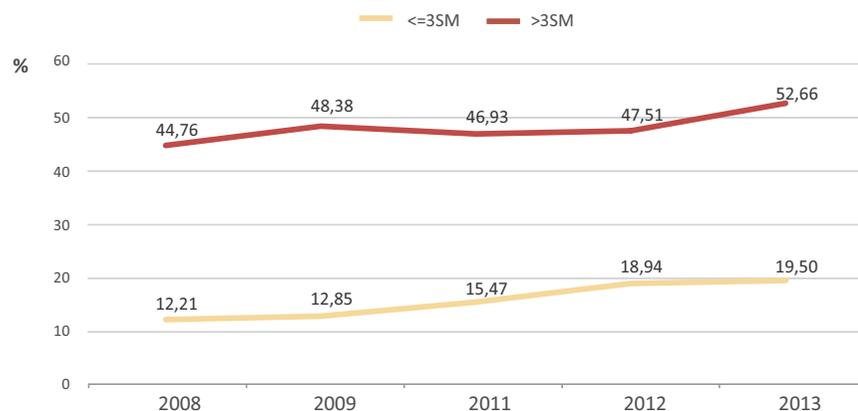
Mais de 50% dos domicílios particulares permanentes com renda superior a três salários mínimos (SM) já possui ao menos um carro, taxa que passaria a 2/3 se somarmos os que têm carro e moto. A evolução entre os de renda <= a 3 SM também foi significativa, mais de 7p.p., ainda que o carro esteja presente em apenas 1/5 dos domicílios nesta condição, ou 1/4 se somarmos a posse de carro e moto concomitante. A posse de carro e moto num mesmo domicílio teve um aumento de 50% entre aqueles de renda acima de 3 SM, e dobrou entre os de renda até 3 SM de 2008 a 2013. Por outro lado, a posse de moto é mais predominante nos domicílios com renda igual ou inferior a 3 SM, o que indica um meio de transporte mais acessível às classes com menor renda, principalmente por ser um veículo mais barato e com economias na manutenção e consumo de combustível.

Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com posse de carro e moto, segundo renda domiciliar, no Espírito Santo, 2008 a 2013



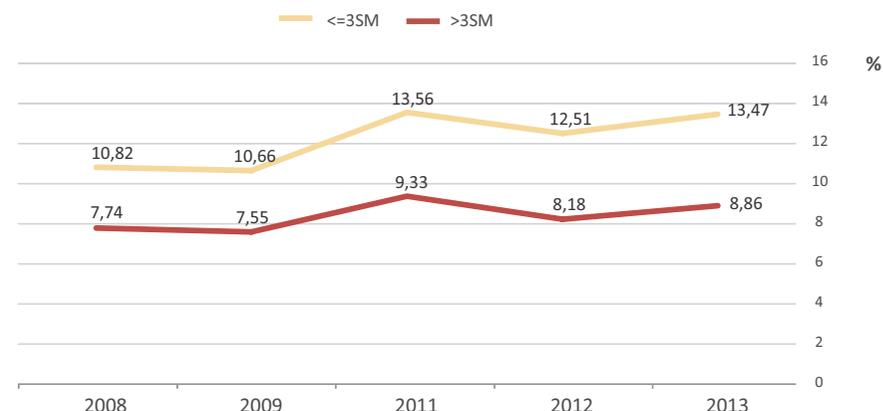
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com posse de carro, segundo renda domiciliar, no Espírito Santo, 2008 a 2013



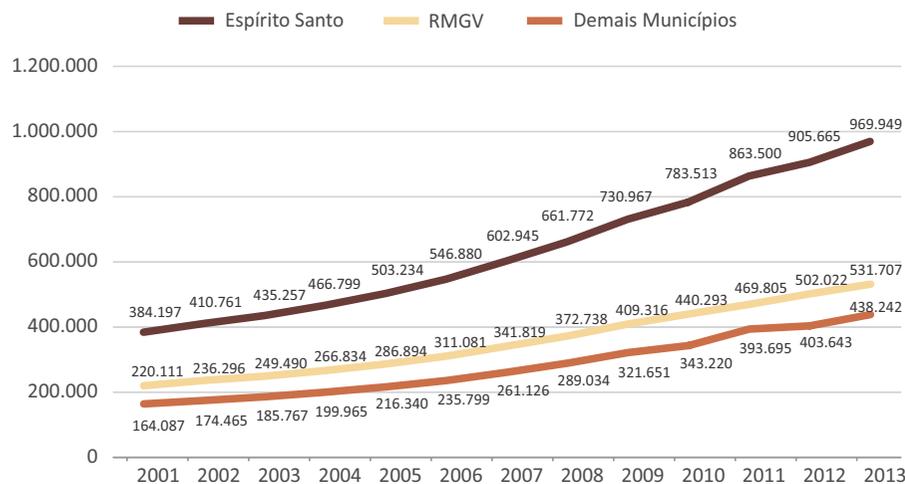
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com posse de moto, segundo renda domiciliar, no Espírito Santo, 2008 a 2013

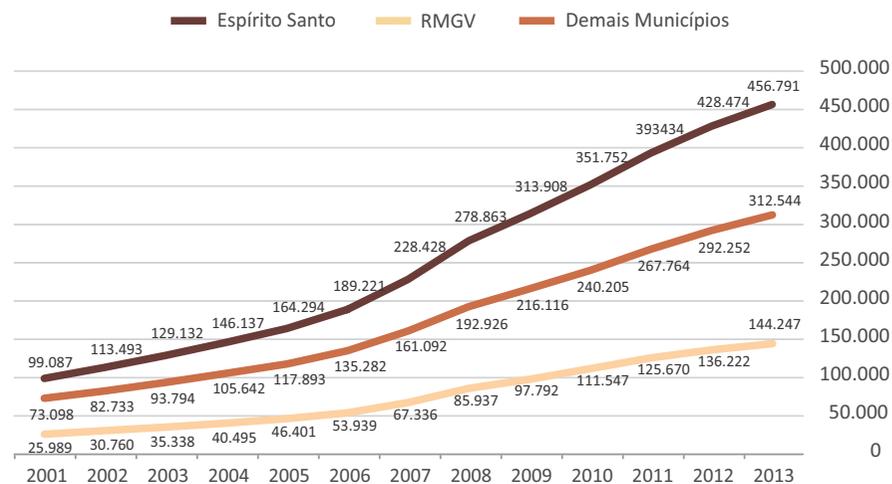




Frota de Automóveis, no Espírito Santo, 2001 a 2013



Frota de Motos, no Espírito Santo, 2001 a 2013



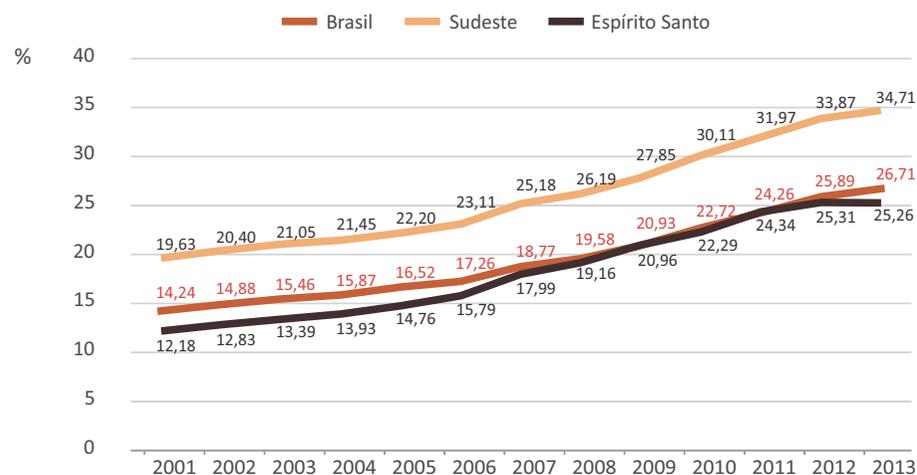
Fonte: DENATRAN, dezembro 2014. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

Além da PNAD, que mede a posse de veículo por domicílio, uma maneira mais direta de se captar o fenômeno de crescimento da quantidade de automóveis e motos nas ruas do país é pelo número de veículos emplacados, fornecido pelo DENATRAN mensalmente. São dados mais gerais, que não permitem muitos recortes, mas que dão a exata dimensão do fenômeno. Sempre tomando o mês de dezembro como referência, podemos vislumbrar um crescimento de aproximadamente 150% no número

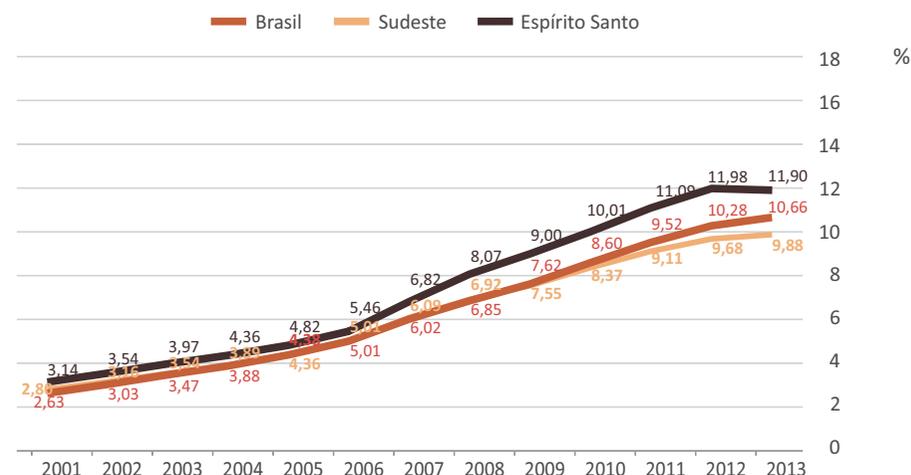
de automóveis leves (automóveis, caminhonetes e camionetas) no estado entre 2001 e 2013, com predominância da frota na RMGV, que concentra cerca de 55% da frota estadual. A frota de motos (motocicletas e motonetas) teve um crescimento ainda mais significativo, cerca de 360%, mas desta vez o crescimento foi maior nos municípios do interior do Espírito Santo, onde estão 68% das motos emplacadas no estado em 2013.



Taxa de Motorização da População com Automóveis, no Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2001 a 2013



Taxa de Motorização da População com Motos, no Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: DENATRAN, dezembro 2014; IBGE (Censo Demográfico - 2000/2010. Contagem populacional - 1996/2007 e Estimativas populacionais - demais anos).
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

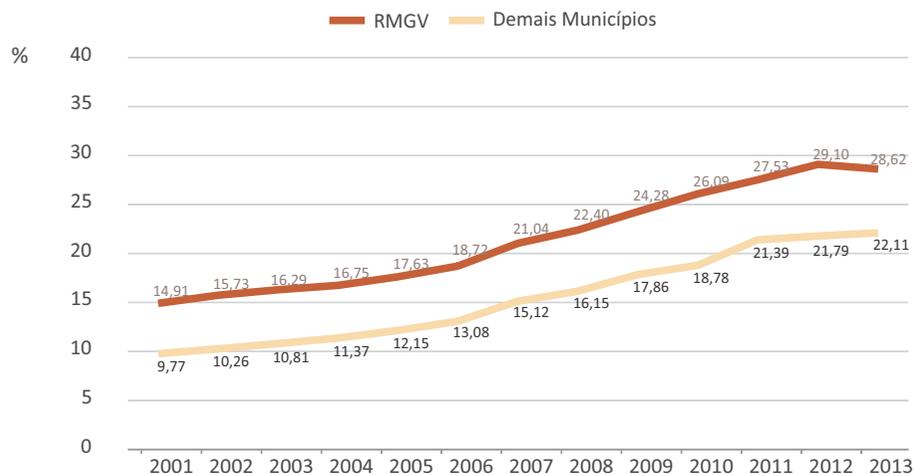
Como a frota de veículos tem uma relação proporcional à população, para comparar diferentes escalas territoriais podemos usar a taxa de motorização, que explicita o percentual de veículos emplacados no total de uma população. Nesse sentido, é possível perceber que a taxa de motorização do Sudeste ainda é bem superior à nacional e à estadual, mesmo que a evolução de todas seja significativa. Importa destacar o fato de 2013

apresentar queda da taxa de motorização de automóveis e motos no Espírito Santo. De qualquer maneira, o crescimento ocorrido na taxa de motorização ao longo da última década em todo o território nacional demonstra tendência de crescimento. A taxa de motorização com motos para o estado mantém-se superior a nacional e a da região sudeste em todo o período.

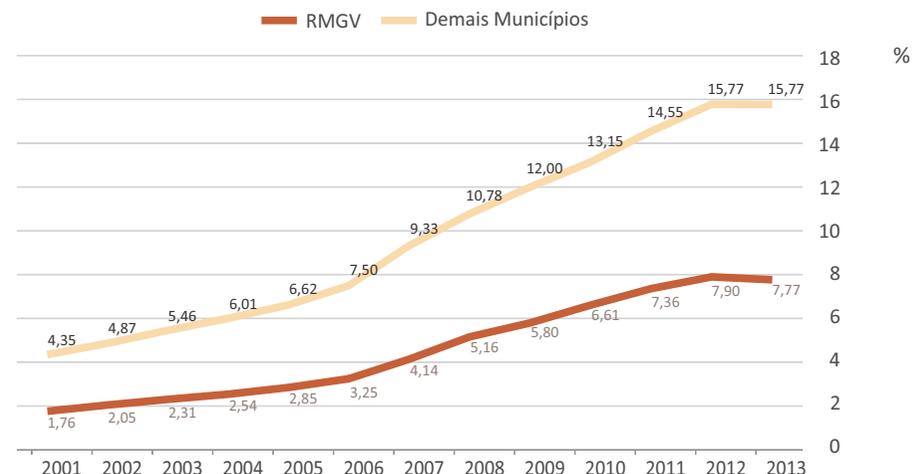


Taxa de motorização na RMGV e Demais Municípios

Taxa de Motorização da População com Automóveis, na RMGV e Demais Municípios do Espírito Santo, 2001 a 2013



Taxa de Motorização da População com Motos, na RMGV e Demais Municípios do Espírito Santo, 2001 a 2013



Fonte: DENATRAN, dezembro 2014; IBGE (Censo Demográfico - 2000/2010. Contagem populacional - 1996/2007 e Estimativas populacionais - demais anos).
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Territoriais (CET).

A RMGV tem uma taxa superior à nacional e estadual, mas ainda abaixo da taxa do Sudeste, e o interior do estado permanece abaixo de todos os demais.

A taxa de motorização da população com motos demonstra como as motocicletas e motonetas estão mais presentes nos

municípios não metropolitanos, que apresentam o dobro do percentual registrado na RMGV. A taxa de motorização com motos para o estado mantém-se superior a nacional e a da região sudeste em todo o período.



APÊNDICE METODOLÓGICO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada progressivamente no Brasil a partir de 1967. Trata-se de um conjunto de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no conjunto de acordo com as necessidades de informação para o País.

A periodicidade dos levantamentos é anual, com realização no último trimestre de cada ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. No período de análise da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo (2001 – 2013), ocorreu mais uma ampliação de sua abrangência. Até o ano de 2003, a abrangência geográfica da PNAD excluía somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A partir de 2004 passou também a incluir estas áreas, e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

A expansão da amostra é realizada com pesos definidos por meio dos dados do Censo Demográfico, o qual serve de marco para a classificação da situação do domicílio. Com isso, as estatísticas perdem um pouco de precisão à medida que os resultados obtidos se afastam dos anos de realização dos Censos. Em função disso, com a realização do Censo Demográfico de 2010 foram revisadas as projeções e estimativas populacionais e as pesquisas dos anos seguintes foram geradas levando em consideração esta revisão. Além disso, foi feita a reponderação dos pesos para as Pesquisas de 2001 a 2012, com o objetivo de melhorar a acurácia dos dados, sendo assim um leitor mais interessado que resolva comparar os resultados desta síntese com os da última pode encontrar algumas pequenas diferenças nos números.

No ano de 2013, a PNAD foi realizada em 148.697 domicílios em todo o Brasil, o que corresponde a um total de 362.555 pessoas na amostra. No Espírito Santo a pesquisa possui cobertura de 3.062 domicílios, divididos em 2.646 situados na zona urbana e 416 na zona rural dos municípios, com informações de 6.737 indivíduos, sendo 5.794 urbanos e 943 rurais. Para a expansão da amostra no Espírito Santo, um domicílio ou indivíduo da amostra corresponde a 571 ou 572 domicílios ou indivíduos da população.

HTYUTRS

FHPI

GHKLA

HTYUTR

GFH

WKL

HTYUTR

GFH

PO

HTS

GFH

PO

HTS

GFH

WE

HTS

GFH

WE

HTS

YV

FWK

JHS

YV

FWK

JHS

YV

FWK

GLOSSÁRIO

Recortes utilizados:

Branca: população de cor branca.

Outra cor ou raça: população de cor preta, amarela, parda ou de raça indígena.

Gênero: masculino (homem) e feminino (mulher).

Região censitária urbana: indivíduo, família ou domicílio localizado em área urbana.

Região censitária rural: indivíduo, família ou domicílio localizado em área rural.

Renda domiciliar em salários mínimos (SM): menor ou igual a 3 SM ($\leq 3SM$) e maior que 3 SM ($> 3SM$).

▶ DEMOGRAFIA

• **Emigrantes:** Pessoas residentes nas demais Unidades da Federação e que moravam no Espírito Santo cinco anos antes da data de referência da pesquisa.

• **Estrutura etária:** Distribuição populacional por faixa etária e sexo.

• **Grau de urbanização:** Porcentagem da população urbana em relação à população total.

• **Idade média da população:** A média da idade dos indivíduos na amostra.

• **Imigrantes:** Pessoas residentes no Espírito Santo que moravam nas demais Unidades da Federação cinco anos antes da data de referência da pesquisa.

• **Índice de envelhecimento:** Relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É expresso em número de residentes com 60 ou mais anos por 100 residentes de 0 a 14 anos.

• **Migração Líquida:** Diferença entre Imigrantes e Emigrantes.

• **Razão de dependência:** Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos de idade e mais de 60 anos de idade) e população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).

• **Razão de dependência idosos:** Razão entre a população considerada inativa idosa (60 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).

• **Razão de dependência jovem:** Razão entre a população considerada inativa jovem (0 a 14 anos de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).

• **Razão de sexo:** Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população. É expresso em número de homens a cada 100 mulheres.

• **Relação criança-mulher:** Proporção de crianças de 0 a 4 anos a cada 10 mulheres em idade reprodutiva ou fértil.



- **População residente:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica com base nos dados anuais da PNAD.
- **Taxa de crescimento populacional:** Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico no período considerado. O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos.

▶ DOMICÍLIOS

- **Abastecimento de água:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes cujo serviço de fornecimento de água é proveniente de rede geral de distribuição ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade do domicílio.
- **Acesso à rede coletora de esgoto:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
- **Coleta de lixo:** Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo direta ou indireta.
- **Domicílios por tipo de ocupação:** Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação é própria (já pago ou ainda pagando), alugado ou cedido por empregador (para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não

moradora – parente ou não, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora) ou outra forma.

- **Domicílios adequados:** Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente da rede geral de distribuição, escoamento sanitário adequado, coleta de lixo e densidade de morador por dormitório menor ou igual a dois.
- **Esgotamento sanitário adequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial).
- **Esgotamento sanitário inadequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar e outra forma).
- **Iluminação elétrica:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de iluminação do domicílio por meio elétrico (de rede, gerador, solar).
- **Posse de bens duráveis:** Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis (computador, acesso à internet, geladeira, máquina de lavar e televisão).

• **Serviços de telefonia fixa ou celular:** Percentual de domicílios particulares permanentes com serviço de telefonia. Subdivide-se em telefonia fixa convencional e móvel celular.

• **Total de domicílios particulares permanentes:** Refere-se ao número de domicílios particulares utilizados de forma permanente como residência.

❖ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSES ECONÔMICAS

• **Evolução da classe AB (2001 a 2013):** Percentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita acima de R\$ 1.607,39 na zona urbana e R\$ 1.462,61 na zona rural.

• **Evolução da classe C (2001 a 2013):** Percentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 372,85 a R\$ 1.607,39 na zona urbana e R\$ 339,27 a R\$ 1.462,61 na zona rural.

• **Evolução da classe D (2001 a 2013):** Percentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 197,84 a R\$ 372,85 na zona urbana e R\$ 168,84 a R\$ 339,27 na zona rural.

• **Evolução da pobreza (2001 a 2013):** Percentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 197,84 na zona urbana e R\$ 168,84 na zona rural (linha de pobreza).

• **Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil e Espírito Santo (2001 a 2013):** Medida através do índice de Gini, que mede o grau de concentração de

uma distribuição, cujo valor varia de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima).

• **Evolução dos extremamente pobres (2001 a 2013):** Percentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 98,92 na zona urbana e R\$ 84,42 na zona rural (linha de indigência).

• **Renda média domiciliar per capita real:** Renda domiciliar média per capita deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2013.

• **Renda média real de todas as fontes:** Renda mensal média proveniente de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2013.

❖ EDUCAÇÃO

• **Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos:** Distribuição do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos.

• **Anos de estudos por faixa de idade:** Média aritmética do número de anos de estudo para os indivíduos segundo faixas de idade.

• **Escolaridade média (25 anos ou mais):** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 anos ou mais de idade.



- **Escolaridade média (25 a 34 anos):** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 a 34 anos de idade.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudos:** percentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 11 anos de estudos.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudos:** percentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 15 anos de estudos.
- **Frequência escolar por faixas de idade:** Porcentagem de pessoas com frequência escolar por faixa de idade.
- **Frequência escolar por nível de ensino e rede (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas que frequentam a escola por nível (ensino fundamental, médio e superior) e por rede (público e privado).
- **Proporção do número de pessoas em ano irregular de estudo critério série - idade (15 anos ou mais):** Proporção de pessoas que de acordo com a idade não estão na série esperada, em relação ao total de pessoas com a mesma faixa etária.
- **Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever.
- **Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que possuem até 4 anos de estudo completos.

- **Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever, por classes de rendimentos.
- **Taxa de retenção:** A taxa de retenção (%) na série “s” é dada pela razão entre a proporção de pessoas com escolaridade de “s” anos de estudo e a proporção de pessoas com escolaridade de “s” anos de estudo ou mais.

➤ MERCADO DE TRABALHO

- **Contribuição previdenciária:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em todas as atividades e que contribuíram para o instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.
- **Ocupação por atividade econômica:** Distribuição das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de idade segundo os seguintes ramos de atividade econômica: Agrícola, Outras atividades industriais, Indústria de transformação, Construção civil, Comércio, Administração pública, Serviços, Outras atividades e Atividades mal definidas.
- **Ocupação segundo anos de estudo:** Distribuição das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de idade segundo as seguintes faixas de anos de estudo: sem instrução, de 1 a 3 anos de estudo, 4 a 7 anos de estudo, 8 a 10 anos de estudo, 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais de estudo.
- **Pessoas sindicalizadas:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho na semana de referência.

- **População economicamente ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade que se encontram ocupadas ou que tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.
- **População em idade ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade.
- **População não economicamente ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade que não trabalham e não tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.
- **População ocupada:** Número de pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência da pesquisa.
- **População ocupada por setor formal e informal:** Distribuição do total de ocupados de 15 anos ou mais de idade, segundo a forma de inserção no mercado, sendo: trabalhadores formais aqueles que possuem carteira de trabalho assinada ou contribuíram para o instituto de previdência; e trabalhadores informais, aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada ou não são contribuintes do instituto de previdência.
- **Posição na ocupação no trabalho principal:** Porcentagem de pessoas ocupadas de 15 anos ou mais de idade, de acordo com as categorias de posição na ocupação: empregados, conta própria, empregador, emprego não remunerado, consumo próprio e trabalhador doméstico.
- **Renda média real de todas as fontes:** Renda mensal média proveniente de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2013.

- **Taxa de atividade:** Porcentagem de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas em idade ativa.
- **Taxa de desocupação:** Porcentagem de pessoas desocupadas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas economicamente ativas. Sendo definido como desocupadas as pessoas sem emprego, mas que tomaram alguma providência para arrumar emprego na semana de referência.
- **Taxa de desocupação segundo faixa etária:** Porcentagem de pessoas desocupadas em determinada faixa etária em relação às pessoas economicamente ativas considerando a mesma faixa etária.
- **Taxa de ocupação:** Porcentagem de pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas, considerando aqueles com 15 anos ou mais de idade.
- **Taxa de ocupação segundo faixa etária:** Porcentagem de pessoas ocupadas em determinada faixa etária em relação às pessoas economicamente ativas considerando a mesma faixa etária.
- **Trabalho infantil:** População de crianças de 10 a 14 anos de idade ocupada em relação à população ocupada total. Importante salientar que é considerado trabalho infantil, no Brasil, aquele realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida passa a ser de 14 (catorze) anos.



» ARRANJOS FAMILIARES

- **Arranjos familiares:** Porcentagem de pessoas ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma unidade domiciliar e que partilham laço de parentesco.
- **Arranjo familiar típico:** Porcentagem de famílias que apresentam chefe e cônjuge na sua estrutura familiar.
- **Arranjo familiar mononuclear:** Porcentagem de famílias com estrutura familiar sem cônjuge.
- **Característica das mulheres chefes de família:** Proporção de mulheres chefes de família em relação ao total de famílias; proporção de mulheres que residem sozinhas em relação ao total de pessoas que moram sozinhas; proporção de mulheres solteiras com filho em relação ao total de solteiros com filho.
- **Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada nível de instrução, dado cada um dos níveis familiares.
- **Configuração dos arranjos familiares segundo níveis de instrução:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dado cada um dos níveis de instrução.
- **Configuração das classes sociais segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada classe econômica, dado cada um dos arranjos familiares.

- **Configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dada cada uma das classes econômicas.



SAÚDE

- **Casos notificados de dengue:** Número de casos de dengue oficialmente notificados aos serviços de saúde responsáveis.
- **Casos de AIDS segundo ano do diagnóstico:** Número de casos de AIDS diagnosticados no ano especificado.
- **Casos de Aids segundo ano de diagnóstico por faixa etária:** Número de casos de AIDS diagnosticados no ano especificado por faixa etária.
- **Equipes de Saúde da Família:** Número de equipes de saúde da família por 10.000 famílias.
- **Internação por grupo de causas:** Distribuição percentual de internação por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- **Mortalidade proporcional por grupo de causas:** Distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- **Mortes por causas externas:** São mortes não naturais que “sobrevêm da

decorrência de Acidentes, Homicídios, Suicídios ou qualquer outro tipo de violência”, e constam do capítulo XX da CID 10 (Classificação Estatística e Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde –10ª revisão).

- **Mortes por causas internas:** São mortes naturais decorrentes de doenças.
- **Oferta de serviços básicos de saúde:** Número de médicos e de leitos por 1.000 habitantes.
- **Percentual de partos cesáreos (%):** Percentual de partos com procedimento cirúrgico no qual se pratica a extração fetal do útero materno por via abdominal.
- **Percentual de mães de 15 a 19 anos (%):** Percentual de meninas adolescentes grávidas no total de meninas de 15 a 19 anos.
- **Proporção de médicos por 1.000 habitantes:** Número de médicos por 1.000 habitantes.
- **Proporção de leitos de internação por 1.000 habitantes:** Número de leitos gerais e leitos SUS por 1.000 habitantes.
- **Proporção de leitos complementares por 1.000 habitantes:** Número de leitos complementares por 1.000 habitantes.
- **Taxa de mortalidade neonatal por 1.000:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças com 0 a 27 dias de vida em uma população residente em determinado local e período.

- **Taxa de mortalidade pós-neonatal por 1.000:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças entre 28 e 364 dias de idade por 1000 nascidos vivos, ocorridos em determinado local e período.
- **Taxa de mortalidade infantil por 1.000:** Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) em uma população residente em determinado espaço geográfico em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano.
- **Taxa de internações por causas sensíveis a atenção básica 2005 a 2013 - AIH APROVADAS:** Percentual de internações por causas sensíveis a atenção primária.



MOBILIDADE

- **Domicílios Particulares Permanentes com Posse de bens duráveis – carros e motos:** Domicílios particulares permanentes com existência de alguns bens com utilidade durante um grande período de tempo (neste caso: carros; motos; carros e motos).
- **Frota de automóveis:** Número de automóveis, caminhonetes e camionetas licenciados em dezembro de cada ano.
- **Frota de motos:** Número de motocicletas e motonetas licenciadas em dezembro de cada ano.
- **Taxa de Motorização:** Percentual de veículos licenciados sobre total da população.



- **Tempo de deslocamento ao trabalho:** Tempo habitual gasto no deslocamento de ida entre o domicílio (ou local de estudo) da pessoa e o seu local de trabalho (único ou principal).



www.ijsn.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

